Revista
do
Instituto Histórico e Geográfico
de
São João del-Rei

VOLUME III

1985 - JUNHO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO JOÃO DEL-REI

Fundado a 1.º de março de 1970

Com personalidade jurídica e reconhecido de utilidade pública.

*
**

DIRETORIA

Presidente	— Fábio Nelson Guimarães
Vice-Presidente	— Francisco Diomedes Garcia de Lima
1.º Secretário	— José Alberto Ferreira
2.º Secretário	— Maria Assunção de Oliveira
2.º Tesoureiro	— Rubem Simões Coelho
Bibliotecário	— Jehovah Motta

*
**

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.

*
**

Endereço: Rua Aureliano Mourão, 72
São João del-Rei — MG

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

N.º III - 1985 - JUNHO

ÍNDICE

Editorial . . . . . pág. 3

Informações do Sargento-Mor José Mattol
Luiz de Melo Alvarenga . . . . . pág. 7

Tancredo Neves (Um Perfil Impressionista)
Jehovah Motta . . . . . pág. 17

Cônego Antônio J. da Costa Machado
Sebastião de Oliveira Cintra . . . . . pág. 20

A Bandeira de Fernão Dias
Geraldo Guimarães . . . . . pág. 28

O Artesanato de Estanho em Minas Gerais
John Somers . . . . . pág. 49

Basílio de Magalhães
Jehovah Motta . . . . . pág. 55

História da Santa Casa
Francisco Diomedes Garcia de Lima . . . . . pág. 61

Sobre Senadores em São João del-Rei
Fábio Nelson Guimarães . . . . . pág. 68

Futebol em São João del-Rei
Astrogildo Assis . . . . . pág. 70

A Tragédia do Presidente Tancredo Neves
Francisco Diomedes Garcia de Lima . . . . . pág. 75

São João del-Rei em 1859
O depoimento de José A. Rodrigues . . . . . ppág. 77

Escolas nos Tempos Coloniais
José Gaede . . . . . pág. 80

Os Cronistas Viram e Disseram
O depoimento de Saint-Hilaire (Redação) . . . . . pág. 81

Recordando 1930
Altivo de Lemos Sette Câmara (trabalho póstumo) . . . . . pág. 85

O Instituto Trabalha
É aprovado o novo Estatuto . . . . . pág. 88

O Início das Pesquisas Históricas
José Alberto Ferreira e Maria Lúcia Guimarães . . . . . pág. 90

A Vida e a Personalidade de Alvarenga Peixoto
Antônio Campos Tirado . . . . . pág. 92

Documentos . . . . . pág. 104

Relação dos Sócios . . . . . pág. 109

Menção de Agradecimento . . . . . pág. 111

Comissão da Revista

— Sebastião de Oliveira Cintra
— Geraldo Guimarães
— Jehovah Motta
— José Alberto Ferreira
— Rubem Simões Coelho

EDITORIAL

Após longa interrupção, volta a circular a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. Trata-se de acontecimento da maior importância, não só para o Instituto como para a vida cultural são-joanense.

Os objetivos e o programa de ação do Instituto dizem com o estudo da História e da Geografia nos âmbitos do Município de São João del-Rei e da sua Região sócio-cultural, que abrange o vale do Rio das Mortes.

Para a realização deste programa, esta Revista será um instrumento precioso e indispensável. De um lado ela estimulará a todos nós, membros do Instituto, em nossas tarefas de aprofundamento do conhecimento histórico, e de realização da pesquisa histórica, dos inquéritos e dos trabalhos de campo.

E, por outro lado, ela permitirá que os meios cultos de São João del-Rei, os seus intelectuais, a sua mocidade estudiosa, acompanhem o nosso labor, e o cerquem com o calor do seu estímulo e do seu apoio. Voltada para o futuro, com determinação, esta Revista não poupará energias, a serviço da cultura são-joanense e, num ritmo semestral, evidenciará os frutos do nosso trabalho. São as nossas esperanças, é o nosso compromisso.

(a) "Comissão de Redação"

* * *

O Solar dos Neves — Nobre e veneranda residência de Tancredo Neves em São João del-Rei.

TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

– O Estadista por excelência:

- Vereador na Câmara Municipal de São João del-Rei;
- Deputado Estadual na Assembléia Legislativa de M.G.;
- Deputado Federal, Senador da República, Ministro de Estado;
- Primeiro Ministro no Regime Parlamentarista;
- Governador de Minas Gerais;
- Presidente eleito da República.

– Tão longa, afanosa e profícua carreira política acabou por evidenciar, aos olhos da Nação Brasileira, os extraordinários dotes do homem público e do líder. E ante a sua morte, toda a alma nacional crispou-se numa intensa dor, e o povo prestou-lhe a homenagem consagratória que somente é tributada aos *Grandes da Pátria*!

Igreja de São Francisco de Assis, construída no Século XVIII.

Seguindo-se imediatamente ao edifício do majestoso e belo templo, situa-se o cemitério da Irmandade da Ordem 3.ª de São Francisco, onde repousam os restos mortais de Tancredo de Almeida Neves.

SARG – MÓR JOSÉ MATOL

Luis de Melo Alvarenga

Coleção Padre Diogo Soares ou Notícias Práticas de Várias Minas, e do Descobrimento de Novos Caminhos e Outros Sucessos do Brasil, Dirigidas ao P. Diogo Soares.

Este extenso título se refere às informações que foram dirigidas ao Padre Diogo Soares e formam, com suas cartas, a parte histórica-documental de seus trabalhos no Brasil.

O P. Diogo Soares, para se documentar e ter facilitado seus estudos e trabalhos geográficos, pediu informações a algumas pessoas que, na época, tinham sido personagens atuantes nos descobrimentos ou foram primeiros habitantes das terras em que moravam.

Padre Serafim Leite, em sua monumental obra "História da Companhia de Jesus no Brasil", dá a ordem e folhas em que se encontram as "Notícias Práticas", esses preciosos documentos que formam a Coleção Padre Diogo Soares, existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Portugal.

Transcrevemos, em seguida, da "História da Companhia de Jesus no Brasil" do P. Serafim Leite, a ordem desses documentos, que se encontram às fls 136 e 137-Tomo IX:

"Coleção P. Diogo Soares ou Notícias Práticas de varias Minas, e do descobrimento de novos caminhos, e outros sucessos do Brasil, dirigidas ao P. Diogo Soares. (Bibl. de Évora, cód. CXVI/2-15, 1 vol., 4.º).

Contém:

I. Notícias Práticas das Minas do Cuyabá e Guyazes na Capitania de S. Paulo:

Notícia Primeira Prática que dá ao R.P. Diogo Soares o Capitão Antonio Cabral Camelo sobre a viagem que fez às Minas de Cuyabá, no ano de 1727 (fl. 1; repetida a fl. 61). Publ. na Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., IV, p. 487 ss

Notícia 2.ª Pratica do que lhe soccedeo na volta que fez das mesmas Minas de S. Paulo (f. 6v). Datadas ambas as Notícias da Vila de S. João, 16 de Abril de 1734.

Noticia 3.ª Pratica, dada pelo Capitão Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso que tiveram no Rio Paraguay as tropas, que vinham para S. Paulo no ano de 1730. Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1730 (f. 10v; repetida a f. 78).

Noticia 4.ª Pratica, vinda da cidade do Paraguay à Nova Colonia do Sacramento com aviso da venda que fizeram os Payaguaz dos Captivos Portuguezes naquela mesma Cidade, escripta por D. Carlos de los Reis Valmaseda. Paraguay, 4 de Novembro de 1730 (f. 12; repetida a fl. 81).

Noticia 5.ª Pratica, dada pelo Capitão Antonio Pires de Campos, ao Capitão Domingos Lourenço de Araujo e comunicada por este ao R. P. Diogo Soares sobre os Reinos e Nações de Barbaros, que ha na derrota e viagem do Cuyabá, e seu reconcavo (f. 13v; repetida a f. 83v).

Noticia 6.ª Pratica e relação verdadeira da derrota e viagem que fez da Cidade de S. Paulo para as Minas do Cuyabá o Exmo Sr. Rodrigo Cezar de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, e suas Minas descobertas no tempo de seu governo, e nelle mesmo estabelecidas. – escreve-a na Villa Real do Bom Jesu do Cuyabá, o 1.º de Fevereiro de 1727, Gervasio Leite Rebello, Secretário de S. Exa. (f. 18; repetida a f. 92).

Noticia 7.ª. Pratica, e Roteiro verdadeiro das Minas do Cuyabá, e de todas as sua marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros de canoas, que navegam para as ditas Minas, com os dias de navegação, e traveça, que costumam fazer por mar e terra. – Destes já mandei hum borrão com o melhor e mais vistoso de toda a campanha ao R.P. Jeronimo Barbosa, meu cunhado etc. Manuel de Barros (f. 25v; repetida a f. 106v).

Noticia 8.ª Pratica, exposta na copia de uma Carta escripta de Cuyabá aos novos Pretendentes daquellas Minas (f. 35; repetida fl. 122).

Noticia 9.ª Pratica que dá ao P. Mestre Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que se passou na Primeira Bandeira, que entrou no descobrimento das Minas de Guaytez até sair na Cidade de Belem do Grão Pará (1727). Minas Gerais, Passage das Cegonhas, 25 de Agosto de 1734 (f. 53).

II. Noticias Praticas das Minas Geraes do Ouro e Diamantes:

Noticia 1.ª Pratica, que dá ao R. P. Diogo Soares o Capitão Luiz Borges Pinto sobre os seus descobrimentos da celebre Casa da Casca, emprendidos nos annos de 1726, 27 e 28, sendo Governador e Capitão General D. Lourenço de Almeida (f. 147).

Noticia 2.ª Pratica dada pelo Alferes.,. Moreira ao P.M. Diogo Soares das suas Bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança, emprendido nos annos de 1731, e 1732 sendo General D. Lourenço de Almeida (f. 141v).

Noticia 3.ª Pratica, que dá ao R.P. Diogo Soares o Mestre de Campc José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Geraes do Ouro. Do Ribeirão abaixo, 2 de Janeiro de 1733 (f. 150).

Noticia 4.ª Pratica, que dá ao R.P. Diogo Soares o Sargent Mor José Mattol sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes (f. 152).

III. Noticias Praticas do novo Caminho que se descobrio das campanhas do Rio Grande e Nova Colonia do Sacramento para a Villa de Coritiba, no anno de 1727 por ordem do Governador e General de S. Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel:

Noticia 1.ª Pratica, dada ao R.P.M. Diogo Soares pelo Sargento-mór da Cavallaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor do dito caminho.-Porto do Rio Grande de S. Pedro, 21 de Fevereiro de 1738 (f. 169).

Roteiro do Certão e Minas de Inhaguera, vindo, da Villa de Coritiba para ellas (f. 171v).

Noticia 2.ª Pratica, dada ao R.P. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho, pelo Piloto José Ignacio, que foi e acompanhou em todo elle ao mesmo Sargento Mor, Francisco de Souza Faria. – Do Porto do Rio Grande de S. Pedro, 29 de Março de 1738 (f. 172v).

Noticia 3.ª Pratica, dada pelo Coronel Christovão Pereira de Abreu sobre o mesmo caminho ao R.P.M. Diogo Soares (f. 176).

IV. Noticias Praticas da Costa e Povoações do Mar do Sul:

Noticia 1.ª Pratica, e resposta que deu o Sargento Mor da Praça de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade do Rio de Janeiro e Capitanias do Sul, Antonio de Brito e

Menezes sobre a Costa e povoações do mesmo mar. Da Praça de Santos, 26 de Agosto de 1721 (f. 188).

2.ª Noticia Pratica, que dá ao P.M. Diogo Soares, o capitão Christovão Pereira sobre as campanhas da Nova Colonia e Rio Grande ou Porto de S. Pedro (f. 195v; incompleta).

Fica uma Noticia, que se deve juntar a estas e é: Noticia Pratica do Sitio da Nova Colonia do Sacramento e mais operações dos inimigos, desde o mes de Setembro athe 18 de Dezembro de 1735, sendo Governador daquella Praça Antonio Pedro de Vasconcellos (f. 159). (Cf. Rivara, L. 191-194)."

Essas "Noticias Práticas", mandadas copiar dos originais talvez pelo próprio Padre Diogo Soares, formam hoje o Códice CXVI/2, 1 vol. 4.º da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Portugal, com cerca de 200 páginas.

Não se sabe como lá foi parar esse precioso cimélio.

Pensamos ser pela estima que dedicava a esse pequeno recanto de Portugal, hoje capital da Província do Alto Alentejo, e também por lá ter passado vários anos como professor, em sua Universidade. Resolveu, então, que fosse esse distrito o guardião das informações que obtivera no Brasil e serviriam para melhor conhecimento da Província de além mar.

Padre Diogo Soares nasceu em Lisboa, no dia 16 de janeiro de 1684. Filho de Bernardo Rodrigues Branco e Filipa Soares.

Com a idade de 17 anos, entrou na Companhia de Jesus e, no dia 17 de novembro de 1701, iniciou seu noviciado como jesuíta.

Ensinou Humanidades durante seis anos e Filosofia por quatro anos na Universidade de Évora.

Em Lisboa, sua terra natal, exerceu o magistério no Colégio S. Antão, também por quatro anos, regendo a cadeira de matemática. Foi um pregador de estilo claro, conta-nos Padre Serafim Leite.

Tornou-se um grande matemático, cartógrafo e geógrafo conhecido. Foi nomeado, em 1729, Geógrafo Régio do Estado do Brasil, pelo Alvará Régio de 18 de novembro de 1729. Esse Alvará nomeia, também, o Padre Domingos Capacci, italiano, matemático, para em carater oficial, "fazerem mapas das terras do dito Estado (Brasil) não só pela marinha, mas pelos sertões".

Esse ato instituiu oficialmente os trabalhos geográficos e cartográficos, no Brasil.

Ao Pe. Diogo Soares e seu companheiro deve-se "o primeiro levantamento das Latitudes e Longitudes de grande parte do Brasil".

Não se satisfez só em ser "matemático régio", "astrônomo-régio", como é tratado, e também geógrafo régio ou geógrafo de Sua Majestade, como aparece em seus mapas. Sua curiosidade voltou-se também para o conhecimento do país e suas conquistas, pedindo esclarecimentos aos homens de projeção das vilas e povoados sobre as descobertas, seus fundadores, seu modo de vida.

Sua vinda ao Brasil, oficialmente, era para levantar mapas das regiões marítimas e também dos sertões, onde se achavam em pleno desenvolvimento a extração de ouro e diamantes nas Minas de Cuiabá e Goiás.

A obra de Diogo Soares, como diz Pe. Serafim Leite, pode ser classificada em cinco categorias:

— *topografia militar*, pelas plantas das fortalezas;

– *astronomia matemática*: o levantamento das longitudes e altitudes e os meridianos;
– *cartografia*: os diversos mapas e estudos geográficos que passou para o papel;
– *ciências naturais*, pela descrição da fauna, flora e minerais encontrados e, finalmente a de *pesquisa documental*, não só pelas "Notícias", como por sua correspondência com o rei e outras pessoas.

Recebido o Alvará de nomeação, embarcou logo para o Brasil, em companhia do Pe. Domingos Capacci, onde chegou em fins de 1729 ou princípio de 1730.

Padre Diogo Soares pediu informações aos "melhores sertanistas de S. Paulo e Cuiabá, Rio Grande e da Prata". Mais tarde recorreu também a outras pessoas que, por seu conhecimento da terra, o pudessem contar como se deram os descobrimentos, quais os caminhos percorridos e o desenvolvimento e progresso dos mesmos, no decorrer dos anos.

Desejava colher elementos que lhe facilitassem o desempenho do levantamento das cartas, pois as notícias de que tinha conhecimento dos estrangeiros "andam erradissimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes, de toda esta costa", conforme afirma em carta que, em quatro de julho de 1730, escreveu à S. Majestade.

Ficou a maior parte do ano de 1730 no Rio de Janeiro, onde iniciou os estudos para poder desenvolver os trabalhos para que tinha sido enviado ao Brasil e à espera dos instrumentos que faltavam.

Levantou planta da fortaleza de "Laje", lembrando ao "Rei a necessidade de ser acabada sua fortaleza", "como chave mestra de todo este porto" e dizendo, também, que" não menos necessita de uma perfeita fortificação a ilha das Cobras, único e principal padrasto de toda cidade." Estava, na ocasião dessa carta, ocupado com o desenho e planta dessas fortificações, a pedido do Governador da Capitania.

Participa, na carta de 4 de julho, que já tinha grande cópia de "Notícias", vários roteiros e mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata. Continuava se esforçando em obter outras Notícias, a fim de dar princípio a algumas cartas, "porque as estrangeiras andam erradissimas não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes, de toda a costa", que queria retificar antes de deixar o Rio de Janeiro para seguir para Cabo-Frio.

Em 1730, confeccionou os seguintes trabalhos referentes ao Rio de Janeiro:

a) – Planta do Forte de Villegaignon, na enseada do Rio de Janeiro.

b) – Planta do Forte de S. Diogo, na Barra do Rio de Janeiro.

c) – Planta da Fortaleza ou Bateria da Praia Vermelha, na Costa do Sul da Barra do Rio de Janeiro e a pouca distância dela.

d) – Planta da Fortaleza da Laje, na Barra do Rio de Janeiro.

e) – Planta da Fortaleza de N.S. da Conceição, na cidade do Rio de Janeiro.

f) – Planta das Fortalezas de terra, no morro de S. João, Barra do Rio de Janeiro.

g) – Planta da Fortaleza de S. Sebastião, na cidade do Rio de Janeiro.

h) – Planta do Forte de S. João, na Barra do Rio de Janeiro.

No fim do ano de 1730, em vez de se dirigir a Cabo-Frio, dirigiu-se para o sul, onde levantou, nesse mesmo ano, os seguintes mapas e plantas:

a) – O Grande Rio da Prata, na América Portuguesa, e Austral.

b) – Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento, no grande Rio da Prata.

Em 1738, fez, entre outros trabalhos, os seguintes:

a) – A Vila da Laguna e a Barra do Tamarandí, na Costa do Brasil e América Portuguesa. (Abrange parte da Costa entre a Ilha do Coral e o Rio Grande do Sul e para o interior até o Rio Taquarí).

b) – Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro, desde Parati até o Cabo de S. Tomé.

c) – O Rio de S. Francisco Xavier, na América Austral, e Portuguesa. Aos 26.º 12' e 58" de Latitude.

Nota: S. Francisco do Sul, atual Estado de S. Catarina.

Convidado pelo Governador da Colônia do Sacramento, Antonio Pedro de Vasconcelos, juntamente com seu companheiro, Pe. Domingos Capassi ou Capacci, para lá embarcou no dia 24 de outubro de 1730. Pe. Domingos Capacci não se demorou muito no sul, voltando para o Rio de Janeiro, levando consigo os instrumentos cientificos indispensáveis à tomada das alturas.

Em 27 de junho de 1731, em carta dirigida ao rei e datada da Colônia do Sacramento, Pe. Diogo Soares refere-se às comunicações do Rio Grande com a Colônia, povoação e fortificação do Rio Grande.

Era seu desejo passar da Colonia ao Rio Grande, "vendo de caminho o sertão." Mas não o fez, por estar sem os instrumentos necessários para a tomada das alturas.

Nessa carta mostra ao rei a conveniência de ser estudada essa região e diz: que "tinha pela mais preciosa e necessária" e sobretudo" do Rio Grande e seu sertão, cuja povoação não seria de menos glória para Deus, que de crédito, conveniência e aumento dos dominios de V. Majestade nesta América, principalmente quando se pode temer, que, desamparada aquela barra e abertos os dois caminhos, que se abriram agora nela, tenha a Espanha e os Padres das Missões uma porta para se introduzirem nos nossos sertões e Minas*; além de que fortificado aquêle rio, terá esta Praça mais prontos, e mais à mão os subsídios; crescerá, com a comunicação, o comércio, e, com a extração dos frutos, os negócios e as alfândegas".

Por essa citação vê-se, como diz o Pe. Serafim Leite, que "os padres das Missões, que os Jesuitas temiam, eram também Jesuitas. Pois o Jesuita português secundava os interêsses de sua Pátria, os das Missões, espanhóis, os interêsses da sua."

Pe. Diogo Soares deve ter voltado, em 1732 ou 1733, ao Rio de Janeiro e, nessa ocasião, visitado Minas Gerais, onde pediu as informações que constam das "Noticias" sobre Minas Gerais do Ouro e Diamante.

Por algum tempo esteve na cidade de Santos, de onde, em 12 de dezembro de 1735, escreveu carta ao Conde Sarzedas sobre administração dos índios.

O Conde Sarzedas consultara-o sobre a liberdade dos índios e a distinção entre liberdade absoluta e liberdade relativa.

Em sua resposta, diz que do ponto de vista de "política cristã" a liberdade a ser dada ao índio era uma liberdade relativa, podendo-se comparar a liberdade dada a um adolescente, ou melhor, da menor até a maioridade, pois eles ainda não têm capacidade para sua completa emancipação. Uma liberdade absoluta traria certamente perturbações sociais.

---

* Minas de Cuiabá e Goiás

Voltou novamente ao Rio Grande do Sul, onde, em 1738, a requerimento do Brigadeiro Silva Pais, levantou a planta do território do Presídio do Rio Grande até às suas cabeceiras, que, um ano antes, havia sido fundado em local escolhido definitivamente. Essa povoação foi a "alma-mater" do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Só depois de 1740 voltou novamente às paragens do Rio de Janeiro e então deve ter percorrido as terras de Minas Gerais, na zona do Rio Doce, ainda no desempenho de suas atribuições de Geógrafo Régio do Estado do Brasil, onde ficou até 1747.

Seguiu, depois, para as Minas de Goiás, onde faleceu no mês de janeiro de 1748.

Esse benemérito jesuíta, além dos seus deveres de matemático e geógrafo régio, fez grande bem ao povo por onde passava, empregando seu ordenado régio" em obras de beneficência, a pobres públicos ou envergonhados, e em casar moças pobres, e foi benfeitor insigne do Colégio de Santos o mais necessitado de toda a Província do Brasil."**

Quem foi o autor da "4.ª Noticia Pratica" enviada ao Pe. Diogo Soares sobre as Minas Gerais do Ouro e Diamante?

É uma pergunta que, à primeira vista, parece não ter sentido.

Acontece que cópia dessa "Notícia" foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela primeira vez, no Tomo LXIX, 1.ª Parte, p. 285/287 (1906) e diz: "Noticia – 4.ª Pratica – Que dá ao R. P. Diogo Soares, o Sargento-mor *José Mattos* sobre os descobrimentos do Famoso Rio das Mortes."

Ao dar começo à publicação desses documentos eborenses, a Comissão de Redação do I.G.G.B. dá a seguinte explicação: "Os referidos documentos foram copiados por Varnhagen nos Archivos de Portugal e a Revista os publica na ordem do Códice existente no Archivo do Instituto".

Baseado nessa publicação, a maioria dos historiadores propagou que o autor de 4.ª Noticia Prática sobre as Minas Gerais do Ouro e Diamantes era o Sargento-mor José Mattos.

Basilio de Magalhães, em seu livro "Expansão Geográfica do Brasil Colonial (3.ª edição, corrigida e ampliada), da Biblioteca Brasileira de Cultura – Direção do próprio Basilio de Magalhães e Cândido Jucá (Filho), assim escreve: "Do descobrimento das ricas lavras do Rio-das-Mortes, o sargento-mór *José Mattos,* que residia em São João del-Rei, deu em 1733, a seguinte informação ao Padre Diogo Soares (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras. LXIX. p.1.ª; 285-287): – O que posso informar a V. Revma . . ., Publicou toda a 4.ª Noticia Prática, faltando somente o último período.

Afonso de Taunay cita, também, em sua História Geral das Bandeiras Paulistas, o código eborense do Padre Diogo Soares, baseado, também na publicação do I.H.G.B.

Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, no terceiro quartel do século passado (1851-1871), publicou seu Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Eborense, conhecido por Catálogo de Rivara, e nele diz que a 4.ª Noticia Prática é de autoria do Sargento-mór *José Mattol.*

Pe. Serafim Leite, em sua monumental obra "História da Companhia de Jesus no Brasil" (na qual calcamos tudo que dizemos do Padre Diogo Soares), publica a relaação completa da Coleção Padre Diogo Soares e escreve: –" Notícia

** História da Companhia de Jesus no Brasil. Vol. IX – f. 130.

4.ª Pratica, que dá ao R.P. Diogo Soares o Sargento-mor José Mattol sobre o descobrimento do Famoso Rio das Mortes. (f. 152)".

No Brasil, o primeiro a citar, segundo penso, como autor da 4.ª Noticia Prática o Sargento-mór José Mattol foi o historiador mineiro Augusto de Lima Junior, quando veio de Portugal, trazendo grande cópis de documentos existentes em seus arquivos, entre eles o do Códice Diogo Soares.

Começaram, então, a aparecer duplicatas de nomes como autor da 4.ª Prática sobre o Rio das Mortes: ora José Mattos, ora José Mattol.

Desejando saber quem era o verdadeiro informador do Pe. Diogo Soares sobre o início da sede da antiga Comarca do Rio das Mortes, comecei a tomar Providências para obter os informes necessários a esse meu desiderato.

Primeiramente, dirigi-me ao Setor Cultural da Embaixada do Brasil, em Lisboa, na pessoa de seu chefe, o Sr. Dr. Genaro Mucciolo, que gentilmente, se comunicou com o Diretor da Biblioteca de Evora.

Seu diretor, o senhor Dr. Antonio Leandro Alves, de uma gentileza ímpar, correspondeu-se com a Embaixada do Brasil, esclarecendo o assunto e enviando duas xerocópias, sendo a segunda para melhor se ler o final do documento, que não tem assinatura.

Quando pela primeira vez escrevi, expliquei que o fazia para dirimir dúvida sobre o autor da mesma: José Mattos ou José Mattol.

O Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, na carta que enviou o xerox do documento, esclarece: "O manuscrito, do qual foi enviada a xerocópia pela "Tabacaria Paris", é uma cópia, por letra de meados do séc. XVIII, com o título geral de "Notícias Praticas das Minas Geraes do Ouro e Diamantes", integrado num códice contendo ele *notícias* acerca de minas brasileiras." Mais adiante, diz: "não está assinada no fim; e, ainda que estivesse, essa assinatura seria evidentemente de mão do copista e não assinatura autógrafa do autor, visto de cópia se tratar."

As explicações dadas acima foram motivadas por ter eu as pedido, pois desejava fotocópia da assinatura, para conferi-la com as existentes em livros da Prefeitura Municipal de São João del-Rei.

Alguns dias mais tarde, escrevi diretamente ao Diretor da Bibliotéca Eborense, agradecendo as informações e os xerox e indagando se sabia onde se encontravam os originais. Tive como resposta: "desconheço onde eventualmente se encontram os originais, quer desta, quer das outras notícias."

Em minha carta, havia dito que desejava esclarecer o autor dessa 4.ª notícia, pela divergencia surgida, e, como resposta, disse o Diretor textualmente: "Quanto ao nome do sargento-mór, não tenho qualquer dúvida de que é Mattol e não Mattos. Aliás é sob aquele nome que figura no catálogo de Cunha Rivara. Por ser apelido raro em português (é a primeira vez que o ouço), poderia levar a confusão com o vulgarissimo apelido de Matos."

Em junho de 1976, escrevi ao Pe. Pedro Arrupe, DD. Padre General da Companhia de Jesus, uma carta, em que perguntei se estavam no Arquivo Geral da Companhia de Jesus os originais da Coleção Padre Diogo Soares existente em Évora, Portugal.

Um mês depois, recebia a resposta em carta assinada pelo Padre Arrupe, que vinha acompanhada da informação dada pelo arquivista Pe. Edmond Lamalle, no próprio original. A informação foi dirigida ao Pe. Angelino Barreto, Secretário Regional, a quem o Pe. Arrupe encaminhara minha carta. A informação do arquivista principia, dizendo: "Lamento de início ter que informar negativamen-

te a indagação da carta." Nada possui a respeito da ' Noticia 4.ª Practica" e, pelos dizeres da informação, não conhece o arquivista os manuscritos de Évora. Em seguida, sugere que o Pe. Diogo Soares tenha, ele mesmo, mandado copiar todas as "Notícias", para ter uma coleção em formato e apresentação uniformes. Finalmente, indaga o que teria o Pe. Diogo Soares feito com os originais.

Sou da mesma opinião, pois cada correspondente deve ter enviado a informação pedida pelo Pe. Diogo Soares em papel diferente em tamanho e, quem sabe, algumas em letras quase ilegíveis. Como estava enviado para ser guardado e servir de guia e conhecimento das terras do Brasil, mandou, por seu copista, copiar toda a documentação que havia obtido dos homens a quem pedira, de maneira uniforme, para melhor apresentação e fácil manejo.

A cópia xerográfica, que tenho, das "Noticias Praticas das Minas Gerais do Ouro e Diamantes", que fazem parte dadas "Notícias Práticas" da Coleção Diogo Soares, provam que as mesmas foram copiadas por um mesmo punho e em papel do mesmo formato.

O volume em quarto, que compõe a Coleção Pe. Diogo Soares, da Biblioteca e Arquivo de Évora, tem aproximadamente duzentas páginas e foi encadernado com algumas duplicatas, ocupando pouco mais ou menos 60 páginas. Nota-se que as duplicatas são somente as que se referem à primeira parte e trata das descobertas das Minas de Cuiabá e Goiás, da Capitania de São Paulo.

Ilustro o presente trabalho com uma ampliação da ementa da "4.ª Practica", em que se pode ler o nome do autor: Sargento-mór José Mattol. E não Mattos.

A letra *l* do final de Mattol está bem clara e pode ser comparada com o *l* de arraial e, mais adiante, Portugal e mesmo com outras palavras com *l* intermediário, como: del Rei, nelle, capella, S. Paulo, exemplo, etc.

Em nehuma vez encontramos o *s* final de palavras como se encontra na palavras Mattol, se tal *l* fosse *s*.

Não atinamos ainda como Varnhagen leu *Mattos* em uma palavra tão nítida, ele que conseguiu "traduzir" o que está escrito nessa e nas demais "Notícias" com tanta fidelidade[11]

Creio que foi devido ao exdrúxulo ou exótico do nome, talvez único, pois, como diz o Diretor da Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora, "um apelido raro em português (é a primeira vez que o ouço)" é o de Mattol.

Só os que estão familiarizados com a história de São João del-Rei têm a facilidade de compreender a leitura desse nome e não confundi-lo com o vulgarissimo sobrenome de Matos.

X

O Governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, em 1709, vem às Minas Gerais, em virtude da revolta de Manuel Nunes Viana e depois do famigerado episódio do Capão da Traição, a fim de apaziguar os ânimos entre paulistas e emboabas, chegando aos arredores do arraial Novo do Rio das Mortes, no mês de abril. Foi recebido festivamente por toda população e se hospedou em casa do Mestre de Campo, Ambrósio Caldeira Brant. Convocou o povo, em bando, para comparecer, às duas horas da tarde, "no terceiro de seu quartel". Falou ao povo e pediu que cada facção nomeasse dois procuradores a fim de discutirem suas divergências. Os procuradores nomeados foram: Joseph Moreira e Joseph Pires de Almeida pelos paulistas e *Joseph Mattol* e Joseph Alvares de Oliveira pelos emboabas.

O Capitão José Mattol, nessa ocasião, foi também nomeado para uma das Companhias de pé, pois D. Lencastre havia formado cinco companhias: quatro

de pé e uma de cavalos. A construção do entrincheiramento no arraial foi feito sob a assistência do Capitão José Mattol, o qual subiu a Sargento-mór, nessa data.

José Mattol comandou uma companhia, defendendo o arraial Novo do Rio das Mortes, por ocasião do cerco dos paulistas, tendo sido ferido na cabeça e no peito. Foi autor da planta da fortaleza a que deu a forma de pentágono. Mais tarde, foi eleito Juiz Ordinario à Câmara, nos anos de 1717, 1721, 1729 e 1733. Em 1715, serviu como testemunha da posse das terras concedidas ao Mestre de Campo, Ambrósio Caldeira Brant. É bem possivel que, em 1733, ao ocupar, pela quarta vez, o cargo de Juiz Ordinário, tenha redigido a sua informação sobre o "Famoso Rio das Mortes" ao Pe. Diogo Soares.

Em meus apontamentos, calcados nos livros e documentos da Prefeitura Municipal de São joão del-Rei, não encontrei nenhum habitante do antigo arraial Novo do Rio das Mortes e na Vila de São João del-Rei, até o ano de 1748, com o nome de *José Mattos.*

Em 1719 Antonio, de Matos, sargento-mór e morador no princípio da Vila, arrematou a construção de duas pontes pela quantia de 238/8 de ouro. Em 1722, foi eleito Procurador da Câmara.

Capitão-mór João de Matos foi vereador no ano de 1732 e Juiz Ordinário em 1748. Esse João de Mattos morava pelos lados da Intendência (em frente) e pediu para não pagar mais foro de uma oitava de ouro por ter, por diversas vezes, feito consertos, por sua conta, na rua e caminho perto de sua casa e chacara.

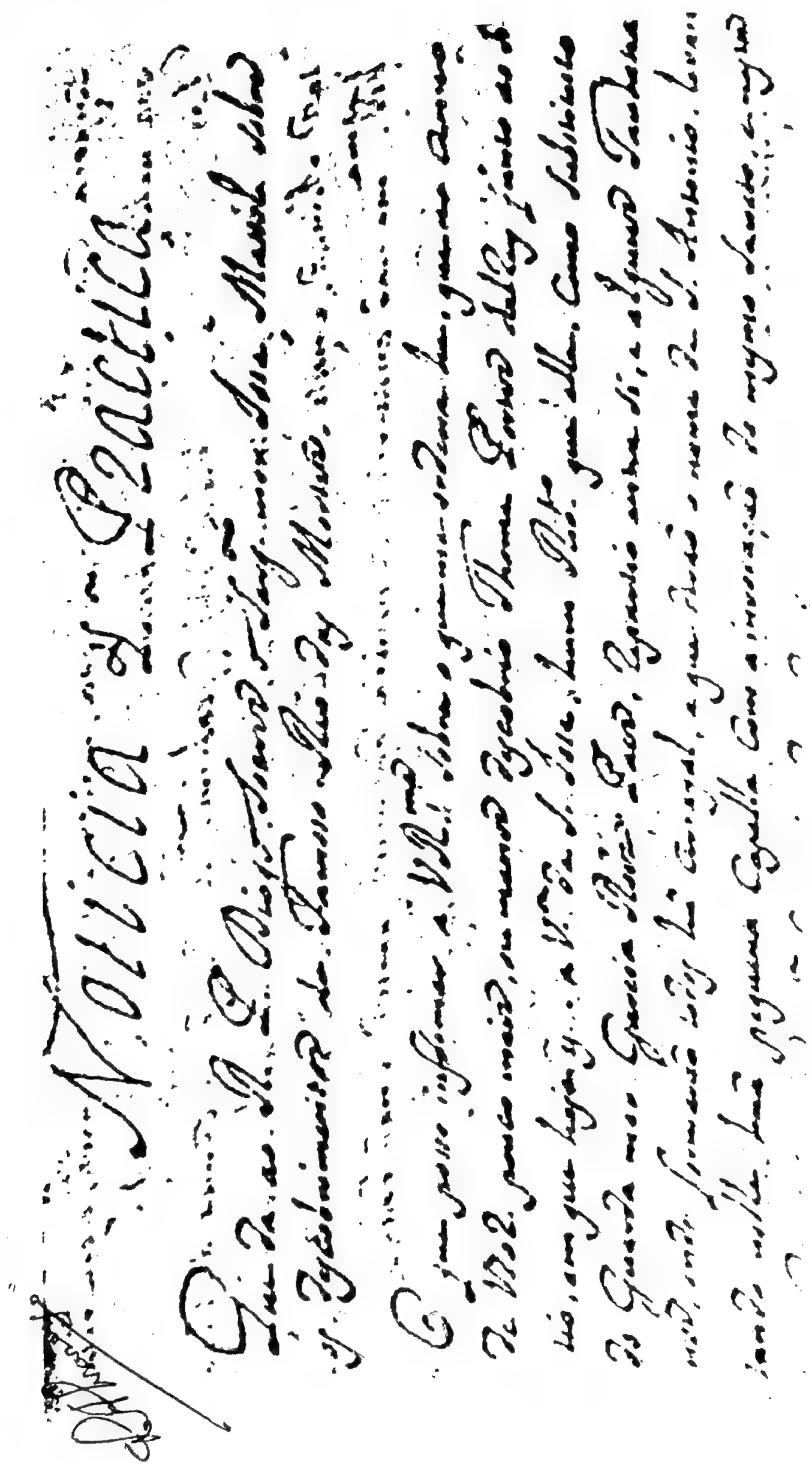
x

Pelos dizeres acima, verifica-se que não existia na Vila de São João del-Rei nenhuma pessoa com o nome de José Mattos, que tenha ocupado um cargo ou lugar de destaque na sociedade da época, entre os anos de 1708 a 1748, ano em que faleceu o Padre Diogo Soares.

Por essa razão e principalmente pelo que se lê na cópia das "Notícias" e pelos elevados cargos que ocupou, pode-se afirmar que o autor da "Noticia 4.ª Practica" da Coleção das "Noticias Praticas das Minas Geraes do Ouro e Diamantes", foi o Sargento-mór José Mattol.

São João del-Rei – fevereiro de 1977.

Xerox da ementa da "4.ª Prática" ampliada



TANCREDO NEVES
(UM PERFIL IMPRESSIONISTA)

Jehovah Motta

1 – Nestes dias tensos que estamos vivendo (março, abril, 1985), São João del-Rei pranteia, sob lágrimas, a morte de Tancredo de Almeida Neves e, ao mesmo tempo, não consegue sopitar um certo sentimento de vaidade e ufania ante a consagração apoteótica com que o Brasil inteiro proclama os méritos altíssimos do seu grande filho. Perante Tancredo Neves, São João de-Rei vive sentimentos dúplices: de dor e de júbilo, de tristeza profunda e incontível orgulho. Ele já não está entre nós mas, ao mesmo tempo, nunca esteve tão entre nós. Perdêmo-lo e ganhâmo-lo. Se já não podemos vê-lo andando em nossas ruas, entrando em nossas igrejas, atravessando as nossas pontes, por outro lado sabemos que em todas as praças e ruas do País, nas metrópoles e nos modestos povoados, no Norte e no Sul, sua figura é exaltada e sabemos que velhos e crianças, mocidade e madureza, todos, ante a sua efígie, dizem com emoção as palavras da sua veneração e da sua saudade!

2 – Meus encontros com Tancredo Neves não foram numerosos, e, sobretudo, estão muito recuados no tempo, perdidos nas dobras do longínqüo ano de 1928. Ele então era estudante, em Belo Horizonte, e eu, no Regimento de Infantaria de São João del-Rei, dava os primeiros passos na carreira militar. Estávamos ambos, portanto, no limiar das nossas vidas. Lembro-me vagamente que nossos assuntos demoravam antes na área da literatura, neles a política entrava muito de leve. O que vale registrar, aqui, agora, é que dessas conversas perdidas (ou ganhas?) me ficaram: a impressão da figura espiritual daquele jovem, e o pressentimento de que ele haveria de ser um dos grandes, no cenário brasileiro do futuro.

3 – Tancredo Neves iniciou sua vida pública e sua atividade política a bem dizer ao sair da adolescência. E iniciou-as justamente quando o País iniciava entre tateios e debates múltiplos, e lutas exaltadas, o que ficou sendo chamado a "Revolução de 30".

Com esta iríamos viver uma quadra de indagações e de experimentações. Tancredo Neves foi, politicamente, um filho dessa Revolução, e, com o correr do tempo, conheceu-lhe muito bem os seus avatares, as suas marchas e contra-marchas, as suas boas e más horas. Participou das suas crises, conviveu com os seus homens, os grandes e os pequenos; viu-os em seus momentos de grandeza e de baixeza, viu aqueles que apontavam para o futuro e, também, aqueles (quantos!) agitados, despreparados, que do futuro não conheciam as exigências nem os apelos.

E com todos eles foi aprendendo a tecitura da política nacional, e foi avaliando bem o estofo do mundo político que em seu derredor deblaterava e se agitava. Viu falsos líderes crescerem indevidamente. Viu, na política e na administração, firmarem-se praxes e regras a serviço dos interesses pessoais ou de grupos. Teve olhos para ver, e ouvidos para ouvir, no atropelo das paixões e dos apetites a que foi se reduzindo a política republicana, os sinais da crise porfunda que ameaçava o País. E, como conseqüência de tudo isso, surgiu-lhe a fórmula, ou as

fórmulas que poderiam ser um caminho de saúde, capaz de restaurar, no Brasil, a Democracia e a Moral.

4 – Os fatores do êxito de Tancredo Neves podem ser enumerados e analisados da forma que se segue. Em primeiro lugar atentemos para um fato básico: dedicando-se inteiramente à política, desde jovem, ele fez da política a sua *carreira,* o seu devotamento permanente, a sua paixão. E pôde, sem pressa, vivê-la em todas as suas etapas, num desencadeamento contínuo, – sem pulos e sem improvisações. Não foi um amador, um diletante. Ao invés disso, encarou a política como coisa séria a ser realizada com método, com "endurance", e a ela se entregou como quem se entrega a um sacerdócio.

Nunca a viu como uma improvisação, nem como algo que pudesse ser reduzido a uma sucessão desordenada de fatos, em que amadores, ou agitados, ou interesseiros, dessem pasto às suas vaidades, ou caprichos, ou ambições. Em sua visão, o municipal, o estadual e o nacional desenrolavam-se num contexto solidário, formavam um "continuum". Para ele, este "continuum" teria duas pontas: a Câmara de Vereadores, de São João del-Rei, e o Palácio do Planálto, em Brasília.

Como vereador Tancredo Neves viu e entendeu os problemas tal como se apresentavam no nascedouro: o orçamento municipal, os impostos, as verbas, as pinguelas a construir, as escolas a melhorar, as estradas insinuando-se indecisas entre burgos distantes, enfim todas as misérias e tristezas dos pequenos arraiais. E sempre lhe pareceu que o estudo e o conhecimento daquele pequeno mundo é assencial na formação do político e do administrador.

Museu de Artes Sacra de São João del Rei

Localiza-se à Praça Embaixador Gastão da Cunha, n.º 8. Neste local foi construída em 1737 a segunda cadeia pública e no início deste século transformado em residência. Em setembro de 1983, a Cia. Souza Cruz adquiriu o prédio e adaptou-o para Museu.

Funciona de 3.ª à domingo e feriados, das 9 às 17hs (as quartas-feiras entrada gratuita).

Era como se dissesse a si próprio: – Sem ser vereador, como ser, um dia, Presidente da República? !

5 – Após a vereança Tancredo viveu e estudou os problemas da Província. Foi deputado estadual, alargou horizontes, abarcou o panorama mais amplo da "pátria mineira". Foi quando conheceu o homem do "Triângulo", o da "Mata", o do opulento "Sul de Minas", o paupérrimo e ressequido homem do "Jequitinhonha", esse "pau-de-arara" de Minas Gerais. De toda essa tipologia fez a síntese do mineiro, cujas virtualidades procurou interpretar perante o Brasil quando, afinal, atingiu o antiplano da Política Nacional ("O Primeiro Compromisso de Minas é com a Liberdade", diria ele, numa hora fundamental).

E eis que, como de repente, foi se evidenciando aos olhos da nação, que ele era o mais lúcido, o mais experiente, aquele que melhor diagnosticava os nossos males, e cuja receita de cura era a melhor fundamentada. Todos passaram a falar da sua competência e entregaram-se à sua liderança.

6 – Seria necessário falar na sua oratória? Acreditamos que sim, pois sem ela as coisas talvez não tivessem acontecido como aconteceram, e a sua vitória não teria sido tão plena. Tancredo Neves sempre foi um grande orador. Desde os bancos escolares. Era ele dono de palavra fácil e calorosa, que não conhecia o bombástico nem se entregava às interjeições demagógicas. Era um orador sóbrio, comedido. Dizia o que era preciso dizer, com elegância e fluência. Nos últimos tempos, já na fase derradeira dos gigantescos comícios por eleições diretas, como que seus discursos adquiriram timbres novos, que davam às suas idéias maior poder de penetração no espírito dos seus ouvintes. Fossem estes cultivados ou simplórios. Tancredo Neves atingira, de certo ajudado pela densidade emotiva da hora, a perfeição!

São João de-Rei, 29 de maio de 1985

CÔNEGO ANTONIO JOSÉ DA COSTA MACHADO

Sebastião de Oliveira Cintra

O revmo. cônego Antônio José da Costa Machado, que dignificou a sua batina, nobilitou o clero de Minas Gerais e santificou-se no paroquiato de Nossa Senhora do Pilar, nasceu em São João del-Rei a 21 de outubro de 1837, filho do alferes português Manoel José da Costa Machado e de nossa conterrânea Francisca de Paula Magalhães Machado. Foi batizado a 29 de outubro de 1937 na Matriz do Pilar pelo padre João Ferreira Leite Ribeiro. Neto paterno de Manoel José da Costa Machado e de Ana Rita Pinheiro Leite Ribeiro. A avó do cônego, informou-me o ilustre genealogista, desembargador Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro, era filha de João Leite Ribeiro (nasceu na Casa do Rielho a 15 de dezembro de 1728 e aí faleceu a 2 de setembro de 1789; era irmão do sargento-Mor José Leite Ribeiro, ambos filhos de Francisco Leite Ribeiro e de Isabel Ferreira) e de Ana Rita Pinheiro, nascida na Casa da Torre em Santa Eulália de Barrosas a 6 de junho de 1724 e falecida na Casa de Rielho (da família Leite Ribeiro) a 31 de março de 1804. Francisco Leite Ribeiro era filho de Manoel Ribeiro, senhor da Casa de Rielho, onde nasceu a 24 de setembro de 1651, casou a 6 de junho de 1688 com Francisca Leite, filha de Agostinho Leite e de Maria Gomes, senhores da Casa de Sistro. Manoel Ribeiro era filho de Antonio Ribeiro, senhor da Quinta do Rielho em Santa Eulália de Barrosas, casado com Catarina Gonçalves, nascida em 1610 e falecida a 25 de maio de 1671, filha de Pedro Gonçalves e de Isabel Gouvêa. O cônego Machado era neto materno de Maria Custódia da Assunção Leite Ribeiro e de Francisco Pinto de Magalhães (casaram-se em São João del-Rei a 15 de junho de 1794), filho do português Bento Pinto de Magalhães e de Maria do Rosário Arquiole Albuquerque. (casaram-se em São João del-Rei, na Matriz do Pilar, a 2 de maio de 1755). Maria Custódia era filha do sargento-Mor José Leite Ribeiro, português, e de Escolástica Maria de Jesus Moraes, nascida em São João del-Rei a 22 de dezembro de 1745, ambos sepultados dentro da igreja de São Francisco de Assis, de São João del-Rei, da qual foram benfeitores. Escolástica era filha do sargento-mor Lourenço Correia Sardinha, português, e de Maria da Assunção Moraes (primeiras núpcias), nascida em 1721 em São João del-Rei e falecida a 20 de fevereiro de 1763.

O pai do revmo. Cônego Machado faleceu em S. João del-Rei a 23 de dezembro de 1842, deixando viuva e sete filhos: Maria Isabel casada com o professor Ricardo Júlio Duval, sargento-mór Francisco José da Costa Machado (Oficial da Imperial Ordem da Rosa, residia em Formiga), Pedro José da Costa Machado, Helena casada com Emílio José Loreiro, Rita, cônego Machado e José Carlos da Costa Machado. Exerceu o cargo de Síndico da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Assis. Estudou primeiras Letras no Colégio Dalle, tendo cursado humanidades no Colégio Duval. Foram dois estabelecimentos de ensino que deixaram merecido renome na história sanjoanense. Concluidos os estudos de preparatórios na terra natal, matriculou-se na Academia Militar Imperial, na Corte. Compreendendo carecer de vocação para a carreira militar, partiu para São Paulo com a intenção de freqüentar a Faculdade de Direito. Não se

ambientou com os referidos estudos, resolvendo voltar à cidade do Rio de Janeiro, onde se matriculou na Escola Politécnica, cursando-a até a quarta série. Ouvindo o chamado de Deus para o Ministério Sacerdotal, abandonou os estudos de engenharia e ingressou, em 1857, no Seminário de Mariana. Por causa da varíola que grassava em Mariana (Minas), regressou à Corte, onde no Seminário de São José completou o curso teológico, ordenando-se em fins de 1860.

Oficiou a primeira missa festiva em São João del-Rei, na Igreja de São Francisco de Assis, a 8 de dezembro de 1860.

Colhemos amostra da ilustração do cônego Machado com a leitura do jornal Sanjoanense "A Tribuna do Povo", edição de 15 de maio de 1881, que publica carta do nosso homenageado ao Dr. Aureliano Martins de Carvalho Mourão. Como se trata de documento muito longo, não seria aconselhavel a sua transcrição integral, aquí. O Pároco do Pilar, com sólida argumentação, assinalava que cabia à Igreja Católica o direito de inspecionar as escolas. Discorreu longamente sobre problemas educacionais, demonstrando profundos conhecimentos da matéria, abonando teses com citações interpretadas de tratadistas extrangeiros. Concentrou sua explanação num acontecimento importante: a inauguração, a 25 de abril de 1881, da Escola João dos Santos, fundada e mantida nesta cidade pelo ilustre Sanjoanense nato Dr. João Batista dos Santos, Visconde de Ibituruna. Afirmou que o citado benfeitor, ao fundar a referida escola, não tivera em vista seguir os princípios rotineiros de nossas escolas. Vejamos as palavras textuais do cônego Machado: "Na Escola João dos Santos Quero ver uma nova era. Para simples instrução temos em abundância escolas, muitas delas tem se fechado por falta de alunos".

"Escola João dos Santos é a realização do desideratum do ilustre Dr. Caetano Furquim, a emancipação da iniciativa particular da tutela do governo. A Escola João dos Santos é a realização da liberdade do ensino. Soldado da liberdade, filho do povo, não posso ser indiferente a esta instituição". Após, o nosso homenageado debate os principais movimentos filosóficos e pedagógicos da Alemanha, da Inglaterra e da França. Da argumentação do cônego daremos um trecho para melhor compreensão de seu pensamento.

"Si passarmos a França, lá encontraremos Guizot, que dizia, dominar nas escolas as influências da religião e da ordem, da fé e da lei, que fazem a segurança do povo, eis o meu desideratum. A instrução primária é um poder salutar ou fatal, segundo é bem ou mal dirigida". "Sem a religião", exclamava Cousin, as escolas farão mais mal do que bem; servirão para trazer uma barbaria de uma nova espécie. No seu célebre relatório a Mentalivet, Ministro da Instrução Pública, ele dizia: "A todo preço é preciso nos entendermos com o clero para a instrução do povo, e fazer o ensino religioso um ramo muito especial de instrução nas nossas escolas normais. Eu não ignoro, Senhor Ministro, que estes conselhos soarão mal aos ouvidos de mais um personagem, e que em Paris se me achará muito devoto. É de Berlim e não de Roma que escrevo a V. Excelência. No seio da Academia das Ciências Morais e Políticas, Cousin fez ainda a seguinte declaração: "Quem moraliza não é a instrução é a educação religiosa . . ."

No fim de seu arrazoado, o cônego estampa duas perguntas que dispensam comentários. Uma delas: "Que juizo elevado não faria de São João del-Rei o Imperador, si V. S. lhe apresentasse uma lista, na qual os ilustres doutores em leis e em medicina, os professores, os farmacéuticos e ilustres acadêmicos se comprometiam em fazer conferências populares durante o ano de 1881 a 1882? " Outra: não seria uma bela conferência a sustentação da tese que o problema do tra-

balho, si não for resolvido pela liberdade cristã, o será pela tirania do socialismo? "

Em artigo publicado na imprensa do Rio de Janeiro, em novembro de 1919, Dr. Emílio José Loureiro, sobrinho do homenageado, relembra passagens da vida edificante do sacerdote, que recusou, relata Loureiro, os reiterados convites que lhe dirigira D. Pedro II para ser Bispo do Rio de Janeiro. Manifestou gratidão ao Imperador, declarando-lhe que realizara o seu maior sonho – "ser Pastor de Almas na cidade do seu nascimento". Também afirmou o articulista: "Apesar de ser a ingratidão a regra geral do mundo, muitos cultivam com veneração a sua memória; entre estes, lembro o nome do ilustre médico Dr. José Cesário Monteiro da Silva, tão amigo e admirador do padre Machado, que em suas orações, diariamente, não se esquece de rezar um Padre-nosso para o descanso de sua alma. Em toda a sua vida o padre Machado, desde que recebeu ordens sacras, não apreciou o gozo do travesseiro, da cama ou de qualquer agasalho; dormia vestido para estar sempre pronto a acudir ao primeiro chamado de quem precisasse de socorros espirituais. O coronel Custódio de Almeida Magalhães, fundador e chefe da Casa Bancária, tão conhecida em Minas, que foi conterrâneo e parente próximo do padre Machado, tinha tal devoção a ele que pensava que o casamento de suas filhas, feito pelo padre Machado, seria feliz; algumas consorciaram-se no Rio de Janeiro, e isso obrigava o bom padre à longa jornada a cavalo que se fazia então de São João del-Rei à Corte".

Também em fins de novembro de 1919 o jornalista J. de Almeida Queiroz, então residente em Juiz de Fora, publicou interessante depoimento sobre o Cônego Machado, que, em parte, transcreveremos.

"Tive a felicidade de receber instrução religiosa em Congonhas do Campo, quando o Arcebispo de Mariana era ainda o padre Silvério; diretor do Colégio, o padre Cunha, bom e virtuosíssimo ancião; vice-diretor o padre Machado, amigo inesquecível.

Deste sábio educador, tudo que vou escrever já é conhecido sobejamente de seus discípulos e amigos, dos quais muitos ocupam atualmente as mais elevadas posições sociais.

O padre Machado era homem de alta cultura intelectual; orador de extraordinária dialética, nunca fatigava, antes deleitava o auditório. Não empregava montão de palavras em deserto de idéias; mas despertava em nós um sem-números de idéias, em termos precisos, em frases curtas e incisivas, que nos iam até às profundezas da alma, iluminando-a de brilhos estranhos, até então nunca sentidos.

Era de extremada abnegação, e de modéstia sincera. Praticava a caridade humildemente, sem o menor vislumbre de ostentação, por amor ao próximo, qual a recomendou o Divino Mestre.

Um dia, em viagem do Rio de Janeiro para Minas, vinham com ele no mesmo carro alguns estudantes da Politécnica.

Estes começaram a dirigir-lhe gracejos tão impertinentes, que seriam capazes de tirar-lhe a calma, se a humildade não lhe fosse constante companheira.

– Moços, disse-lhes sem azedume, com evangélica mansidão, – o riso e o brinquedo cabem muito bem à vossa idade. Eu já fui moço e jovial; estudei até o quarto ano da escola que presentemente frequentais; nunca, porém, faltei com o respeito às pessoas dignas dele; nunca escandalizei a velhice; meus pais ensinavam-me a beijar a mão aos velhos. Por que não haveis de ser caridosos comigo, que não vos estou fazendo mal nenhum?"

Um dos rapazes, aproximando-se dele, pediu-lhe perdoar a irreverência dos colegas.

O simpático e venerando sacerdote de tal modo o acolheu, que, em poucos minutos, viu-se rodeado de todos os estudantes, alí prisioneiros de sua brandura e de sua conversação instrutiva e boa".

A 25 de abril de 1881, estando D. Pedro II em S. João del-Rei para a inauguração da Escola João dos Santos, visitou o Colégio da Conceição, fundado pelo cônego Machado, tendo verificado a aplicação dos alunos de latim e de francês. "A biblioteca do vigário compõe-se de excelentes livros, revelando nele inteligência e seriedade de espírito", consignou o visitante no seu "Diário de Viagem".

A 15 de junho de 1881 D. Pedro II agraciou-o com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

O jornal Sanjoanense" O Dia", em 1912 a crônica "Prosa", de autoria de "Salusto". Daremos, da mesma, alguns fragmentos.

"O Colégio do Cônego Machado achava-se instalado no grande sobrado de dois andares, próximo à Igreja do Carmo. No Pavimento inferior do grande prédio ficavam os depósitos; no primeiro andar, as salas de aula e os vastos dormitórios; no segundo andar – o salão de estudo".

Opinião do citado cronista sobre o cônego Machado: "Este virtuosíssimo sacerdote era alto, gordo e corado; de fronte ampla e poderoso nariz, tinha um certo que no rosto que lembrava o de Napoleão. Era por todos nós tido na conta de um santo".

Em 1918 o "Minas-Jornal", de S. João del-Rei, promoveu a" enquete" – "Qual deve ser o nome do novo Grupo Escolar? ". Tratava-se, no caso, de denominação do atual prédio da Escola Estadual de 1.º Grau João dos Santos. Nosso biografado alcançou votos qualificados. Álvaro Bastos Júnior opinou pelo nome do cônego Machado – "Sanjoanense ilustre, considerado o primeiro púlpito de Minas, deixou assombrado o Segundo Imperador por ocasião de sua visita a esta cidade, tal a demonstração de saber que revelou nas palestras que entreteve com o Monarca". Também votou no nome do Cônego Machado o Dr. José Maria Ferreira, Promotor de Justiça da Comarca. O poeta e acadêmico Franklin de Almeida Magalhães preferiu o nome do Cônego Machado – "Tribuno notável, pedagogo emérito, guiador de almas, erudição vasta e profunda, grande coração cheio de virtude". Acentuou o autor de "Canções Sanjoanenses" que ele não quis, por modéstia, ser Bispo de Olinda, em Pernambuco.

No artigo do Dr. Loureiro deparamos, ainda, o trecho seguinte: "Há um hiato na vida eclesiástica do Padre Machado, é quando foi Diretor de diversos colégios em Congonhas do Campo, Petrópolis e São João del-Rei; pensava o virtuoso prelado que também se serve bem a Deus ensinando à mocidade a vereda da boa e santa ciência. Estas empresas, do ponto de vista comercial, todas faliram. É que para o Padre Machado o dinheiro era de somenos importância . . ."

O inventário do Cônego Machado, que compulsamos, comprova a assertiva do jornalista. O Cônego deixou poucos bens e muitas dívidas, das quais mencionamos as declarações documentadas de professores do Colégio da Conceição, que se habitavam para o recebimento de proventos de magistério. Lemos no inventário interessante despacho do Juiz processante, que não concordou com a avaliação dos livros, uma vez que os louvados, conquanto honestos, não estavam à altura de avaliá-los devidamente. A "Gazeta Mineira", periódico Sanjoanense,

número 46, de 5 de setembro de 1884, informou: "Biblioteca – Das nossas oficinas acaba de sair impresso em folheto o catálogo da importantíssima biblioteca do nosso sempre lembrado amigo, cônego Antonio José da Costa Machado. Não contando folhetos e jornais, sobe o número de volumes dessa biblioteca, como poucas particulares se encontram, a mais de 4.300 quase todos em muito bom uso. Não tem esta biblioteca uma obra de valor secundário; assim, quem adquirí-la torna-se-á possuidor de uma livraria de inestimável valor".

No livro "Clero Mineiro", de Furtado de Menezes, encontram-se referências ao Colégio de Congonhas, das quais transcreveremos as seguintes: "Em 1867, foi direção do colégio confiada ao padre Antonio José da Costa Machado, que a 16 de setembro de 1871 retirou-se a pé e sem exigir o seu saldo". Também se referiu ao nosso conterrâneo o padre Júlio Engrácia na Relação Cronológica do Santuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo. "Em 1867 apareceu em nosso cenário um sacerdote, cuja presença, em cousas e estabelecimento desta ordem, cuja fama corria por todos os cantos da Província, nos é admirável, por lhe conhecermos o carater. Era o revmo. Antonio da Costa Machado de saudosa memória, falecido vigário de São João del-Rei: Sacerdote tão distinto por suas exímias virtudes como por sua robusta mentalidade e variada ilustração: era um luzeiro do Clero Marianense, verdadeiro missionário apostólico pelo espírito de fé, nele acrisolado como em um Santo, podia repetir como São Pedro: Eis Senhor que tudo deixei para seguir-vos. Timorato de consciência, tinha receios de tomar sobre seus ombros a responsabilidade de cura dalmas, e dedicara-se ao ensino da mocidade. Como tal manteve estabelecimento de educação em diversos pontos da Diocese e fora dela. Sua competência na espécie o faz lembrado pela Mesa da Irmandade do Senhor Bom Jesus, para vir dirigir o Colégio. Ou ele não sabia com quem se ia envolver, porque era homem que só cuidava do que era do seu dever, ou entendeu poderia haver-se com as mesas, visto como nada se entremeteria da administração, mas somente servir-se-ia da casa para o Colégio e teria garantia da Irmandade para um certo número de alunos e da Província de outros. Afagou esse pensamento e convinha-lhe porque era lastimoso o estado de penúria financeira em que se achava sempre, e máxime nessa época em que se via por demais onerado.

Veio em 1867 e o encontramos recebendo em setembro de 1868: 1:700$000, que, ao que parece, é ordenado de Diretor igual do pe. Cunha, mas nenhum documento encontramos que nos revele o contrato que existia".

Foi convidado, certa feita, para ocupar a tribuna sagrada numa cidade mineira, onde se celebravam com grande pompa os festejos da Semana Santa. Terminados os atos religiosos o tesoureiro da Irmandade entregou ao cônego Machado, em envelope fechado, a espórtula destinada ao famoso pregador. Na viagem de regresso à sua residência, dirigiu-se ao Ministro de Deus uma pobre viúva, implorando-lhe auxílio para os netinhos que passavam fome. O cônego Sanjoanense depositou nas mãos da anciã, mal vestida e tristonha, o envelope que recebera. Ao abrir a sobrecarta a mendiga viu dentro da mesma quinhentos mil réis, importância muito elevada naquele tempo. Alma simples e pura, correu ao encontro do Cônego, acreditando que se enganara dando-lhe tão vultosa esmola.

– Senhor Padre, somente lhe pedi uma esmola e achei no envelope uma nota de alto valor. Deve haver engano da parte do Senhor!

– Não há engano, minha filha. Foi São Vicente de Paula quem te deu o dinheiro para que teus netinhos não sofram frio e fome durante alguns meses.

A mulher chorava de alegria vendo-se livre de aperturas de uma vida de misérias, ao lado dos netos órfãos. O Cônego Machado, sem perceber que seu gesto figuraria na lembrança dos pósteros, continuou a caminhada, montado no seu cavalo, enfrentando a poeira das estradas. A História supra tem sido repetida por diversos autores, cada um deles apresentando versão um pouco diferente. O tema central do fato, comprovando o sentimento caritativo do cônego Machado, permanece sempre o mesmo.

Recolhemos na "Arquidiocese de Mariana", de autoria do cônego Raimundo Trindade: "Vigário da Freguesia e da Vara da sua terra natal. Às 4,30 horas da manhã, invariavelmente, achava-se na Matriz para atender os fiéis. Pregava todos os dias. Sua obediência aos superiores hierárquicos é quase heróica. "Se eu fosse confirmado Bispo de Mariana (disse-lhe um dia, em Petropólis, o Padre Benevides, seu grande amigo), levá-lo-ia comigo". E o Padre Machado, que então regia na cidade serrana um grande colégio, ao lado do qual tinha outros interesses que o prendia, tudo largou à intimação do seu Bispo, Dom Benevides, que efetivamente se sagrou pouco tempo depois. Consta que D. Pedro II quis por vezes fazê-lo Bispo. Esse ilustre sacerdote, excelente pároco e grande educador, faleceu em São João del-Rei em 1884".

O abalizado historiador mineiro, Dr. Paulo Kruger Corrêa Mourão, na sua obra "Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império" informa que o cônego Machado regeu as cadeiras de Filosofia e Latim do Externato de São João del-Rei, adiantando que fora nomeado a 16 de maio de 1861.

O culto professor Antonio de Lara Rezende denominou Instituto Padre Machado ao colégio que iniciou atividades em S. João del-Rei, transferindo-se, depois, para Belo Horizonte, para perpetuar a memória do cônego Antonio José da Costa Machado.

Insisto no assunto para dissipar dúvidas, pois assistiu em São João del-Rei outro sacerdote sanjoanense, também conhecido como Padre Machado, Padre Francisco de Paula Machado, falecido a 17 de outubro de 1889. Cuidava de sua grande chácara, situada nas proximidades do local onde se localizam a Matriz de São João Bosco e a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Era filho do comendador João Batista Machado e de D.ª Ana Joaquina dos Santos. Ordenou-se em Mariana a 26 de fevereiro de 1825.

A 4 de outubro de 1883 a Irmandade do Santíssimo Sacramento, de São João del-Rei, deliberou em reunião mandar ofício ao Bispo de Mariana. "A Mesa acaba de ser dolorosamente surpreendida com a notícia de que o cônego Machado pretende pedir a V. Revma. dispensa do lugar de Pároco desta Freguesia e de Vigário da Vara da Comarca, cargos que ele tem desempenhado com zelo, solicitude e caridade de modo a não poder ser excedido". D. Benevides, em ofício de 26 de outubro de 1883, confirmou a permanência do Padre Machado em São João del-Rei proclamando com relação ao pedido dos Irmãos do Santíssimo – "fez-me ver o alto e justo apreço em que VV.SS. têm o Revmo. Cônego Antonio José da Costa Machado. Esta significativa prova dos ótimos sentimentos que dominam a Irmandade do SSmo. Sacramento da Matriz de São João de-Rei, encheu-me de consolação".

No livro "Joaquim Sapateiro", editado pelo Secretariado Vocacional Salesiano, S. Paulo, em 1964, de autoria do santo e saudoso Arcebispo conterrâneo D. Antonio de Almeida Lustosa, colhemos os dados seguintes sobre o Cônego Machado:

"Como orador sacro, era muito admirado. Contam que o ouviu certa vez o imperador D. Pedro II, o qual depois, dando-lhe os parabens, lhe disse que devia colocar uma dentadura para ser ainda melhor a sua pregação. O Cônego respondeu:

— Sim, é possível, Senhor, mas talvez não fosse muito bom o efeito".

"Oh! por que, Padre Machado? ".

— Vossa Majestade sabe que o Machado com dentes pode fazer mais barulho mas corta mal".

Selecionamos outro trecho do livro, que nos conta a piedosa vida do coadjutor salesiano Joaquim Honório dos Santos, também natural de São João del-Rei. "Era o Padre Machado grande amante da pobreza evangélica, quer no traje, quer na alimentação. Fizera voto de não comer carne e o manteve fielmente. Consta que tentando extrair um calo do dedo mínimo do pé, se feriu. Não querendo faltar aos seus deveres paroquiais, faltou ao devido repouso. O pé se lhe inflamou extraordinariamente. Apesar disso, foi oficiar na procissão de Corpus Christi. Chegando em casa, recebe o chamado para atender a um doente a três léguas de distância. Com dificuldade monta a cavalo e vai levar os últimos sacramentos ao enfermo. Foi sua última viagem. No dia 16 de junho (1884) já não pôde celebrar. Pediu a um amigo que não lhe deixasse faltar os últimos socorros da religião.

A 21 de junho, avisado pelo Padre José Pedro da Costa Guimarães, que já ali estava o Viático, fez comoventíssima profissão de fé. A 24 desse mês de junho entregou o Padre Machado sua bela alma ao Criador. Nunca se viu morte mais sentida em São João del-Rei. No dia seguinte, o enterro foi uma glorificação de lágrimas. Os jornais da época, de diferentes cidades, tecem os maiores elogios ao virtuoso sacerdote. O que se ouvia com freqüência era a frase — Morreu um Santo".

Podemos, também, imaginar a tristeza que invadiu o coração sensível de seus amigos mais íntimos como o maestro e professor João Feliciano de Souza, pai de nosso amigo maestro Dr. Pedro de Souza.

A mesa do Santíssimo Sacramento deliberou que fosse sepultado no interior da atual Catedral-Basílica de N. Srª do Pilar, na Capela do Santíssimo, onde posteriormente foram sepultados o padre João Pereira Pimentel, o Arcebispo D. Antonio Augusto de Assis e D. Delfim Ribeiro Guedes, 1.º Bispo da Diocese de São João del-Rei, falecido nesta cidade a 23 de fevereiro de 1985. Também a Ordem do Carmo, de São João del-Rei, de quem o cônego Machado foi devotado amigo, prestou-lhe homenagens póstumas — mandou celebrar missas, durante dez anos, a 24 de junho de cada ano, por alma daquele que, tendo ingressado na Ordem em 1857, dignificou por três vezes o importante cargo de Prior. Esclarece Dom Antonio Lustosa, na biografia que escreveu "O Padre Machado": "Era grande devoto de Nossa Senhora do Carmo. Mostrou o desejo de ser enterrado na igreja do Carmo, mas disse: "Como Vigário deverei ficar na Matriz".

A 1.º de julho de 1884 realizou-se na Matriz de N. Srª do Pilar Missa com libera me que a Irmandade do SS. Sacramento mandou celebrar por alma do cônego Antônio José da Costa Machado, oficiada pelo padre José Pedro da Costa Guimarães presentes sete sacerdotes. A música da solenidade foi regida pelo maestro Martiniano Ribeiro Bastos.

"No centro da igreja erguia-se soberbo catafalco, suntuosamente adornado, medindo quatro e meio metros de altura, iluminado por quatro ordens de banquetas, partindo do assoalho coberto por grande e rico tapete e indo terminar no cimo do catafalco, onde estavam colocadas as vestes de cônego, envolvendo uma

pequena cruz de madeira e cobertas por um lindo véu preto rendado". O catafalco foi armado por Daniel de Paiva. A 24 de julho de 1884 a veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo mandou oficiar missa solene de 30.º dia de falecimento do cônego Machado. No centro da Igreja do Carmo armou-se um catafalco, em estilo gótico, com cerca de cinco metros de altura, planejado por Joaquim Francisco de Assis Pereira e executado por Daniel de Paiva. Colocou-se o retrato do finado numa das faces do catafalco – "que tinha em cima as insígnias da Ordem, sobre as quais descansavam as vestes distintivas dos cônegos". Rico e extenso tapete circulava a essa mortuária. Sob a regência de Daniel de Paiva e de Luiz Batista Lopes, executou-se uma missa que Presciliano Silva compôs em Milão e um Libera Me pelo mesmo maestro composto no Brasil e destinado à Igreja de São Gonçalo Garcia, desta cidade. Tocou-se, antes e depois da solenidade, uma composição fúnebre da lavra de João Feliciano de Souza, discípulo do Cônego Machado. À cerimônia compareceram nove sacerdotes.

"O Padre Machado foi desses homens que partem para o além, mas ficam ainda por muito tempo na terra, a edificar os mortais. Como os vasos que guardam essências aromáticas e que, depois de vazios continuam por muito tempo a trescalar o mais suave perfume, assim a cidade natal do bom sacerdote por muitos anos trescalou o bonus odor Christi de que era impregnada a sua vida, a vida desse seu grande filho" (Dom Antonio de Almeida Lustosa – obra citada).

Em "A Gazeta Mineira", edição de 16 de setembro de 1886, lemos a crônica, cujo autor esconde-se sob o pseudônimo de "Margarida", que evoca o enterramento do Cônego Machado. "O povo, cabisbaixo, seguia o préstito num andar mesurado, ao som plangente dos bronzes que soluçavam pelo espaço num concerto de saudades. Muitos rostos se lavavam em lágrimas, e a velhice alquebrada, bem como a ardente mocidade, se congraçavam na mesma sentida mágua pelo seu Pastor. É que o virtuoso prelado, na sua peregrinação pela terra, tomara como divisa – o amor da humanidade pelo amor de Deus". Concluía o cronista, contemporâneo do querido extinto: "Sacerdote tão convicto da sua missão de paz e de moral é o único que tão perfeito tenho até hoje conhecido e quando o comparo ao Bispo Benvindo de Vitor Hugo, acho-o superior em muitas coisas ao ideal do poeta".

O cônego Antonio José da Costa Machado, Patrono da Cadeira número oito que ocupo na Academia de Letras de São João del-Rei, conquistou, merecidamente, posição ímpar na galeria dos maiores filhos de São João del-Rei.

A BANDEIRA DE FERNÃO DIAS PAIS DE IBITURUNA A S. PEDRO DO PARAOPEBA (UMA HIPÓTESE A MAIS)

Geraldo Guimarães

"... se a margem desconhecida é superior à área conhecida ... o mais prudente não é o silêncio, a melhor confissão da ignorância? "

"... como tentar a redação de uma obra diante do perigo nada irreal de vê-la logo abandonada por errada? Se não se nota, por certo, obra histórica sem equivocos ou enganos mais ou menos graves, acerca de fatos ou de interpretações, sem confusões e sem erros, não nos aconselharia a prudência um discreto silêncio? "

"A virtude porem levada a ponto de exagero, degenera. Se os pesquisadores conservarem o seu silêncio eternamente, a ciência não progredirá pois não haverá troca de informações. Certamente documentos mais importantes são divulgados. Mas há um mundo de conhecimentos que o historiador com o correr do tempo acumulará de tal sorte que, afinal, acaba entendendo de tal maneira do assunto que sua interpretação deve ser publicada, *mesmo com a consciência de ser provisória, mesmo a título de hipótese de trabalho, pois que sempre é uma contribuição positiva para o devido esclarecimento de qualquer dúvida*". – (grifo nosso)

(João Camilo de Oliveira Torres – "História de Minas Gerais")

OS SERTÕES DAS MINAS GERAIS ANTES DE FERNÃO DIAS PAIS

Antes eram apenas os indígenas os primitivos senhores do território, em guerras constantes entre as várias tribos, disputando as áreas de caça e pesca mais abundante e terras mais férteis para suas lavouras.

Várias foram as nações que habitaram o território. Na região do rio Grande predominavam, na época das bandeiras, os Cataguá, dos quais se originou o primitivo nome da região: SERTÃO DOS CATAGUÁ.

Segundo Diogo de Vasconcelos, no tempo das expedições e das descobertas, os sertões das minas gerais eram conhecidos como divididos em três zonas distintas: Cataguá, Congonhas e Caeté.

A primeira começava na serra da Mantiqueira e terminava na zona das vertentes, constituída de campos e matas alternadas.

A segunda era constituída da região compreendida entre as Vertentes e a serra da Itatiáia, com predominância de campos.

A terceira a partir da Itatiáia, era a região das matas.

Quando Fernão Dias Pais, em 1674, partiu com sua bandeira em busca das esmeraldas, os caminhos já eram primariamente conhecido. Os paulistas já tinham, em diversas oportunidades, transposto a Mantiqueira pelo morro do Lopo e pela garganta do Embaú.

Entre outros, André de Leão penetrou profundamente o território. Nesta bandeira estava o flamengo Glimmer que registrou o roteiro. Seguiu esta expedição pelo vale do Paraíba, atravessou a Mantiqueira no Embaú e foi a regiões duvidosamente localizadas além do rio Grande.

Outros, como Diogo Gonçalo Laço e Francisco Proença, cerca de 1611, e Felix Jaques, 1646, perlustraram o atual sul de Minas.

META FINAL DA BANDEIRA

A meta final e principal da bandeira de Fernão Dias era encontrar as jazidas das supostas esmeraldas, localizadas por Marcos de Azeredo Coutinho (na segunda década do século XVII), mais de meio século antes, que, vindo do litoral do Espírito Santo, subindo o rio Doce, penetrou os sertões do atual norte de Minas.

Não seria uma busca às tontas do velho bandeirante. Havia um alvo determinado a ser atingido, já anteriormente balizado por Azeredo Coutinho que já havia estabelecido as coordenadas e registrado as referências.

Existe um documento que vem confirmar esta assertiva:

> ". . chegão ao porto donde os guia o roteiro que desta viagem e descobrimento deixou Marcos de Azeredo marchando por terra encontrando os sinais todos daquelle Itinerario . . . conforme a graduação que dá o Itinerário a serra das esmeraldas está este rio (São Mateus) na mesma altura, não se entranha no sertão tanto como o rio Doce, mas respeitando sua graduação . . ." (1).

Marcos de Azeredo Coutinho deixou detalhado relatório sobre o descoberto, com mapas e coordenadas definidas para o futuro, a quantos procurassem as cobiçadas jazidas.

Diogo de Vasconcelos afirma:

> "Foi Marcos de Azeredo quem deixou, do Sertão das Esmeraldas, plantas e alturas definidas com certa clareza e precisão" (2)

O alvo ambicionado por Fernão Dias Pais era pois alcançar, partindo do sul, o mesmo ponto atingido por Azeredo vindo do leste.

E lá chegou!

A EXPEDIÇÃO

Fernão Dias preparou a expedição com riqueza de detalhes e acercou-se de meticulosos cuidados, prevendo uma árdua jornada e demorada permanência nos sertões. Convocou sertanistas experimentados. Aprestou centenas de índios. Aprevisionou víveres, armas e munições.

Como garantia principal para uma jornada segura fez partir, com antecedência, uma vanguarda com a maioria de seus índios, chefiada por Matias Cardoso de Almeida, que tinha a missão de avivar as picadas, plantar roças e instalar arraiais para a facilidade futura no trânsito dos caminhos, na ida e vinda dos sertanistas, e pouso durante a estação das chuvas.

A Vila de São Paulo, de onde partiu a bandeira, em 21 de julho de 1674, situava-se nas proximidades do paralelo 23 e meridiano 47. Vapabuçu, o alvo da jornada, quase no cruzamento do paralelo 17 com o meridiano 43.

De S. Paulo a expedição seguiu por caminhos já bastante trilhados na época. Rumou pelos vales do Tietê e Paraiba até a bocaina do Embaú, por onde transpôs a Mantiqueira. Rumando para o norte, cruzando os rios da bacia do rio Grande: cabeceiras do Verde, o Baependi, o Ingaí e finalmente o próprio rio Grande, estacionou às margens do rio das Mortes, onde ficou estabelecido o primeiro arraial – Ibituruna.

O CAMINHO GERAL DO SERTÃO OU CAMINHO VELHO

A bandeira de Fernão Dias Pais vindo até Ibituruna, pela rota antes esboçada, possivelmente trilhou os mesmos passos de André de Leão. A partir de Ibituruna, mesmo considerando-se a hipótese de André de Leão por lá ter estado, *os itinerários das duas bandeiras não mais têm possibilidade de coincidência.*

Enquanto Fernão Dias procurava o rumo nordeste, indo fundar o segundo arraial – São Pedro, às margens do Paraopeba, André de Leão, segundo seu roteirista, Glimmer, rumou para noroeste.

O caminho que ligava São Paulo, e também o Rio de Janeiro, aos sertões dos Cataguá ou das minas gerais, até os fins do século XVII, era conhecido como Caminho Geral do Sertão.

Posteriormente, nos primeiros anos do século seguinte, com a abertura do Caminho Novo por Garcia Rodrigues Pais, caminho este vindo do Rio de Janeiro, o primitivo caminho Geral passou a ser conhecido como Caminho Velho.

Na Biblioteca da Ajuda encontra-se um documento da época que diz:

> "Das Villas de São Paulo para o rio de São Francisco descobrirão os paulistas antigamente um caminho que chamavão Caminho Geral do Sertão, pelo qual entravão e cortando os vastos dezertos que medeão entre as ditas Villas e o dito Rio nele fizerão várias conquistas de Tapuyas, e passarão a outras para os certões, de diversas jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco e Bahia, sendo para todos geral o dito caminho ". . ." (3)

No referido Caminho Velho foi, mais tarde, descoberto um atalho que das alturas do Baependi vinha ao Porto Real da Passagem no rio das Mortes.

Sobre o assunto refere-se Diogo de Vasconcelos:

> "Descobriu-se, porém, um atalho em muito melhores condições, partindo do Mbaependy e atravessando o sertão das Carrancas para sair em São João del-Rei." (4)

Eduardo Canabrava Barreiros escreve:

> "Deveu-se isto (aludindo à decadência de Ibituruna) certamente ao fato, no apagar das luzes do século XVII ou princípios do século XVIII, de se desviar o caminho para as minas gerais, o que se deu em local que passaria à história como Encruzilhada, posteriormente denominado Cruzilha, ao norte de Baependi. Foi cordeado a partir dalí um atalho que passaria a ser conhecido como caminho real, e que, estendendo-se por Traituba e Carrancas ia dar no Porto Real da Passagem no rio das Mortes." (5)

CAMINHOS ANTIGOS SOBRE AS TRILHAS INDÍGENAS

Os índios traçaram pelos séculos anteriores as primeiras trilhas utilizadas pelo invasor branco.

Não seria exagero dizer-se que grande parte dos caminhos existentes até hoje foram calcados nas antigas veredas dos primitivos habitantes do território.

Em suas constantes andanças em busca de melhores áreas de caça e pesca e condições mais favoráveis para suas roças, em suas guerras constantes, perseguindo ou sendo perseguidos, enfim no seu nomadismo característico, o índio abriu trilhas nas florestas, descobriu passagens nas gargantas das serranias, contornou penhascos, evitou os baixos alagadiços e caminhou de preferência pelas cumeadas dos divisores de águas, procurando as terras mais enxutas e com matos menos densos.

O índio se deslocava praticamente sem bagagens, pois suas necessidades eram mínimas e primárias. Seus caminhos eram estreitas trilhas.

O usurpador branco trazia mantimentos, armas, polvora e chumbo, ferramentas e utensílios transportados por carregadores. As trilhas tiveram de ser alargadas a golpes de foice e facão. Mais tarde vieram os animais de carga e o gado para a alimentação e os caminhos tiveram de ser melhorados.

Mário Leite afirma:

> "Quem gizou os primeiros caminhos na Mantiqueira foram por certo os índios, os Cataguás, seus primitivos habitantes mais centrais, os Guaianás do lado paulista, os Tamoios que foram acometer estes últimos e outras tribos adjacentes. Deviam ser inúmeros estes caminhos, no seu nomadismo de viver, nos seus embates, de tribo para tribo, nas suas sortidas para a caça e pesca." (6)

Numa pesquisa sobre os mapas constataremos que a maioria das trilhas, dos caminhos, das estradas de rodagem, mesmo de algumas modernas vias asfaltadas, têm sua localização, seu traçado, buscando os espigões divisores de aguas. Exepção quando se trata de serem evitadas serranias escarpadas, com bruscos e acentuados desníveis, ocorrendo então preferência pelas encostas. Isto não implica na impossibilidade de certos mas raros caminhos antigos terem grandes extensões de suas rotas beirando cursos de águas, como o Caminho Novo, em longos trechos, margeando o Piabanha e o Paraibuna.

DE IBITURUNA A. S. PEDRO DO PARAOPEBA

Abordamos apenas superficialmente o roteiro da bandeira de Fernão Dias Pais até Ibituruna, por ser esta etapa já bastante discutida e esclarecida por quantos trataram do assunto.

Se o primeiro e os últimos trechos do itinerário foram profusamente debatidos e estudados, com ênfase e maior largueza de detalhes, o referente a Ibituruna-São Pedro sempre ocupou um plano menor. Isto provavelmente decorrente de dois fatores principais: a existência mais farta de documentos e, a partir do Sumidouro, a uma expressiva carga de dramacidade e mesmo de tragédia no desenrolar dos acontecimentos, somando-se ainda o fator tempo na duração dos fatos.

Verdade é que, por estas razões e outras que nos fogem à percepção, de uma maneira geral a segunda fase da jornada foi sempre abordada com menos força, ou talvez com menos entusiasmo que os encontrados nos demais segmentos do itinerário.

Diogo de Vasconcelos diz apenas:

> "Passada a estação das chuvas, em março do ano seguinte, dirigiram-se os bandeirantes em direitura à serra da Borda, e atravessaram a região do campo entrando na do Paraopeba (Pirahypeba, rio do peixe chato) onde fundaram o segundo arraial (Sant'Ana) (7)

Salomão de Vasconcelos referindo-se ao trecho em foco diz:

> "Saindo pois do rio das Mortes, seguindo a montante esse rio, galgando depois os serrotes da região, passando nas imediações de Lagoa Dourada e continuando pelo norte, até as proximidades do rio dos Bois, formador do Para ou Pitangui, ganharia o Gambá de Pedra, daí atingiria as nascentes do Camapuã, descendo pela margem esquerda deste até certo ponto, rumando depois mais para a esquerda, atravessando a serra do Camapuã, e detendo-se aí na baixada, onde fundou a feitoria de São Pedro" (8)

Waldemar de Almeida Barbosa endossa a opinião de Salomão de Vasconcelos, em seu último livro — "História de Minas".

Eduardo Canabrava Barreiros, referindo-se ao tema, diz:

> "Agora sim temos diante de nós o primeiro trecho de caminhos puramente conjecturais". (9)

Após analisar o roteiro de Salomão, Canabrava da a sua opção:

> "Quanto a nossa sujestão . . . o possível trajeto da bandeira de 1674 correria a partir de Ibituruna, no mesmo itinerário da expedição de 1601, uma vez que por alí se estendia uma *estrada larga e batida*, no dizer do próprio Glimmer. Alongar-se-ia paralela ao ribeirão da Serra, até a atual Passa Tempo, onde defletindo para o nordeste seguiria a bandeira em busca do rio das Velhas. Ultrapassando o rio Pará e, através das elevações das cabeceiras do Macaubas, correria pela atual Piedade

das Gerais, alcançando afinal a famosa segunda feitoria, São Pedro do Paraopeba". (10)

ROTEIRO DE GLIMMER – A BANDEIRA DE ANDRÉ DE LEÃO

Segundo Glimmer que deixou registrado o roteiro, a bandeira de André de Leão (1601), partindo de São Paulo, subiu um trecho do Anhembi (Tietê). Saindo deste rio ganhou um afluente do Paraiba, desceu em canôas por este último até as cachoeiras (Cachoeira Paulista) já nas alturas aproximadas da bocaina do Embaú, por onde transpôs a Mantiqueira.

Até aqui tudo muito claro e lógico. É o mesmo itinerário utilizado pela maioria das expedições que penetraram os sertões das minas gerais, vindas de São Paulo.

A partir deste ponto Glimmer registra:

> "Três dias depois, chegamos a um rio que deriva do nascente e, atravessando-o, durante quatorze dias, tomamos a direção de Noroeste, através de campos abertos e outeiros despidos de árvores, até outro rio, que era navegável e corria da banda do Norte. Atravessamo-lo numas embarcações chamadas jangadas, e, quatro ou cinco léguas mais adeante, topamos outro rio que corria quase do Norte e era navegável. Creio porém que estes três rios, afinal, confluem num só leito e vão desaguar no Paraguai, em razão de que o curso deles é para o Sul ou para o Ocidente" (11)

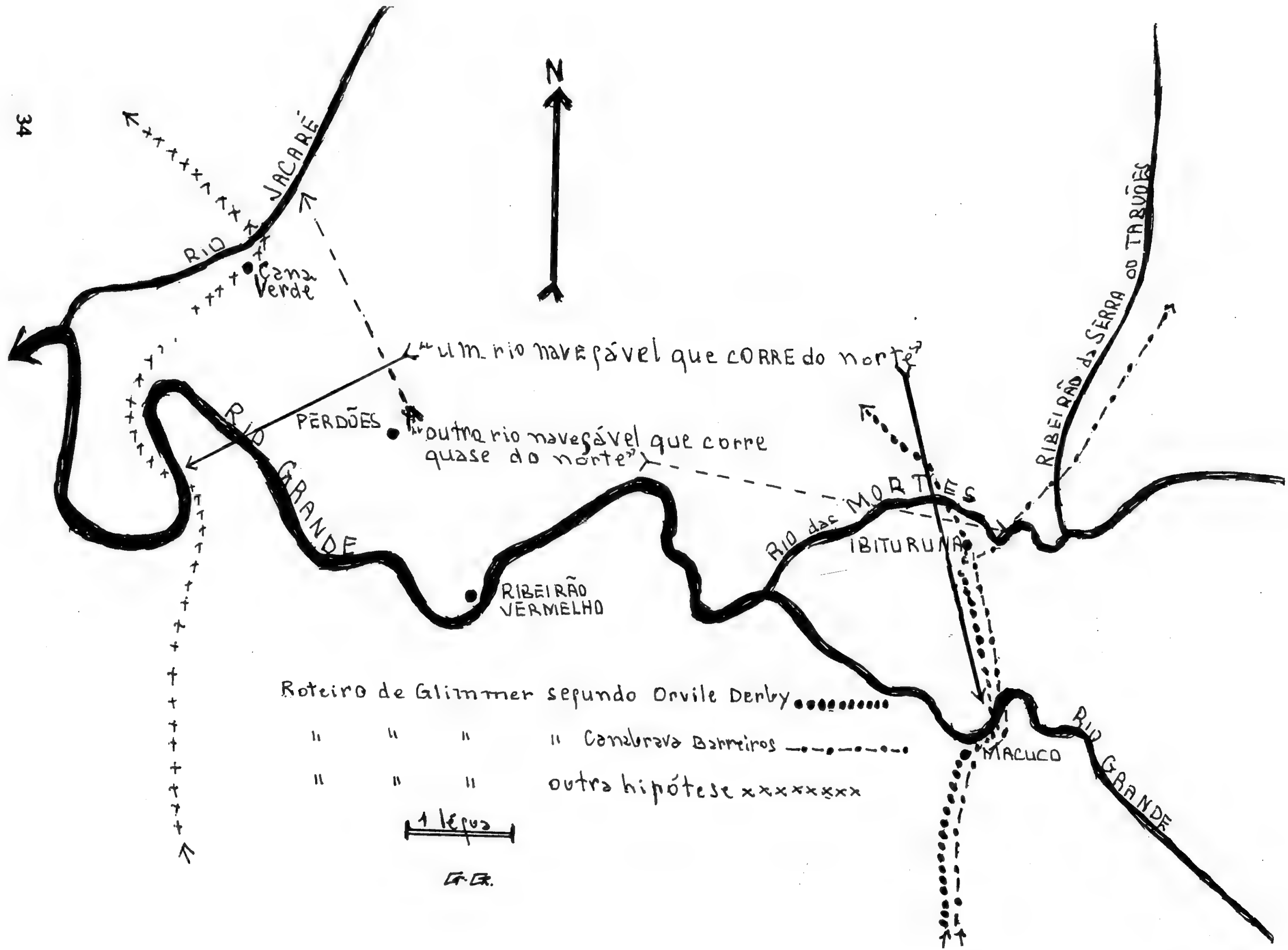
Canabrava Barreiros comentando este trecho é de opinião de que o que vem do nascente seria o rio Verde e, os outros dois: um que vem do norte e outro que corre quase do norte, são o rio Grande e o rio das Mortes, com a ressalva sobre a distância que separa os dois rios:

> ". . . se reduzirmos as ditas léguas a duas ou duas e meia" (12)

Sendo o primeiro o rio Verde e se a expedição, a partir deste rio, seguiu, como diz Glimmer, para o noroeste, a não ser que posteriormente houvesse uma correção de rumo, o que não está registrada, convenhamos, André de Leão não encontraria o rio Grande e conseqüentemente o rio das Mortes na posição indicada, na região de Ibituruna.

Acontece ainda que, rumando a bandeira a partir do rio Verde com a rota direcionada para *noroeste* poderia chegar André de Leão a um ponto do rio Grande com as mesmas características anteriormente registradas, "que vem do norte" e neste caso o terceiro rio – "que corre quase do norte", seria o Jacaré. Neste caso a distância entre os dois rios se enquadraria no "intervalo de quatro ou cinco léguas", aproximadamente.

Glimmer continua sua descrição relatando que junto do último rio, o suposto rio das Mortes, encontrou uma aldeia de índios farta de alimentos, onde a bandeira descançou por quase um mês e, reabastecendo-se, pôs-se em marcha para o *NOROESTE.*


N
RIO JACARÉ
Cana Verde
"um rio navegável que corre do norte"
PERDÕES
"outro rio navegável que corre quase do norte"
RIO GRANDE
RIBEIRÃO VERMELHO
RIO das MORTES
IBITURUNA
RIBEIRÃO da SERRA do TABUÕES
MACUCO
RIO GRANDE
Roteiro de Glimmer segundo Orvile Derby
" " " " Caneleira Barreiros
" " " outra hipótese
1 légua
G.G.

"Tendo-nos demorado aquí quase um mez, abastecidos de vitualhas, prosseguimos nossa viagem em rumo de Noroeste e, decorrido um mez, sem encontrar rio algum, chegamos a uma estrada larga e trilhada e dous rios de grandeza diversa, que, correndo do Sul entre as serras de Sabaraosu, rompem para o Norte; e é minha opinião que esses dous rios são as fontes ou cabeceiras do S. Francisco." (13)

A informação é clara quanto ao rumo. A expedição, mais uma vez, rumou para o *noroeste.*
Se partindo do rio das Mortes, na região de Ibituruna, certamente toparia com o rio Jacaré antes da "estrada larga e trilhada."

Na hipótese em que a aldeia indígena, na qual a bandeira reabasteceu-se e descansou por quase um mês, estivesse situada nas margens do rio Jacaré, cerca de quatro ou cinco léguas do rio Grande, (região de Cana Verde) partindo deste ponto, direção noroeste, não encontraria nenhum rio de importância antes de chegar a "dous rios de grandeza diversa, que, correndo do sul . . . " bem podem caracterizar o São Francisco e um dos seus primeiros formadores.

Seguindo este raciocínio parece-nos que Glimmer acertou quando disse:

". . . é minha opinião que esses dous rios são as fontes ou cabeceiras do S. Francisco:"

Canabrava Barreiros, interpretando Glimmer, após a partida da bandeira da aldeia indígena, considera:

"Possivelmente esta estrada larga e batida seria a rota costumeira dos selvícolas, rota que acompanhava o ribeirão da Serra até suas nascentes orientais, ultrapassando assim as elevações das Vertentes" (14)

Acontece que Glimmer diz que a "estrada larga e trilhada" foi encontrada "decorrido um mez" e sabemos que o ribeirão da Serra (também conhecido como dos Tabuões), desagua no rio da Mortes, cerca de uma légua acima de Ibituruna, e tem suas nascentes ao norte e seu curso norte-sul, tendo a bandeira de André de Leão seguido para noroeste. Logo a hipótese de Canabrava não coincide com as informações de Glimmer.

ROTEIRO DE SALOMÃO DE GASCONCELOS

Canabrava Barreiros comentando a descrição do roteiro da bandeira de Fernão Dias, feita por Salomão de Vasconcelos, do trecho Ibituruna–S. Pedro (anteriormente transcrito) diz:

". . . quase irreconciliável com a realidade geográfica". (15)

"Trata-se como já foi dito, de itinerário aventado pelo minucioso historiador mineiro mas que, não sabemos a que atribuir o fato – não condiz com as circunstâncias, máxime se o compararmos com o cartograma do próprio autor . . ." (16)

Em verdade o roteiro descrito por Salomão da bandeira de Fernão Dias de Ibituruna a São Pedro do Paraopeba tem algo de extranho. É um ziquezague sem justificativa, um vai e vem incompreensível para sertanistas tão experimentados. Seguindo-se esta rota a partir das proximidades de Lagôa Dourada, tem-se a impressão que o agulhão endoideceu e as núvens cobriram os céus por um longo período.

Analisando o mapa de Salomão deparamos com uma situação diferente e mais condizente com a realidade geográfica. A expedição atravessa o rio das Mortes não mais em Ibituruna mas num ponto, se considerarmos outras referências, situado a leste de S. João del-Rei, e daí rumaria para o norte e depois para o noroeste até encontrar a região de S. Pedro do Paraopeba.

Seria esta uma solução razoável digna dos sertanistas do século XVII e do posterior historiador.

ROTEIRO DE CANABRAVA BARREIROS

Com todo o respeito e acatamento que temos pelo insigne historiador, ousamos discordar de sua sugestão referente ao itinerário em estudo e já anteriormente transcrito.

Canabrava baseou seu possível roteiro na repetição até certo ponto do Itinerário de André de Leão (1601) por Fernão Dias Pais em 1675.

Aceitando-se a possibilidade de André de Leão ter vindo até Ibituruna, a partir daí não se depara nenhuma justificativa no roteiro de Glimmer que abone a mais remota possibilidade de a bandeira de Fernão Dias ter percorrido o mesmo caminho.

A presunção de André de Leão ter atingido as cabeceiras do São Francisco, a afirmação de Glimmer ter a bandeira atingida a "estrada larga e trilhada" depois de um mês de jornada e, principalmente, a direção noroeste seguida justificam plenamente este nosso ponto de vista.

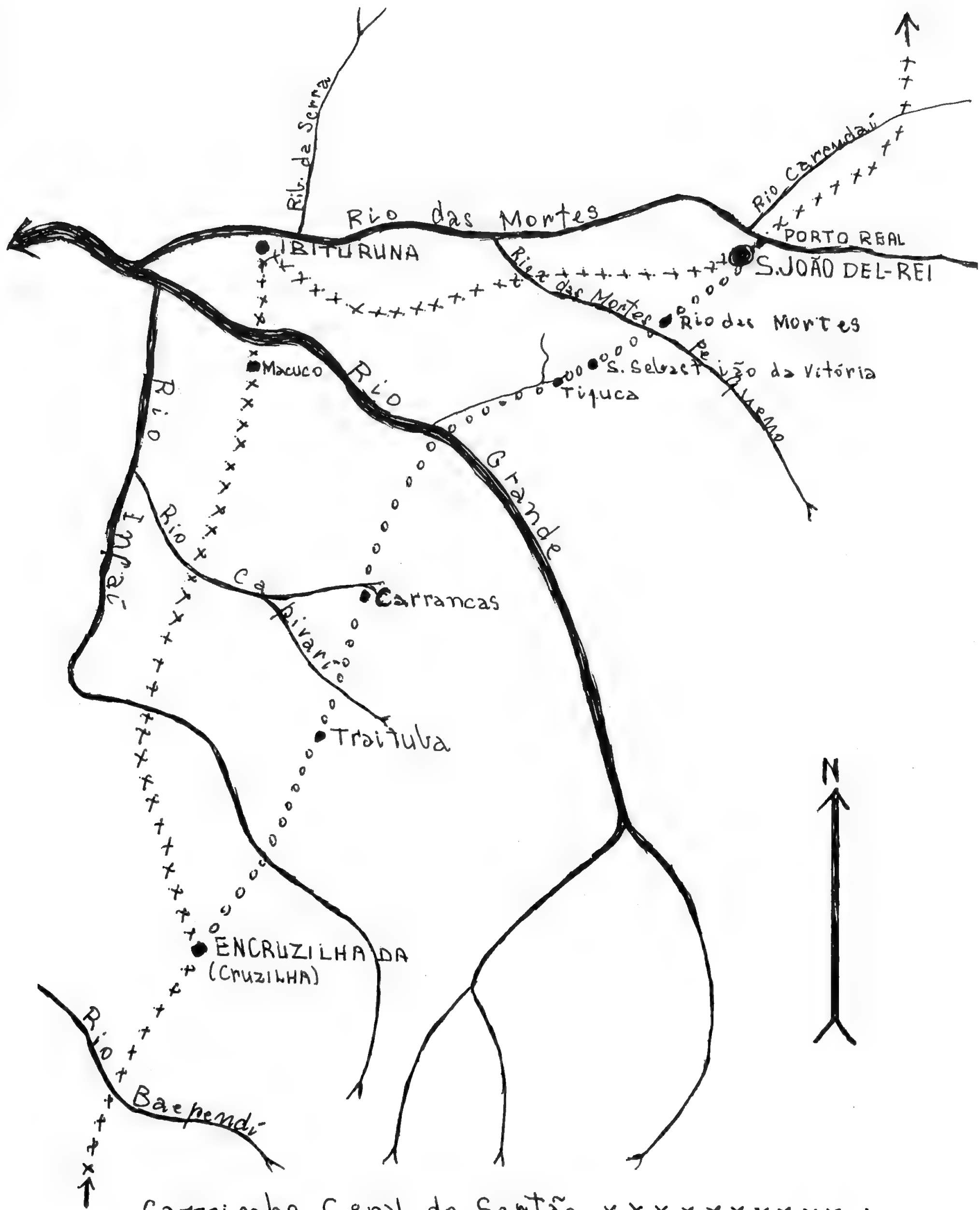
UMA HIPÓTESE A MAIS

Com a devida vênia e o respeito a que fizeram jus tantos quantos se dedicaram ao tema, proporcionando-nos agora condições de abordá-lo com os caminhos alargados e perspectivas mais claras, sem outro intuito alem o de oferecer modesto achego para futuras conclusões sobre os primeiros fatos relacionados com a história antiga das minas gerais, trazemos uma nova hipótese sobre o possível roteiro de Fernão Dias Pais, de Ibituruna a São Pedro do Paraopeba.

Após demoradas observações e comprações, sem o mínimo de pretensão de estarmos realizando trabalho definitivo, conscientes da precariedade das conclusões no campo da história, inferimos que *a bandeira das esmeraldas palmilhou terras do antigo Arraial Novo do Rio das Mortes, hoje cidade de São João del-Rei.*

Baseamos nossa proposição em três razões principais:

I) *A tradição do caminho.* A existência de um único caminho ligando São Paulo (e também o Rio de Janeiro) aos sertões das minas gerais, até o fim do século XVII. Caminho este passando pela atual S. João del-Rei. A quase impossi-



Caminho Geral do Sertão xxxxxxxxxxxxxx

Atalho (Encruzilhada – S. João del-Rei oooooooooo

bilidade, na época, da existência e usança de outro caminho para as gerais que não o tradicional Caminho Velho.

II) *O atalho* aberto no Caminho Velho entre as paragens do Baependi e a hoje São João del-Rei.

III) *O depoimento escrito de José Alvares de Oliveira* — "História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação de suas vilas"

A TRADIÇÃO DO CAMINHO

Parte ponderável da história dos primeiros descobertos foi escrita sobre o caminho que, de São Paulo (e também do Rio de Janeiro) pelo vale do Paraiba, bocaina do Embaú, rio Grande, rio das Mortes, rio Paraopeba, seguia se bifurcando para leste e nordeste, procurando Itaverava, de onde se irradiava procurando as primeiras aguas do rio Doce e as cabeceiras do rio das Velhas, e, para o norte, rumo ao Sabarábuçu, e mais alem, bem ao norte, em direitura das aguas da lendária Vapabuçu, onde se escondiam as fabulosas pedras verdes.

Alem da movimentação neste caminho, em função da bandeira de Fernão Dias, a partir de 1691, até o final do século os aventureiros vindo das vilas de São Paulo, antes para prear índios, depois em busca do ouro, se revezavam num ir e vir constantes.

Neste ano de 1691 foram José Gomes de Oliveira e Vicente Lopes até Itaverava, tendo em seguida Vicente Lopes voltado a Taubaté buscando reforços necessários ao prosseguimento da expedição.

Em 1692, Antônio Rodrigues Arzão descobre o ouro do rio da Casca.

Em 1694, Bartolomeu Bueno de Siqueira e Miguel Garcia rumaram para Itaverava. Permaneceu o segundo neste lugar plantando roças e explorando a região acabou descobrindo o ouro do Gualaxo.

Enquanto Miguel Garcia percorria o território adjacente à Itaverava, Bueno de Siqueira, com parte da bandeira, segue para o arraial de São Pedro do Paraopeba, voltando até a encruzilhada com o caminho anteriormente percorrido por Fernão Dias.

Em 1695 Miguel Garcia regressa a Taubaté.

Neste mesmo ano chegava a Itaverava a expedição do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça.

Ainda neste ano de 1695, Manoel Garcia de Almeida, irmão de Miguel Garcia, partiu para Taubaté com o ouro encontrado no Gualaxo.

Em 1697, Furtado de Mendonça regressa a Taubaté com o ouro que descobriu no ribeirão de Carmo.

Em 1698 é a hora e vez de Antônio Dias de Oliveira, também oriundo de Taubaté, encontrar o ouro do Tripuí (Ouro Preto).

Em 1699, Garcia Rodrigues Pais, como Guarda-Mor Geral das Minas, de São Paulo transportou-se para as minas gerais para efetuar a repartição das datas.

Em 1700, encerrando o século, o próprio governador Artur da Sá, acompanhado de Borba Gato, o genro de Fernão Dias, que por muitos anos, após a morte do sogro, tinha permanecido no sertão, em decorrência do assassinato do fidalgo D. Rodrigo Castelo Branco e, neste tempo, feito ricos descobertos, subiu as minas com numerosa comitiva.

Sobre o acontecimento refere-se Diogo de Vasconcelos:

"A expedição pôs-se em marcha em abril de 1700 e foi a mais aparatosa que se tinha visto, graças à certeza de víveres em abundância nos arraiais e roças do caminho e ao conhecimento inteiro destes". (17)

Nesses últimos dez anos do século, com o alvoroço das descobertas, os caminhos para as minas passaram a ter freqüência inusitada. Além das anteriormente relacionadas, dezenas de outras expedições, que a história não registrou, invadiram as estradas em busca do eldorado.

Deve ter sido por esse tempo que Tomé Portes del-Rei, provavelmente ao derredor de 1698, estabeleceu-se com arraial, plantações e criações, à margem esquerda do rio das Mortes no ponto de passagem do Caminho Geral, depois Caminho Velho, posteriormente conhecido como Porto Real da Passagem. Foi este o primeiro núcleo de povoamento nesta região do rio das Mortes. Nesta passagem, mais tarde, Tomé Portes obteve o direito de cobrança na travessia nas canôas de sua propriedade.

Comentam os historiadores sobre esta corrida ao ouro:

"Retumbava o estrondo dos descobrimentos e o turbilhão migratório embocava nas veredas do Embaú. Aturdiam os espíritos as notícias do Carmo, e os granitos cor de aço giravam de boca em boca". (18)

"Descobertas as primeiras minas, surgiu o rush, que foi qualquer coisa de impressionante. De todos os pontos do país, de S. Paulo, do Rio, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, assim como de Portugal e das Índias, as massas se deslocavam para o território das Minas que era pintado como o eldorado". (19)

Como se retifica, desde a vinda de Fernão Dias e, principalmente, na última década do século XVII, o Caminho Geral ou Caminho Velho foi intensamente transitado.

Perguntamos: seriam dois os caminhos a partir do rio das Mortes? Haveria um caminho para o trânsito da bandeira de Fernão Dias Pais e outro para os exploradores que seguiram em busca, antes do gentio, depois do ouro?

As referências históricas não confirmam, nem vagamente sugerem. O bom senso diz: não!

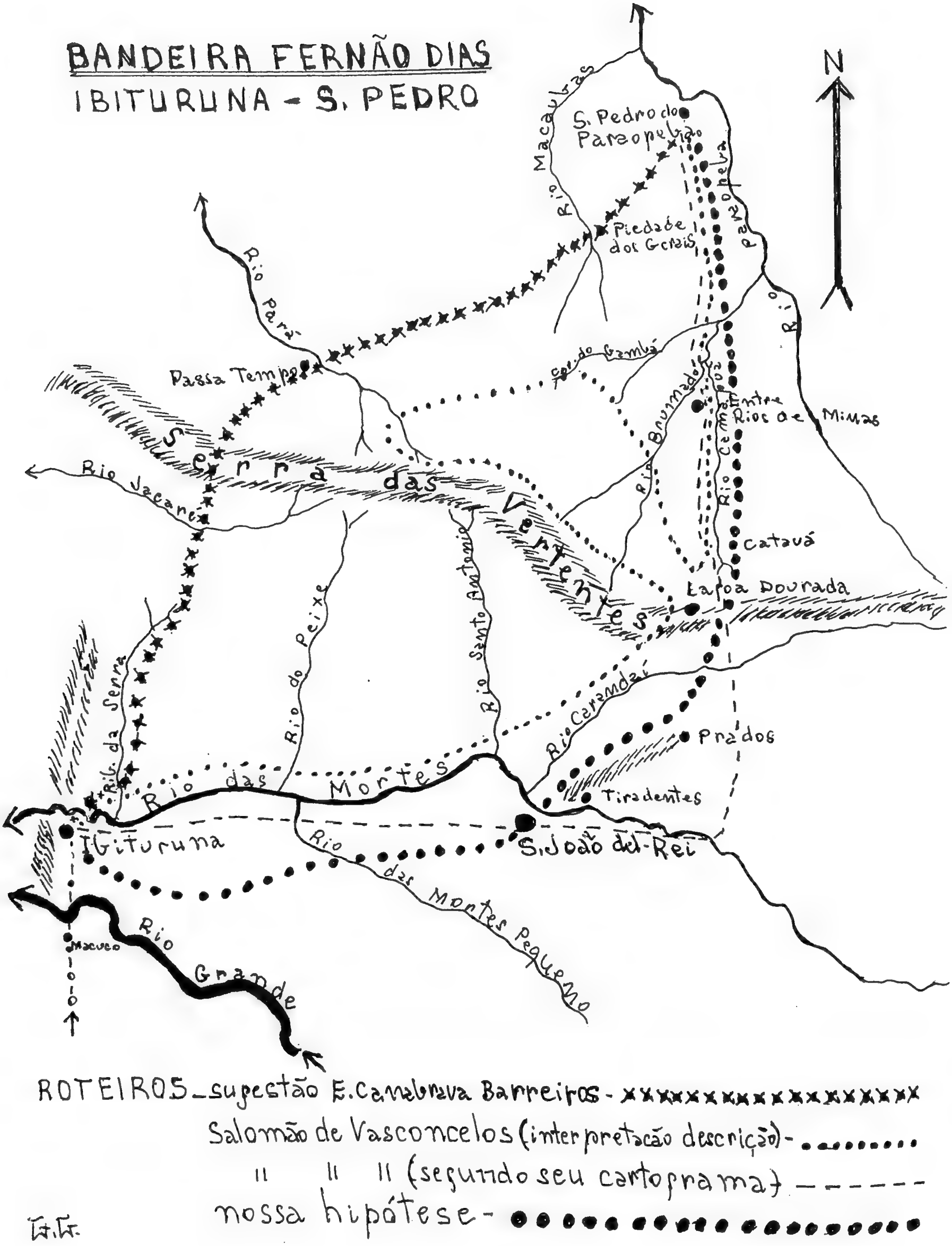
As expedições passavam pelo rio das Mortes, no Porto Real da Passagem. Fato inconteste.

Após a travessia do rio das Mortes, estas expedições percorreram, até certo ponto, a mesma trilha de Fernão Dias. Isto as conclusões e o bom senso confirmam.

Conclue-se que a bandeira das esmeraldas, de Fernão Dias Pais, cruzou o rio das Mortes nas paragens da atual São João del-Rei, certamente no mesmo sítio onde posteriormente de estabeleceu Tomé Portes – o Porto Real da Passagem.

O ATALHO

Sabe-se que no Caminho Velho em época não muito precisa mas com toda a possibilidade situada nos últimos anos do século XVII, no auge das expedições em busca do ouro, foi descoberto e utilizado um atalho entre a região do Baependi e o rio das Mortes, nas alturas da hoje S. João del-Rei.


BANDEIRA FERNÃO DIAS
IBITURUNA - S. PEDRO
N
S. Pedro do Paraopeba
Rio Macaúbas
Rio Paraopeba
Piedade dos Gerais
Rio Pará
Passa Tempo
Serra das Vertentes
Rio Jacaré
Rio Brumado
Entre Rios de Minas
Rio Camapuã
Cataguá
Lagoa Dourada
Rio do Peixe
Rio Santo Antonio
Rio Carandaí
Prados
Tiradentes
Rio da Serra
Rio das Mortes
Ibituruna
S. João del-Rei
Rio das Mortes Pequeno
Macuco
Rio Grande
ROTEIROS _ sugestão E. Canabrava Barreiros - xxxxxxxxxxxxxxxxx
Salomão de Vasconcelos (interpretação descrição) - ....
" " " (segundo seu cartograma) - - - - -
nossa hipótese - ● ● ● ● ● ●

Sobre este atalho comenta Diogo de Vasconcelos:

> "O caminho primitivo dos bandeirantes vinha do Embaú a Ibituruna e daí o rio das Mortes. Descobriu-se porém um atalho em muito melhores condições partindo do Mbaependí e atravessando a região das Carrancas para sair em São João del-Rei". (20)

Canabrava Barreiros, justificando o "marasmo a que se entregou" Ibituruna, confirma:

> "Deveu-se isto certamente ao fato, no apagar das luzes do século XVII, de se desviar o caminho para as minas gerais, o que se deu em local que passaria a história como Emcruzilhada, posteriormente denominado Cruzilha, ao norte de Baependi. Foi cordeado a partir dali o atalho que passaria a ser conhecido como caminho real, e que, estendendo-se por Traituba e Carrancas, ia dar no Porto Real da Passagem, no rio das Mortes" (21)

Sobre este atalho assim se manifesta Francisco Tavares de Brito em "Itinerário Geográfico" (1732) com minuciosas referências ao caminhos que de S. Paulo e do Rio de Janeiro levavam às "Minas do Ouro".

> ". . . . 7) Maependi – 8) Pedro Paulo – 9) Angai – 10) Taraintuba – 11) Carrancas – 12) Rio Grande – 13) Tijuca – 14) Rio das Mortes Pequeno. Entra-se na Vila de São João del-Rei. Desta Vila se vai para as Minas Gerais . . Passa-se em canoa o rio das Mortes logo que se sai da Vila e daí se vai – a) Carandaí – b) Cataguá . . ." (22)

Fica claro que o caminho primitivo, do Baependi ia a Ibituruna e deste arraial seguia para o rio das Mortes (Porto Real), prosseguindo depois para as minas gerais. O que vem confirmar a localização posterior de São João del-Rei na rota do Caminho Geral ou Caminho Velho.

Entende-se por atalho um caminho que encurtando distâncias entre dois pontos de outro caminho principal, facilita o transito. Se o atalho em referência partia do Caminho Velho na Encruzilhada e vinha encontrar o mesmo Caminho Velho na hoje S. João del-Rei, *sem dúvida está que S. João del-Rei foi levantada no referido Caminho Velho.*

O RELATO DE JOSÉ ALVARES DE OLIVEIRA

Agora o derradeiro e contundente argumento.

José Alvares de Oliveira foi um emboaba que viveu em S. João del-Rei, desde o antigo Arraial Novo até, pelo menos, 1751.

Foi elemento de destaque no primitivo arraial e posterior vila. Na chamada Guerra dos Emboabas, foi combatente, com o posto de capitão comandante de companhia, na defesa da fortificação assediada pelos paulistas em 1709.

Com a elevação do arraial a vila, 1713, foi eleito procurador da câmara, cargo de executivo, mais ou menos correspondendo ao do atual prefeito.

Foi membro da irmandade do Santissimo Sacramento e ocupou posição de destaque na vila e na Comarca do Rio das Mortes.

Perspicaz, observador, inteligente, portador de uma cultura muito acima da média dos seus contemporâneos, Alvares de Oliveira foi o primeiro historiador a registrar quase meio século dos primeiros tempos da História de São João del-Rei.

A sua "História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e a criação de suas vilas", com a resumida "Notícia Prática do Padre Diogo Soares", de José Matol, são os documentos básicos para a história sanjoanense antiga.

Foi Alvares de Oliveira contemporâneo dos acontecimentos dos fins do século XVII, pois deve ter aportado a esta região na época dos descobrimentos do ouro, cerca de 1704.

Possivelmente conheceu ou mesmo relacionou-se com os remanescentes das primeiras expedições, talvez até mesmo com os integrantes da bandeira de Fernão Dias Pais, dispersada apenas um quarto de século antes, sendo que alguns, como Borba Gato e os de sua tropa, permaneceram nos sertões por muitos anos e outros voltaram em novas expedições, a exemplo de Garcia Rodrigues Pais.

Na introdução do texto de Alvares de Oliveira, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Afonso Taunay comenta:

> "Trata-se de um documento de suma importância, oriundo de um comandante de tropa que tomou parte ativa na refrega da guerra civil como oficial superior e, aliás, personagem de grande destaque na sua Comarca do Rio das Mortes". (23)

Ao referir-se ao arraial que deu origem a São João del-Rei, assim se expressa José Alvares de Oliveira:

> "Este pois arraial novo, e novo em tudo, não só pelos descobrimentos mas por se achar ouro em seus morros, tanto a flôr da terra que sempre foi novidade, ainda para os mineiros mais investigantes, ao pé de um destes de mais opinião se assentou da parte do nascente na vizinhança de um ribeiro que corta hoje a vila pelo meio e *sobre o caminho que vem do povoaado: caminho antiguissimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o sertão dos Cataguazes, até o fim do século de setecentos que deste tempo por deaante o mesmo caminho que só era trilhado dos sertanistas se fez uma estrada* freguentada de muita gente, tanto de Serra Acima como de Serra Abaixo e suposto destas ao princípio morresse bastante parte." (24) (grifo nosso)

Analisemos o documento:

Após o autor chamar a atenção para a novidade do ouro ter sido encontrado nos morros e a flôr da terra e que o arraial fora levantado na parte que dá para o nascente, em um desses morros, nas proximidades de um ribeiro (Lenheiro), completa a localização: *"sobre o caminho que vem do povoado"*. (grifo nosso)

A princípio suponhamos que povoado referia-se ao núcleo de Tomé Portes, no Porto Real da Passagem, no rio das Mortes ou mesmo a um hipotético arraial dos paulistas, pois o mesmo Alvares de Oliveira refere-se adiante: "E os paulistas se arrancharam por fora, buscando sempre as vizinhanças do mato . . ."

Após repetidas leituras de publicações referentes à época, encontramos inúmeras e repetidas vezes o termo *povoado* para designar a vila de São Paulo.

Vejamos algumas citações mas antes verifiquemos o que registra Aurélio Buarque no seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa sobre povoado:

> "POVOADO- . . . s.m. – Pequena aglomeração urbana, lugarejo, *vila*, aldeia, povoação, povo, póvoa".(grifo n/.)

Agora outros documentos:

De um atestado da Câmara de Taubaté – 1681.

> ". . . encoanto elle d.o g.or (dito governador) se recolhia com amostras que trazia p.a o príncipe nosso senhor e vindo co ellas lhe deu peste no rio que chamão das Velhas da qual pereseu com notável mortandade de seus indios cujas reliquias recolheu seu filho para a feitoria do sumidouro aonde esta convalecendo os poucos que escaparão para continuar sua viagem para *povoado*, quando chegou o administrador geral D. Rodrigo Castelo Branco . . ." (25) – (grifo nosso)

A pessoa referida no documento e que se recolheu doente ao Sumidouro e pretendia regressar "para povoado" era Garcia Rodrigues Pais. Este povoado sem dúvida se refere a São Paulo.

De um atestado do apontador de D. Rodrigo Castelo Branco, Francisco João da Cunha – 1681:

> "E vendo que hião logo nos primeiros annos os homens que o acompanharão *de Povoado* por não poderem sofrer tanta dilação e ausencia de suas casas lhes disse com notável resolução q. ainda q. todos se recolhessem ele alí havia de ficar só, e com seu filho Garcia Dias Pais, que ia sua companhia havia de prosseguir a jornada athe morrer, e que em seu testamento havia de deixar ordens a o dito filho q. sob pena de sua maldição prosseguisse a jornada ainda que fosse só com seus indios e q. nem trossesse nem mandassem seus ossos a enterrar *a povoado*, sem q. pr.o descobrisse as esmeraldas e q. depois delas descobertas os poderia trazer." (27) – (grifo nosso)

E mais adiante na mesma atestação:

> ". . . deixando la de guarda (no descoberto) hum homem br.co q. a si avocou para esse effeito com alguns indios seus, de confiança se veio recolhendo *para Povoado* com as amostras das esmeraldas para as enviar a S.A. q. Deos g. de" (28) – (grifo nosso).

Num mesmo documento o padre Domingos faz por três vezes referências a feitorias e estâncias e verifica-se várias vezes a palavra povoado para indicar, com clara designação, a Vila de São Paulo, para onde Fernão Dias determinou regressar somente depois da descoberta das esmeraldas.

Em uma petição de Garcia Rodrigues Pais encontra-se:

"... em que no deserto gastou douz anos com grande risco de Sua pessoa por causa do Gentio Barbaro e q. da peste q. tinha fallecido o ditto seo pae, e depois de recolhido *apovoado*, chegando as ordens reaes" ... (29) (grifo nosso)

Mais uma vez o termo *apovoado* designando a Vila de São Paulo, onde estava Garcia Rodrigues Pais ao receber as ordens reais provendo-o no cargo de Capitão-mor e administrador de uma nova entrada no sertão.

Agora é o próprio José Alvares de Oliveira, na sua obra referida, quem repete a palavra *povoado*, comentando a retirada dos paulistas após levantarem o cerco às fortificações dos emboabas no Arraial Novo:

"E depois de tudo queimado e reduzido a cinzas, se desvaneceu este cuidado com anotícia de que eles (os paulistas) com vergonhosa fugida seguiam o caminho de *Povoado*. Talvez seria tão apressada fuga por algum aviso que receberam de que a gente das Minas Gerais (emboabas) vinha em acelerada marcha socorrer o Rio das Mortes." (30) – (grifo nosso)

Se os paulistas se retiravam com receio, segundo o autor, dos reforços que vinham mandados das Minas Gerais, pelos chefes emboabas, não haveria possibilidade de Povoado referir-se ao estabelecimento do Porto Real da Passagem, o que seria, não retirar, mas ir ao encontro do inimigo.

Mais uma vez povoado referia-se à Vila de São Paulo.

Em Diogo de Vasconcelos encontramos:

"Entrementes aconteciam no Sumidouro, coisas gravíssimas, conhecido o ânimo do velho caudilho (Fernão Dias) que obstinava em não ceder à imposição, os poucos companheiros que lhe restavam, não podendo voltar ao *povoado*, sem armas, nem provisões, entraram a conspirar ..." (31) (grifo nosso)

Ainda de Diogo de Vasconcelos, relatando a resposta a Borba Gato que enviara mensageiros a São Paulo para sondar a possibilidade de voltar, sem risco de ser preso por sua responsabilidade na morte do fidalgo:

"A resposta não se fez esperar dizendo que poderia aproximar-se do *povoado* mas não provocar ánimos." (32) – (grifo nosso)

Claro que em ambas as oportunidades povoado refere-se à S. Paulo.

Canabrava Barreiros registra:

"Taunay, comentando a sombria situação reinante no Sumidouro, cita o linhagista Pedro Taques que assim se refere ao doloroso acontecimento: – querendo pois o mameluco José retirar-se para o *povoado*, temendo perder a vida ao rigor de tantas causas ..." (33) – (grifo nosso)

No Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil – Séculos XVI, XVII e XVIII de autoria de Francisco de Assis de Carvalho Franco, consta o seguinte:

LEME – José Dias Pais . . como instigasse no sertão uma revolta contra o Governador que não queria retornar a *povoado*" – (grifo nosso)

Para onde queria regressar José Dias?
Para onde não queria retornar Fernão Dias, sem as esmeraldas?
Lógico que para a Vila de São Paulo, para o povoado.

Do exaustivamente exposto outra não seria a conclusão senão a de que o caminho que vinha do povoado, referido por Alvares de Oliveira, e sobre o qual foi levantado o Arraial Novo, depois São João del-Rei, outro não seria senão o que vinha de São Paulo, o Caminho Geral do Sertão, depois conhecido como Caminho Velho, já na época dos acontecimentos narrados por Alvares de Oliveira, com o atalho que vinha do Baependi, evitando a volta por Ibituruna.

Continuemos a análise do texto de José Alvares de Oliveira:

". . . caminho este antiguissimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão dos Cataguazes;"

Considerou o autor que o caminho não era simplesmente antigo, ma *antiguissimo*. Isto para um narrador que num texto de mais de setenta páginas não usou outro superlativo e para um observador que passou a viver nestas paragens do rio das Mortes, menos de trinta anos depois do desaparecimento de Fernão Dias, é afirmação digna de fé e testemunho mais do que esclarecedor.

Não conseguimos localizar no tempo o descobrimento do atalho do Baependi para o rio das Mortes, mas o bom senso nos leva a concluir que deve ter sido a partir de 1697, em decorrência do auge das expedições em busca do ouro. Isto nos leva à dedução de que o *caminho antiguissimo* passava ainda por Ibituruna até esse tempo.

Ainda que fosse o caminho simplesmente antigo para o observador da época, assim mesmo caberia apontá-lo como o roteiro natural da bandeira das esmeraldas.

Para reforçar esta tese relata ainda Alvares de Oliveira que por este caminho *sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão dos Cataguazes.*

Note-se que o autor não disse: a partir de certo tempo ou nos últimos tempos, mas foi categórico, foi afirmativo quando disse *sempre.*

Que sertanistas foram estes senão Fernão Dias Pais, Matias Cardoso de Almeida, Borba Gato e o próprio filho de Fernão Dias, Garcia Rodrigues Pais que por mais de uma vez penetrou os sertões?

Diante do exposto, a outra conclusão não chegamos a não ser a de que Fernão Dias Pais e sua bandeira, saindo de Ibituruna passada a estação das chuvas, em março do ano seguinte (1675) dirigiu-se em direitura a serra da Borda (Vertentes), percorrendo o mesmo *caminho antiguíssimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão dos Cataguazes,* desembocando pelas alturas da serra do Lenheiro, trilhando pelas veredas, a meia encosta, entre a serra e o corrego do mesmo nome, calcando e tropicando com suas botas as macegas em cujas raizes, trinta anos depois, foi descoberto o farto ouro que deu origem ao Arraial Novo-Vila e Cidade de S. João del-Rei.

NOTAS

1 – Anais da Biblioteca Nacional – 172 – 1. 6 – p. 167 – Biblioteca da Ajuda – c. 51 – v. 17.
2 – Idem, idem – p. 162.
3 -- Idem, idem – p. 172 – c. 51 – VI – 24.
4 – Diogo de Vasconcelos – "História Antiga das Minas Gerais" – 1. 2 – 1948 – p. 344.
5 – Eduardo Canabrava Barreiros – "Roteiro das Esmeraldas – Bandeira de Fernão Dias Pais" – 1979 – p. 51.
6 – Mário Leite – "A Região da Mantiqueira" – 1951 – p. 119.
7 – Diogo de Vasconcelos – ob. cit. 1.ª ed. – p. 41.
8 – Salomão de Vasconcelos – "Bandeirismo" – 1941 – p. 39.
9 – Eduardo Canabrava Barreiros – ob. cit. – p. 49.
10 – Idem, idem – ps. 53 e 54.
11 – Maregraff ou João de Laet – "História Natural do Brasil" – 1648 – transcrito por Orvile A. Derby na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo" – v. IV – 1898/9 – p. 335.
12 – Eduardo Canabrava Barreiros – ob. cit. – p. 37.
13 – Maregraff ou João de Laet – ob. cit. – ps. 335/6.
14 – Eduardo Canabrava Barreiros – ob. cit. – p. 37.
15 – Idem, idem – p. 53.
16 – Idem, idem – nota 8 – p. 55.
17 – Diogo de Vasconcelos – ob. cit. – p. 149.
18 – Idem, idem – p. 143.
19 – Waldemar de Almeida Barbosa – "História de Minas" – 1979 – 1.º v. – p. 51.
20 – Diogo de Vasconcelos – ob. cit. – 1. 2 – p. 344.
21 – Eduardo Canabrava Barreiros – ob. cit. – p. 51.
22 – Francisco Tavares de Brito – "Itinerário Geográfico" – 1732 – na "Revista de História e Arte" – B.H. – n.º 5 – p. 39.
23 – Afonso E. Taunay – na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo – XLIV – 1.ª parte – p. 368.
24 – José Alvares de Oliveira – "História do Distrito do Rio das Mortes"... transcrita por Afonso E. Taunay na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo – v. XLIV – ps. 375/6.
25 – "Revista do Arquivo Público Mineiro" – v. XX – p. 173.
26 – Idem, idem – p. 167.
27 – Idem, idem – p. 188.
28 – Idem, idem – p. 188.
29 – Idem, idem – v. 19 – p. 14.
30 – José Alvares de Oliveira – ob. cit. – p. 385.
31 – Diogo de Vasconcelos – ob. cit. n.º 1 – p. 44.
32 – Idem, idem – p. 148.
33 – Pedro Taques – em Eduardo Canabrava Barreiros – ob. cit. – p. 73.

MAPAS CONSULTADOS

Carta do Brasil-IBGE – escala 1: 50.000 – Fs. Nazareno – Tiradentes e São João del-Rei.
Mapa Geog. do Est. M.G. – Dep. Geog. – esc. 1: 1.000.000.
Mapa do Munic. de S.J. del-Rei – 1948 – D.E.G.E.
Album Corográfico Municipal do Est. de M.G. – S.E.G.S.A.

O ARTESANATO DE ESTANHO EM MINAS GERAIS

John Somers

Meu primeiro contato com São João del-Rei foi em 1960, quando eu comprei de porteira fechada todo o depósito de curiosidades do Sr. Venerando Garcia, o então ferro-velho da cidade. Na época eu não era antiquário, nem pensava em o ser. Comprei porque não resistia à incrível miscelânia, algumas toneladas de história mineira. Passei 2 anos sortindo e organizando o achado, e em seguida, usando as lições destes 2 anos, me tornei realmente antiquário profissional. Abri uma loja no Largo do Boticário, no Rio, e em 8 de fevereiro de 1963 abri uma pequena oficina de conserto de móveis em São João del-Rei. Esta atividade cresceu e me obrigou a incluir outras áreas de conhecimento. Por exemplo, um móvel mineiro normalmente tem fechaduras, dobradiças e puxadores de ferro que sempre precisam ser consertados, ou substituídos. Então aprendemos a trabalhar ferro na biporna, e consertar fechaduras. Mas também apareciam móveis com puxadores de latão, importados na época da Inglaterra e, portanto, precisávamos aprender a trabalhar também em latão e, às vezes, cobre. Nossa equipe cresceu. Até 1968 já tinha chegado a 15 funcionários habilidosíssimos.

Mas com o tempo, e o trabalho incessante dos meus colegas e concorrentes do ramo de antiguidades, o número de objetos interessantes nesta região começou a rarear, ao ponto de eu perceber que em pouco tempo não sobraria mais nada para esta equipe de peritos consertar. Para manter a equipe reunida, teríamos que fabricar algo.

Ao mesmo tempo, comecei perceber que havia relativamente alto número de objetos de estanho sobrevivendo nas igrejas desta redondeza, acima de tudo, castiçais, mas também gomís e bacias, âmbulas de santos óleos, crucifixos, caldeirinhas, cálices, galhetas, numa proporção aparentemente maior do que em outras regiões antigas do Brasil. Esta freqüência de ocorrência justamente na única região estanífera conhecida não poderia deixar de despertar a pergunta óbvia: será que estes objetos foram feitos aqui em Minas? Como confirmação me veio à memória de ter comprado naquela coleção de toneladas de história um objeto estranho que só depois de ter sido vendido se identificou como um molde para fundir pratos em estanho. (Quem comprou de mim? Favor dar notícias!) Também lembrei de ter visto no Museu do Ouro em Sabará um molde de fundir uma tigela. Ora, não tem lógica existirem moldes para fundir um estanho no Brasil Colonial se não houvesse fundição de estanho. Para mim era óbvio que existia fundição de estanho em Minas, e com estanho de Minas, na época Colonial. E com isso nasceu a idéia de ressuscitar este artesanato outra vez, e na mesma terra da sua encarnação original, Minas Gerais.

Porém converter esta dedução minha em prova irrefutável ia ser, e continua sendo, uma longa batalha. Saí em busca de provas literárias ou documentárias e o fruto de dezessete anos de busca (digamos já, não de busca ininterrupta, de pesquisador, mas de leitura amadora de diletante) tem sido minúsculo. Especificamente, achei somente duas referências documentárias ao artesanato do piche-

leiro. Uma ocorre no 'Pluto Brasiliensis' de von Eschwege* que fez menção dum caldeireiro, em Goiás, que fabricava pratos de estanhos, e a única outra figura no dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais (MEC), de Judith Martins, onde consta o picheleiro João Menza, morador (1746/47) em Antonio Dias, Ouro Preto. Um resultado fraquíssimo depois de tanta leitura, sobretudo quando se considera que nenhuma das duas reforça a tese de que era na região de São João del-Rei precisamente onde há mais densidade de objetos de estanho e portanto mais probabilidade de ter existido artesanato de estanho. Contribuições verbais de colecionadores e antiquários, por exemplo, Paulo Vasconcellos, em São Paulo, e o falecido Paulo Arena, falavam dos moldes que tinham encontrado, sem porém especificarem com exatidão donde foram achados. Em 1983, nós tivemos a sorte inacreditável de adquirir num lote de sucata de latão um molde de fundir tigelas dum formato muito parecido com a do Museu do Ouro de Sabará. Este molde foi achado numa fazenda perto de Cassiterita (antigamente Conceição da Barra) e ainda estamos procurando maiores informações de pessoas da região. Esta peça tem lugar de destaque na coleção de estanhos brasileiros do Museu de Estanho John Somers.

A técnica do picheleiro é sumariamente artesanal. Na época que estamos examinando, consistia em:

1. Reduzir o minério: hoje há uma preocupação natural de estrair todo o estanho metálico contido no minério, e a lucratividade (ou não) depende de diferenças de um ou dois pontos percentuais de extração. Mas antigamente o minério não tinha valor nenhum para ninguém a não ser para o próprio fundidor. Tudo indica que o minerador e o fundidor devem ter sido a mesma pessoa, pelo menos em Conceição da Barra (hoje com o nome sugestivo de Cassiterita) onde foi achado o molde no Museu John Somers de Estanho.

2. Ligar o estanho: o estanho quase sempre era ligado com chumbo antigamente, embora hoje saibamos que o chumbo é venenoso e não é mais usado por fabricantes responsáveis. Mas chumbo não existia no Brasil Colonial, e portanto deve ser possível identificar peças brasileiras pelo seu alto teor de estanho. Infelizmente esta análise é destrutiva, e por isso nenhum colecionador permite suas peças serem submetidas a esta prova. O processo da ligação era simplíssimo – era só derreter o estanho na mesma panela com um pouquinho de chumbo.

3. Fundir os diversos componentes do objeto: a temperatura de fundição de estanho é muito baixa, 232°, e a panela onde é derretido não é nada mais do que um caldeirão de ferro fundido. Esta baixa temperatura permitia que a fundição de pratos, escudelas, e demais objetos simples e redondos fosse feita em formas, ou coquilhas de bronze, como são todas as já encontradas no Brasil. Objetos de formato irregular como, por exemplo, crucifixos, ou castiçais com base de três faces, podem ter sido fundidos em coquilhas, ou, mais provavelmente, em areia.

Embora a fundição do estanho seja muito simples, o feitio das formas não é nada simples. Exige conhecimento de fundição de bronze, a temperaturas bem mais altas que estanho, usando cadinhos de material refratário e aquecimento sofisticado, e usinagem em tornos de "precisão" (termo relativo, e não comparável com a precisão de hoje). É, portanto, quase certo que estas formas foram trazidas de Portugal. Ora, pergunta-se: – Quem as trouxe? Quem descobriu o

---

* Man sagt auch, dass sich in der Nachbarchaft von Corumbá, in der Provinz Góias, Zinn – Erze finden, un dass ein Kesselflicker daraus zinnerne Teller verfertigt."

estanho em São João del-Rei? Foi ele quem foi buscar as formas e aprendeu a fundir estanho, ou, será que ele mandou vir um picheleiro com a oficina completa de formas e tornos?

O fato destas formas terem sido trazidas de Portugal nos dificulta demais na nossa pesquisa hoje, porque faz com que os estanhos brasileiros sejam virtualmente indistinguíveis dos portugueses. (A não ser os fundidos na areia). O castiçal "bujão" que é o objeto mais tipicamente português, também se encontrava antigamente em grande quantidade nas igrejas desta redondeza, (O Museu de Estanho John Somers tem vários exemplos), e estes portanto poderiam ser ou do Brasil ou de Portugal. Quase todos os demais objetos variam pouco de tipos achados em Portugal. O único objeto brasileiro de formato não achado em Portugal (pelo menos no conhecimento do autor destas linhas) é o castiçal trompeta, (do qual o Museu tem um exemplar), e portanto podemos presumir que este é brasileiro.

4. Tornear e montar os componentes: os componentes são torneados por dentro (O Museu John Somers tem um torno antigo que servia igualmente para estanho, madeira, latão e ferro, ou qualquer outro material a ser torneado), juntados por meio de solda, e depois torneados por fora. Naquela época, isto já era tudo, não havia outros processos de acabamento.

Deste curto sumário de fabricação de estanho é óbvio que atividade tão simples poderia ter sido exercida por qualquer pessoa habilidosa e não necessariamente por profissionais treinados e organizados em escala larga. Temos que tirar das nossas cabeças, acostumadas a conceitos modernos de industrialização, a idéia de que o picheileiro anônimo que estamos tentando achar, identificar, observar, operava em grande escala. É provável que pelo menos um deles operava

em Conceição da Barra, numa fazenda. É bem possível que ele se especializava em pratos e tigelas, que não exigem outra coisa a não ser fundição e torneamento, sem nenhuma sutileza de solda ou montagem. A referência em von Eschwege confirma precisamente esta hipótese, ao dizer que um caldeireiro fazia pratos de estanho *também*.

Uma outra forte possibilidade é que os prateiros fabricavam alguns dos objetos litúrgicos de estanho. As formas típicas de castiçais de estanho da época são versões simplificadas das formas mais trabalhadas em prata. Em Galícia, se conta que prateiros tinham o hábito de aceitar os castiçais de igreja para consertar, e substituí-los com cópias em estanho, e aqui, não muito longe de São João del Rei, tem peças que são tão parecidas com originais de prata da mesma época, que somos levados a suspeitar que isto acontecia também em Minas.

Embora nossa busca de provas documentárias da fabricação de estanho no Brasil Colonial somente rendeu até agora uma única pessoa nominalmente, o João Menza, de Ouro Preto, a fartura de documentos que provam o uso de estanho é até embaraçosa. Nas cidades de São João del-Rei, Mariana, Sabará, e Ouro Preto existem dezenas de milhares de testamentos e inventários, desde o início da colonização até mais ou menos 1875. No Museu do Ouro de Sabará, atualmente administrado pela entusiástica diretora Maria Luiza Querene, se encontra um documento de valor histórico único no Brasil, até talvez no mundo. O inventário do comerciante Matias Castro Porto, que nasceu no Porto e morou no Brasil de 1702 até sua morte, em 1742, consiste em nada menos do que 400 páginas, e discrimina minuciosamente o estoque de cada uma das suas lojas em diversas cidades do Brasil. Cada item relacionado traz também sua origem na descrição. Sem ter tido oportunidade de examinar o documento cuidadosamente, estou informado por D.ª Maria Luiza que o único artigo que *NÃO* leva seu lugar de origem é exatamente o estanho (que, aliás, aparece com freqüência em grande quantidade) o que permite formar a opinião de que existe a possibilidade do estanho não ter sido importado, de ter sido feito aqui. Este documento fica hoje a espera dum mecenas para custear o árduo trabalho de leitura, transcrição e publicação. É difícil imaginar uma fonte de informações mais rica sobre as condições de vida do período.

Quanto ao estanho em São João del-Rei, os inventários entregues aos zelosíssimos cuidados de D.ª Norma Fairbanks são em números de aproximadamente 15.000, quantidade também o bastante para satisfazer qualquer pesquisador em busca de doutorado. D.ª Norma e eu ficamos também fascinados com o potencial que estes documentos têm de retratar a vida cotidiana de Minas Colonial. Enquanto não surge interesse mais qualificado, tanto no sentido intelectual como no sentido de patrocínio, D.ª Norma e eu determinamos transcrever o maior número possível que nossas atividades cotidianas permitem. A fim de obter um quadro sólido e profundo, determinamos concentrar nosso trabalho em cima duma só década 1770/80, em vez de pipocar superficialmente, impressionisticamente sobre o período inteiro. Já temos transcritos 19 inventários, e destes, somente 5 não fazem menção de estanho, e precisamente os mais pobres, os que não passam de 1 página ofício.

As denominações dos artigos de estanho arrolados não são sempre as mesmas usadas hoje. Devemos lembrar que a etiqueta de mesa também era completamente diferente de hoje. Hoje se come numa mesa de 76 a 78 cm de altura. Comemos com "talheres" vários, cada tipo com uma finalidade. A maioria das nossas comidas são preparadas de tal maneira que se pode comer num prato raso,

com garfo e faca. No Brasil de 1770, comia-se em mesas logo abaixo do queixo, de até 90 cm de altura. Não se encontram a palavra "talheres", mas sim colheres e garfos, normalmente casados em número, e, em separado, facas, em número menor. A comida estava numa fase de transição, entre o período quando se comia quase tudo cozido, isto é, líquido, e com colher de tigelas fundas, e o período atual. Os inventários que estamos estudando refletem exatamente esta transição, que aliás, estava acontecendo na Europa ao mesmo tempo. Encontramos uma ou outra referência a "sopeiras" com ou sem as suas tampas, que seriam escudelas correntes no século anterior, e nada tem a ver com a grande tigela coberta de hoje em dia para trazer sopa para a mesa. (O Museu John Somers tem vários exemplares portugueses, uns de um navio português de 1668, e outros dum navio de 1700). Mas achamos com muito mais freqüência referência a "pratos fundos". Estes não são tão fundos quanto os de sopa de hoje. (O Museu John Somers tem exemplares, tanto brasileiros como europeus). Eles tinham o uso das escudelas de antigamente para servir ensopados, mas tentavam se aproximar do estilo dos pratos rasos que estavam cada vez mais em uso.

Citamos abaixo todas as descrições de estanho que temos achado. As iniciais se referem ao inventário onde consta a referência específica.

Pratos Rasos, (referências freqüentes, em grande número)
Pratos Fundos, (" " " " ")
Pratos de meia cozinha, (termo ainda não esclarecido, freqüentemente achado)
Sopeiras "3 com suas tampas e 1 sem ela", (JVS)
Caldeirinha,
Bacia e seu gomil de dar água as mãos,
Prato de estanho do Porto* de cozinha, (MS)
12 pratos de estanho rasos de guardanapo
1 dúzia de pratos de estanho fundos, (MASC)
3 ditos grandes,

A mais notável observação é que não existem referências a quantidades de VIDRO, CERÂMICA OU PORCELANA. Uma ou outra peça sim, mas não na escala que é usado hoje. Em outras palavras, afirmamos com certeza que o ESTANHO predominava nas mesas mineiras do período 1770/80, e provavelmente tanto antes e depois. Não tive oportunidade de comparar inventários em outros pontos históricos do Brasil, como Bahia, Recife ou São Paulo, para ver se eles também mencionam estanho na mesma preponderância. Seria de se esperar, pelo menos nos portos, alguma menção da cobiçada porcelana da China, normalmente contrabandeada por meio da Bahia.

Que fim levou esta quantidade enorme de estanho? É notável que quase não sobrevivam no Brasil peças legais às quais podem ser atribuídas com absoluta certeza uma procedência brasileira. Um dos motivos disto é porque nenhuma peça brasileira foi marcada pelo seu fabricante. Pressume-se que isto seja porque não havia gravadores de punções. Também pode ter sido porque a fabricação era clandestina, para burlar as leis proibindo atividades industriais. Portanto qualquer atribuição dum objeto não marcado a uma procedência brasileira é sub-

* Note Bem: a referência ao Estanho do Porto. Pode-se supor que os demais estanhos eram brasileiros?

jetiva, não sujeita a verificação documentária, e até este momento nenhum entendido (e destes, quantos são?) ousaria dizer com segurança que tal peça era brasileira, e que não fazia parte da bagagem dum imigrante de Portugal. Uma outra razão mais concreta, da pouca sobrevivência é que o estanho é muito fácil de ser reaproveitado. Uma peça quebrada de louça é jogada fora, uma peça de estanho é derretida e refundida. A preponderância hoje de sobreviventes de peças litúrgicas mencionadas na primeira página, é explicável pelo fato que elas eram muito menos manuseadas, usadas e gastas, do que os utensílios cotidianos de mesa. Há missa só poucas vezes por semana, mas há comida várias vezes por dia, se Deus quiser. Um fator também significante deve ser que o objeto doméstico é muito mais sujeito a roubo. A moda também deve ter tido seu efeito. Quando a Abertura dos Portos expôs todo e qualquer artesanato brasileiro à competição desigual com os produtos das indústrias nascentes e vigorosas inglesas, a cerâmica Staffordshire deve ter tomado conta das mesas brasileiras, e espero ter tempo e oportunidade um dia de ver esta suposição comprovada nos inventários do século XIX.

BASÍLIO DE MAGALHÃES

Jehovah Motta

(De uma conferência proferida no I.H.G. de S. João Del Rei)

Poucos, neste nosso Brasil, terão sido os homens, da estatura intelectual e cívica de Basílio de Magalhães, a quem o destino tenha condenado a berço tão modesto e tão desafortunado. Nasceu ele em humílima choupana, perdida nos confins indecisos dos limites entre S. João del-Rei e Barroso. Trouxe na pele a cor dos que são proscritos pelos estreitos padrões do elitismo racial, dominantes ainda hoje, mas que, naqueles tempos, eram ainda mais dominadores do que hoje. Nada disso, porém, impediu que ele fosse abrindo o seu caminho e que acabasse subindo a montanha que leva às dignidades da cultura, do saber e do reconhecimento público.

Basílio de Magalhães viveu vida longa, de 83 anos. Durante o seu transcurso soube enchê-la de uma atividade incessante, indormida, multiforme. Foi operário, foi jornalista, foi professor. Exerceu ação política, entregou-se à nobilitante paixão dos que se dedicam à pesquisa histórica e à historiografia. Foi administrador municipal e ascendeu às culminâncias do Parlamento Brasileiro.

É claro que não vamos acompanhá-lo em toda essa longa caminhada. Nos limitaremos a focalizar dois dos aspectos da sua vida tão ampla e tão plena: aquele que diz com a política, e o que nos mostra o seu perfil de historiador.

Em 1889 – ano da Proclamação da República – aos 15 anos de idade, Basílio de Magalhães já estava no batente. Empregou-se como tipógrafo, em S. João del-Rei. Trabalhava no jornal "Gazeta Mineira". Mas pouco tempo aí se demorou, por não concordar com a orientação política do jornal, que era defensor do regime monárquico. Nesse mesmo ano de 1889, transferiu-se para a "Pátria Mineira", que então fora lançado por Sebastião Sette Câmara, com fito de realizar a propaganda dos ideais republicanos. Neste jornal, Basílio de Magalhães foi tipógrafo, paginador, revisor e auxiliar de redação.

Do simples operário foi emergindo, aos poucos, o jornalista. Mas, na verdade, o que surgia, no jornalista, era o político. Assim, mal entrado na adolescência, Basílio de Magalhães já deixava entrever o "ânimo político" que o acompanharia a vida inteira. Não seria esse "ânimo", o estreito interesse ou a sedução pelas tricas da política partidária, e sim seria aquela nobre inclinação pela "coisa pública", pelas idéias que iluminam, ou devem iluminar, o caminho dos que lidam como governantes, com os rumos do Estado e com os interesses e as necessidades do povo.

Em 1892, Basílio de Magalhães deixou S. João del-Rei e transferiu-se para S. Paulo, de acordo com palavras suas "com a mira de aperfeiçoamento intelectual". O pássaro precisava de ares mais amplos para melhor exercitar suas vigorosas asas. Oito anos depois, já o encontramos em Campinas, professor, por concurso, no Ginásio do Estado, e, na imprensa, atuando como redator nos jornais "Cidade de Campinas" e "Correio de Campinas". E mais, vemo-lo fundador e presidente do "Clube de Comemorações Cívicas", onde congregou homens

de mérito, entre eles sendo de registrar um nome: Raul Soares de Moura, que vinte anos depois ascenderia ao mais alto nível das políticas mineira e nacional, e que levou, naturalmente, de Campinas para Belo Horizonte, a lembrança dessas jornadas campineiras, de envolta com a estima e a admiração por Basílio de Magalhães.

Em 1909 e 1910, o País passaria a viver os momentos agitados da "Campanha Civilista", quando Rui Barbosa, em prélio memorável, alertava e alentava os espíritos liberais contra as práticas políticas viciadas que a República fora, aos poucos, adotando. Foi um momento de crispação, de exaltação e de aliciamento da classe média já existente nas capitais e nas cidades maiores do interior. A palavra dos oradores e os artigos da imprensa conseguiram sensibilizar parte considerável da opinião pública.

Nesse quadro, Basílio de Magalhães atuou com entusiasmo e vigor. Colocou a serviço dessa campanha os seus dotes de jornalista e de orador. Fez conferências não só em Campinas mas também nas cidades vizinhas, fez-se cavaleiro dessas lutas. E, no final, se de um lado teve de amargar a derrota de Rui Barbosa, do outro aproximou-se do grupo paulista que na ocasião governava o grande Estado, conquistando-lhe o respeito e a admiração.

Foi graças a esses sentimentos e conceitos, que iria surgir fase nova em sua vida, a fase do historiador. Em 1911, ei-lo transferindo-se para o Rio de Janeiro, portador de Comissão do governo de S. Paulo para realizar pesquisas no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico, de modo a recolher toda a documentação referente àquele Estado. Esta fase a examinaremos, demoradamente, na segunda parte deste trabalho. Ela teria a duração de oito anos, e ao depois, a partir de 1920, seria seguida de uma outra, esta novamente consagrada à ação política.

Estamos nos referindo ao regresso de Basílio de Magalhães a Minas Gerais e a S. João del-Rei, ocorrido em fins de 1919, relacionado com o movimento político que levaria ao governo do Estado e ao do Brasil, Raul Soares e Artur Bernardes. E que levaria Basílio de Magalhães ao governo de S. João del-Rei. E que, quando foram se criando condições para a ascenção de Bernardes e de Raul Soares, ambos passaram a estimular o aliciamento de homens novos, dotados de valor intelectual e de impulso renovador, para com eles constituírem, em Minas, um estado-maior capaz, à altura dos grandes projetos e sonhos que então acalentavam. Basílio de Magalhães foi incluído nesse estado-maior, razão porque deu um "até logo" às pesquisas e aos estudos históricos, e regressou à sua terra natal.

Gilberto Amado, nos idos de 1920, foi a Belo Horizonte, e com sua acuidade, e a sua pena ágil, fixou impressões assim:

> "Para o brasileiro jovem, apaixonado do Brasil e desejoso do seu bem, ir a Minas, era encorajador. Recordo certas reuniões, à noite, no Palácio da Liberdade. Em torno de Bernardes: Afrânio de Melo Franco, João Luís Alves, Raul Soares, Afonso Pena Junior, Daniel Carvalho, Francisco Campos . . . Respirava-se o alto ambiente moral da Montanha. Presidindo a esta grei excepcional, Mendes Pimentel, mestre de gerações, era uma espécie de mentor, ou de Nestor daquela Ilíada de heróis pacíficos".

Basílio de Magalhães formava nessa grei de "heróis pacíficos". Já em 1922 foi eleito para o Senado Estadual Mineiro, e, no ano seguinte, conquistou a Presidência da Câmara de S. João del-Rei. A campanha política que o levaria ao

executivo municipal foi renhida e áspera, envolta em paixões e doestos. Basílio de Magalhães enfrentou forças políticas de grande porte, dirigidas por homens que vinham governando o município já há muitos anos. Muito se disse e se escreveu sobre a lisura do pleito, mas a verdade que sobrenada, aos olhos do historiador, é que, através desse pleito, S. João del-Rei teve a dirigi-lo um administrador dinâmico e competente, culto e progressista.

Também é de ressaltar que, sem que se possa dizer que houve mudanças sociais de vulto, a verdade é que, sob Basílio de Magalhães, assistia-se, na ambiência municipal, a presença de ares e tons de descontração social e de renovação de forças. Não se poderia falar em "descamisados no poder". Mas ocorria certa descompressão social. O peso social dos mais ricos, ou dos menos pobres, dos "distingués", sofria uma diminuição. Afinal o prefeito, a mais alta autoridade, vinha de muito baixo, socialmente falando. Oh! a miséria do seu ambiente infantil! Oh! os seus inícios como tipógrafo. E eis que, agora, atravessa ele a "Ponte da Cadeia" no seu explendor de homem vitorioso, irradiando suas galas intelectuais e o seu dinamismo administrativo. Tal fato não poderia deixar de sensibilizar os mais jovens, sobretudo aqueles de condições mais modestas, e os humildes, significando-lhes um exemplo e sugerindo-lhes possibilidades para o futuro.

Postas de lado estas excogitações sociológicas, ou psicológicas, o fato é que, com alguns meses da nova administração, eram evidentes os sinais de trabalho e de operosidade. "S. João civiliza-se", diria um observador atento: novo calçamento, melhor limpeza urbana, menos buracos nas ruas, serviços públicos reorganizados, a cadeia pública transferindo-se do centro focal da cidade para o lugar adequado, consistentes preocupações com as fontes de suprimento da energia elétrica, tudo isso compondo um quadro renovador. E até as galas do Teatro Municipal sorriam para o passante ingênuo, muito embora surgissem pessoas, como o grande Mário de Andrade, que passando, em viagem literária, pelas terras mineiras, registrou, em versos de tom algo reprovador e irônico:

> "Vi um teatro grego em S. João del-Rei,
> Onde jamais Eurípedes será representado . . ."

Em 1924, Basílio de Magalhães ampliou a sua ação política, ao eleger-se deputado federal para a legislatura de 1924 a 1926. E reelegeu-se em 1927, para a legislatura de 1927 e 1928.

Nesses anos de Parlamento portar-se-ia com a costumeira operosidade mas, sobretudo, marcaria a sua presença com várias manifestações do seu permanente breviário liberal. Assim foi quando apresentou projeto mandando fosse adotado o voto secreto e obrigatório, e quando propôs a extensão do voto à mulher. Antecipou-se, dessa forma, aos legisladores da Revolução de 1930, já que tais medidas haveriam de esperar o advento dessa Revolução.

Após 1930, o quadro político brasileiro modificou-se consideravelmente. Novas influências, novos homens, novo clima. Em Minas Gerais, ao se realizarem as eleições de 1933, não havia mais condição para a volta de Basílio à cena política. O grande lidador não vai, porém, ensarilhar armas. Vai exercitá-las em outro campo, refugiando-se nos domínios do magistério e da pesquisa histórica.

Já nos referimos aos fatos ocorridos em 1912, quando, após o malogro da campanha civilista, Basílio de Magalhães afastou-se por sete anos, das preocupações políticas, para entregar-se à pesquisa histórica e à historiografia, encarregado

que foi de recolher, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, a documentação referente ao Estado de S. Paulo. Uma nova perspectiva surge-lhe, então. Sigâmo-la, mais de perto.

Basílio iria atuar noutro continente, num clima muito diverso daquele de que estava se despedindo. Do ambiente de praça pública, das arengas partidárias, dos arroubos tribunícios, da agitação jornalística e panfletária, passava ele, agora, para o silêncio dos arquivos, para o manuseio lento dos códices. A pesquisa histórica exige a humildade, a paciência, a pertinácia e o "faro". Não é fácil tarefa, e nem todos conseguem dominá-la. Ao contrário, comumente ela se apresenta difícil e exigente. É verdade que, por vezes, abre-se em sorrisos, e se torna motivo de fricção intelectual e de íntimos prazeres.

Como exemplo disso vale a pena fazer referência, aqui, ao caso da identificação do nome de Antonil, realizada por Capistrano de Abreu. O livro fora publicado em 1711. Chamava-se *Cultura e Opulência do Brasil.* Alguns dias após ser posto à venda, em Portugal, foi, por ordem Régia, confiscado, e queimados foram os seus exemplares. Entendeu o Governo que aquele pequeno opúsculo de 150 páginas era perigoso e prejudicial aos interesses da Coroa Portuguesa. Isto pelo acervo de informações sobre o Brasil que era conveniente não chegassem ao conhecimento da Europa. Apenas alguns exemplares salvaram-se do incêndio, o que permitiu que, passados 126 anos, em 1837, o perseguido livrinho fosse reeditado.

Os tempos correm, o interêsse pelo livro aumenta sempre. Estudiosos e público ledor vão se dando conta da sua valia para a compreensão do que era e como era o Brasil do século XVIII. E crescia, também, a curiosidade a respeito de quem teria sido o seu autor. Mais de uma solução foi sugerida quando, em 1921, Capistrano por fim decifrou o enigma, como explicou em carta a Affonso de Taunay, assim:

Ainda estudante, no Ceará, lendo o *Iris Clássico*, de Castilho, deparou um trecho de Antonil que muito lhe interessou. Muitos anos depois, já no Rio de Janeiro, leu, na Biblioteca Nacional, a obra completa. Quem era o autor? Responderam-lhe que a autoria era um enigma. Fez segunda leitura, quando se convenceu de que o autor era jesuíta, e nascera em Toscana. No decorrer de leituras outras, deparou com o nome Andreoni, e disse consigo: é este o homem! Passam-se anos, e um dia, estando na Biblioteca Nacional, ao lado de Vale Cabral (funcionário da Biblioteca, como ele), e diante da enciclopédia Backer, procurou a palavra Andreoni: Lá estava o bicho! E concluindo: "Cabral e eu celebramos condignamente o sucesso. Jantamos juntos e, no Passeio Público, tomamos cerveja até às horas de fechar!"

É assim a pesquisa histórica: significa canseiras, mas significa, também, alegrias íntimas. São assim os pesquisadores: perseguem, durante meses e anos, um fato, uma data, um nome. Um dia encontram-no. Se possuem, então, das alegrias de uma criança, e, embora já encanecidos em anos, entregam-se aos prazeres ingênuos das libações alcoólicas, madrugada a dentro . . .

Em 1912, Basílio de Magalhães iniciou as pesquisas sobre os documentos paulistas. No ano seguinte já entregava um primeiro volume, "Relação dos documentos históricos de 1534 a 1879". Em 1913, apresentou outro volume, sobre documentos relativos à "criação, extinção e desmembramento da Capitania". E assim prosseguiu, numa atividade incessante, de tal forma que, em fins de 1914, seu trabalho estava terminado. Ao todo os documentos coligidos compunham

dez volumes, que foram publicados sob o título geral de *Coleção Basílio de Magalhães.*

Nesse ano de 1914 realizou-se no Rio de Janeiro, sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o "Primeiro Congresso de História Nacional". Basílio de Magalhães apresentou a este congresso memória sob o título "Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII". Primeiro fruto das pesquisas realizadas para o Governo Paulista, este trabalho mereceu o "Prêmio Pedro II", e, sobre ele, assim se expressou Affonso de Taunay:

> "A monografia de Basílio de Magalhães verdadeiramente vem sintetizar uma multidão de estudos esparsos. São 150 páginas que resumem bibliotecas, fazem o extrato de longas controvérsias, examinam numerosos problemas obscuros, aventam soluções, opõem contestações a afirmações dúbias, constituem, enfim, um repositório de jamais assaz louvado mérito."

Em 1935, essa monografia, ampliada e refundida, ganha corpo e altera o seu título. Passa a chamar-se *Expansão Geográfica do Brasil Colonial.* É agora um livro, e tão importante que merece o destaque de ser incluído na consagradora coleção "Brasiliana". Com esse livro, que seria o seu principal livro, Basílio ascende à categoria de historiador emérito, é apontado como autoridade e como fonte a que os estudiosos devem recorrer sempre que se tratar de temas como o Bandeirismo, e a expansão territorial ao longo dos grandes vales e rios, na direção geral do Oeste e do Noroeste.

Além de *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Basílio de Magalhães publicou *O Café na História, no Folclore e nas Belas Artes*; a *História Administrativa do Brasil*, e o *Açúcar nos Primórdios do Brasil Colonial.* E mais inúmeros trabalhos de menor porte, como conferências, artigos na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", e as valiosas anotações à *História do Brasil* de Handelman.

Mas o seu livro fundamental, aquele que nos dá bem a medida da sua força como pesquisador e historiador, é a *Expansão Geográfica do Brasil Colonial.* Esse livro é importante na historiografia brasileira porque nos conduz a uma visão da nossa formação histórica no que esta se relaciona diretamente com a ocupação da terra, com a conquista do império sertão, com os roteiros que foram sendo abertos continente a dentro, com os primeiros núcleos de povoamento, aqueles núcleos que, ao longo de três séculos, firmaram a presença do luso-brasileiro em meridianos cada vez mais a Oeste, e que desconheceram, ou se recusaram a reconhecer, o "dicktat" dos tratados e dos arreglos governamentais tecidos na Europa.

Assim é que *Expansão Geográfica do Brasil* mostra-nos a epopéia que foi a marcha para o Oeste. Lendo-o convivemos com os Fernão Dias Pais, os Anhanguera, os Domingos Jorge Velho; sentimos de perto o sopro dos anônimos "criadores de gado"; ouvimos a palavra e vemos o gesto dos missionários religiosos que, aldeiando a indiada amazônica, fizeram com que o Brasil se dilatasse até os contra-fortes andinos.

Esse livro nos ensina e nos emociona. Vemos claro, através dele, que a façanha de enfrentar o ignoto, vencendo a floresta e as distâncias, os rios e as serras, as feras e as cobras, os impaludismos, não foi façanha menor do que atravessar o Atlântico e ancorar em Porto Seguro. Nas suas páginas tomamos

conhecimento dos relatos daqueles que fizeram as grandes "entradas", que descobriram o ouro nos altiplanos mineiros e nas lonjuras desmedidas de Goiás e Mato Grosso; que descerem para o Norte, até a calha do S. Francisco, atravessaram-na, prosseguiram até o Parnaíba, nas lindes do Piauí e Maranhão;daqueles que, fincando currais e estâncias, e tocando boiadas, fizeram do boi instrumento de ocupação da terra e de expansão pelos campos de Sergipe, Bahia, Pernambuco, todo o Nordeste; daqueles que desceram o Tieté e o Paranapanema e foram até o Paraná e o Paraguai, até se chocarem contra reduções dos jesuítas castelhanos, nos confins de Guairá.

Eis o que podemos dizer sobre o valioso livro de Basílio de Magalhães. Finalizo registrando que a concepção desse livro, e as suas afirmações básicas, enquadram-se grosso-modo, dentro da visão capistraneana da História Colonial, que teria se desenrolado em três períodos, assim:

1.º período: compreende o século XVI, com os portugueses recém-chegados adstritos a uma linear ocupação do território, entre a embocadura do Amazonas e o sul de S. Paulo. Nesse período a vila de Piratininga, distante do mar apenas dez léguas, era a maior penetração que foi possível realizar. O colonizador era um homem amedrontado ante a pujança da natureza, a inclemência do clima e a hostilidade dos índios. A história desse período teve em Frei Vicente Salvador o seu primeiro relato, e é dele a seguinte afirmação, de 1627:

> "Da largura que a terra do Brasil tem, não trato, porque até agora não teve quem a andasse, por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando, ao longo do mar, como caranguejos".

2.º período: abarca o século XVII. Então ocorre um fato novo: a mestiçagem do português com o índio dá origem a um homem novo, que não era português nem índio, que era possuidor das virtualidades necessárias para a ocupação da terra até o longínquo Oeste, até distantes limites, o que foi feito, no Nordeste, com os "criadores de gado", ao Sul com as bandeiras paulistas caçadoras de índios e farejadoras do ouro.

3.º período: corresponde ao século XVIII, com a descoberta e a exploração do ouro e com a criação, afinal, de imensas riquezas, quando a expansão territorial amplia-se até Goiás e Mato-Grosso; atinge no Sul o Rio Grande, e debruça-se sobre o rio da Prata; no extremo Norte envolve toda a área amazônica, que foi acometida por duas direções: de Leste para Oeste, ao arrepio do rio-mar, e de Sudeste para Nordeste pelas explorações dos rios Mamoré, Guaporé e Madeira, rumo a Manaus.

Ao término deste 3.º período o Brasil era um continente, possuía área equivalente a 3 vezes o mofino Brasil de Tordesilhas. Epopéia é a única palavra que se ajusta a tão grandiosa expansão territorial. Eis, nessa periodização feliz o que chamo a "visão capistraneana" da História colonial, visão a que Basílio de Magalhães trouxe confirmação eloqüente, pormenorizando-a com suas pesquisas e sublinhando-a com seu descortino.

> Como arremate destas páginas de reconstituição histórica, cabe-me proclamar, para conhecimento das novas gerações, que Basílio de Magalhães pertence à galeria dos grandes homens de S. João del-Rei. Importa cultuar-lhe a memória, e seguir-lhe os exemplos que nos deixou, como professor exímio, jornalista vibrante, parlamentar e administrador eficiente, e, sobretudo, como historiador de alto mérito.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL–REI

Francisco Diomedes Garcia de Lima

Em janeiro do ano de 1783, em São João del-Rei, um cidadão chamado Manoel de Jesus Fortes fez um requerimento dirigido ao Provisor do Bispado de Mariana, pedindo autorização para manter um hospital e casa de caridade, por ele Manoel Fortes, criado. Levava ele em consideração que inúmeras pessoas pobres da cidade não tinham a mínima assistência médica e, portanto, quando doentes, morreriam à míngua de recursos, se não fosse criada uma casa de Caridade.

A Inspiração da criação de um hospital em São João del-Rei, por Manoel de Jesus Fortes, foi primordialmente religiosa. Ao mesmo tempo em que havia a preocupação para com a necessidade de assistir os pobres em sua desdita, quando doentes, havia o respeito à hierarquia Católica Romana, que tornava necessária a autorização de Mariana (sede do Bispado) para que fosse construido um altar para os atos religiosos católicos.

Vê-se, ao ler o requerimento de Manoel de Jesus Fortes, e os despachos seguintes do Bispado de Mariana (1, pg. 136 a 140) (2) (3) (4) (5), que as autoridades eclesiásticas aplaudiram a iniciativa do fundador da Santa Casa.

Imaginemos como, antes de janeiro de 1783, em São João del-Rei, deveria ser mais dura e cruel a vida de um pobre que adoecesse. Não teria assistência médica, se não pudesse contar com a dedicação e o carinho de pessoas abastadas ou com entidades como a Irmandade de S. Miguel e Almas, de São João del-Rei (que tentava fazer as vezes de Misericórdia) (1, pg. 19) ou com o espírito caritativo e humanitário dos médicos, dos enfermeiros, e de outras pessoas que possuíssem um elevado grau de senso humanitário. Além das enormes limitações sócio-econômicas que havia para os doentes pobres, é necessário lembrarmos-nos da difícil situação do médico que, naquela época de 200 anos atrás, muito pouco podia fazer em benefício do seu doente, fosse rico ou fosse pobre.

Em 1783 a ciência biológica, que é a base da medicina, estava muito atrasada, limitando extraordináriamente as possibilidades de ação, por parte dos médicos, em benefício do seu paciente. Lembrêmo-nos de que a Biologia estava engatinhando no conhecimento do mundo dos seres vivos microscópicos. Os micróbios ainda eram em muito, para o povo em geral. Ainda havia crença na geração expontânea de seres vivos. Não se sabia, portanto, que havia doenças causadas pelos micróbios. O próprio microscópio, instrumento que estava começando a desvendar aquele mundo invisível a olho desarmado, era ainda rudimentar.

A química ainda não havia desvendado o mistério de como era constituída a matéria, e a Anatomia humana era mal conhecida. Enfim, em 1783, 200 anos atrás, estava começando, apenas, a era científica que iria produzir frutos — uns bons para a Humanidade, outros ruins para ela — a partir do século dezenove.

No ano em que Manoel de Jesus Fortes fundou a sua Casa da Caridade (mais tarde denominada Santa Casa da Misericórdia), o exercício da profissão médica devia provocar nos médicos frustações enormes, diante de sua quase total impo-

tência para resolver os desafios representados pelos seus doentes. É como se sentem os médicos de hoje, quando se defrontam com os numerosos casos difíceis e insolúveis que tantas vezes lhe aparecem.

Manuel de Jesus Forte era, sem dúvida alguma, dotado de senso humanitário em alto grau. Do contrário não teria vindo para São João del-Rei e aqui se dedicado ao trabalho visionário de criar um hospital para pobres. Tanto assim que, saindo de São João del-Rei, foi reaparecer, 6 anos depois, em Diamantina, onde criou também uma casa de caridade (1, pg. 21).

Foi ele que conseguiu, em nossa cidade, através de esmolas que para isto pediu, comprar o terreno necessário para construir o hospital por ele idealizado (1, pg. 136), e que é hoje a realidade palpável da Santa Casa de São João del-Rei.

Diante das provas documentais (1) (2) (3), estou convencido de que o mês e o ano de fundação da Santa Casa de São João del-Rei são mesmo: mês de janeiro, ano de 1783.

Outra data, anterior, a de 1768, foi aceita, sem maiores estudos e pesquisas históricas, por muitas pessoas, baseados num retrato a óleo de Manuel de Jesus Fortes, em que se encontram os dizeres:

"Fundou o hospital no ano de 1765". Ouçamos o historiador Dr. Luiz de Melo Alvarenga (1, pg.18):

"Este retrato só foi pintado depois do ano de 1859, pois José Antonio Rodrigues, em seus "Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de São João del-Rei", diz:

"Cujos retratos como os do Barão de Pontal, João Batista Machado, José Antonio de Castro Moreira, Francisco Terezino de Sá Fortes, Carlos Batista Machado, e os ermitões Francisco Moreira da Rocha e José Carneiro, ornam uma das principais salas de casa, em cuja galeria se nota e com justiça a falta dos de Manuel de Jesus Fortes (primeira pedra angular do edifício), Batista Caetano de Almeida, Monsenhor José Antonio Marinho, Martiniano Severo de Barros, e muitos outros".

Continua Alvarenga:

"Talvez, atendendo às ponderações de José Antonio Rodrigues, no ano de 1860, foi pintado o retrato de Manuel de Jesus Fortes, por Venancio José do Espírito Santo. Esta data – 1765 – só existe neste retrato, como sendo o ano de fundação da Santa Casa, mas o próprio fundador Manuel de Jesus Fortes afirma, como veremos, que foi "principiado em janeiro do presente ano de 1783".

Creio não padecer dúvidas o raciocínio e os documentos que provam que a data da fundação da Santa Casa de São João del-Rei é janeiro de 1783 (1, pg. 136, 137, 138, 139, 140).

O hospital criado por Manuel de Jesus Fortes firmava-se, pela sua utilidade, com o passar do tempo.

Não era ainda denominado Santa Casa da Misericórdia, mas sim Casa de Caridade.

Enquanto isto acontecia em São João del-Rei, na Europa a política fervia. Na luta pelo poder, D. João VI, Rei de Portugal, ameaçado, teve que sair à pressas de Lisboa, vindo estabelecer-se no Brasil, em 1808.

A Corte era no Rio de Janeiro. D. João VI ficou no Brasil até 1821.

Atendendo a vários pedidos de sanjoanenses, em 31 de outubro de 1816, foi emitida a "Provisão Régia da Confirmação da Santa Casa de Misericórdia ereta nesta Vila de São João del-Rei". (Livro de Entradas de Irmãos (fls. 1-1v, 2-2v) (1, pg. 141).

Em 21 de janeiro de 1817 (4 meses depois da Provisão Régia), fundou-se a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei (1, pg. 144)

Passou o hospital a ser regido pelo mesmo compromisso do da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, embora a "Provisão Régia" admitia adaptações dependentes do lugar onde se instalara a Santa Casa da Misericórdia.

Numa extensa lista de cidadãos já Irmãos da Santa Casa, foram escolhidos e eleitos os primeiros membros da Mesa.

Antes de haver a Casa de Caridade o atendimento a indigentes era feito, no tocante aos médicos, por profissionais pagos, ora por Irmandades Religiosas (a de São Miguel e Alma, por exemplo) (1, pg. 19), ora pelo Senado da Câmara da cidade. Os doentes eram atendidos em suas próprias casas.

Criado o hospital de Manuel Fortes, este – o hospital – passou a pagar médicos para cuidar dos doentes internados. De certo modo, estes médicos eram empregados da Santa Casa.

Em 10 de agôsto de 1819 surgiu uma grande modificação: a Mesa resolveu aceitar pacientes pagantes (pensionistas), com a finalidade de, com sua renda, ajudar a manter os indigentes.

Assim se encontra redigida a ata da Mesa que tomou a decisão:

No "Termo do quantitativo que assentou a Mesa dever pagar, qualquer pessoa livre, ou Escravo, que se fizer curar nesta Santa Casa, estabelece a quantia de 320 réis por dia; no caso porém de haver pessoa que pela sua qualidade e mais circunstâncias possa exigir um tratamento mais distinto, o extraordinário, o que deverá sempre ser expressamente determinado pelo Provedor, pagará mais 40 réis por dia, e ao todo 360 réis. "Isto se observará em todo caso, menos o de querer entrar oficial, ou soldado de linha, e que tem Soldo da Real Fazenda, ou algum homem d'Aldeia conhecidamente abonado, e que se acha sem dinheiro e com moléstia aguda que não admita demora" (4) (1, pg. 28).

Tal decisão indica claramente que as finanças do hospital não estavam boas, e que a Santa Casa necessitava encontrar uma fonte de receita, para manter-se.

Em 1823 o Imperador D. Pedro II concede à Santa Casa uma Loteria, para ajudar a situação financeira do hospital.

Mais tarde houve outra loteria, com a mesma finalidade (1, pg. 33).

(No dia 08 de julho de 1983, a Loteria Mineira fez uma extração, em São João del-Rei. Por ordem do Sr. Governador do Estado, Dr. Tancredo de Almeida Neves, parte da renda obtida pela venda de bilhetes foi doada para a Santa Casa de São João del-Rei).

Fez parte do hospital da Santa Casa um setor, para tratamento de doença mentais; era (o "asilo de loucos"). Provas disto são encontradas a partir de 1833, num interessante trabalho feito pelo psiquiatra sanjoanense Dr. Ronaldo Simões Coelho (5).

Este serviço psiquiátrico foi extinto em 1906 (1, pg. 36).

Em 1826 o Provedor substituto, Batista Caetano de Almeida fez o primeiro Regimento Interno do hospital.

Trabalho longo, minuncioso, bem elaborado dentro das normas técnicas de então, este Regimento, feito há mais de 150 anos, é leitura interessante (1, pg. 30) (4). Por ele pode-se saber muito à respeito das noções da Medicina da época. Alguns itens, para nós da atualidade, são até hilariantes.

Por exemplo: material necessário nas enfermarias:

– Candeeiros cobertos com capitel nas enfermarias, com o fumo conduzido para fora dos tubos. (não havia luz elétrica).

— um barômetro e termômetro para os professores fazerem suas observações ou efermérides meteorológico-médicos.

— Separação entre a enfermaria de febre e as demais.

— Nenhum doente se poderá deitar calçado, nem vestido sobre a cama, ou dentro dela; é igualmente proibido jogar, fazer motim, fumar, proferir palavras indecentes nas enfermarias. Os facultativos, cada um nas suas respectivas enfermarias, poderão castigar pela primeira vez, os transgressores deste artigo, diminuindo-lhes a ração; pela segunda vez o mandarão recolher à *prisão do hospital*, onde se conservarão em meia ração, até que a Mesa disponha, se deve ficar no Hospital, ou ser despedido.

— o médico "fará propagar com todo desvelo a vacina, que dora em diante se vai instituir no hospital, debaixo de suas vistas imediata.

(A Vacina a que se refere este item é a vacina anti-variólica, que fora introduzida em São João del-Rei pelo médico inglês Dr. Jorge Such, em 1826. A vacina vinha diretamente de Londres, para o Dr. Such. (1, pg. 45) (5)).

Batista Caetano de Almeida foi um cidadão que deixou seu nome ligado para sempre a São João del-Rei, não só na Santa Casa, como também como fundador da Biblioteca Municipal. Esta funcionou muitos anos numa das salas da Santa Casa, sendo, depois transferida para o prédio da Prefeitura Municipal, e, finalmente, para seu prédio próprio, no Largo de São Francisco (Administração do Prefeito Dr. Milton Viegas).

Em 1833 a Santa Casa foi encarregada das providências relativas ao enforcamento de 12 réus, por falta de dinheiro para tanta despesa, a Mesa da Santa Casa enviou ofício ao Presidente da Província pedindo para ele contribuir para "O sustento dos presos que estão ao abrigo desta Santa Casa". (1, pg. 32). O pedido foi justificado com o requerimento da Mesa dizendo: "e agora com mais necessidade por ter dispendido com os criminosos que padeceram na força a última pena" (1, pg. 32).

Em 08 de setembro de 1820 (1, pg. 31) foi instalada a Farmácia da Santa Casa. Antes desta providência da mesa os medicamentos eram preparados por farmacêuticos da própria vila. Era no tempo em que os medicamentos eram manipulados nas farmácias, e as drogas usadas eram quase sempre de origem natural. A farmacopéia de então — 1820 — também muito deixava a desejar, quanto à sua eficácia. Não havia os anti-bióticos e os quimioterápicos bactericidas, tão eficazes no combate às doenças infecciosas.

Muito ainda poder-se-ia dizer a respeito da história da Santa Casa, nesta fase de sua existência, como, por exemplo, do Irmão Moreira, o Ermitão pedidor de esmolas para a Santa Casa (falecido em 16-01-1839); entretanto, para isso, remeto os interessados aos livros e monografias da bibliografia que está anexa à este simples resumo que estou fazendo.

Em 26 de agosto de 1889 as Irmãs de Caridade da Irmandade de São Vicente de Paulo vieram trabalhar na Santa Casa, aquí ficando até 30 de abril de 1976 (1, pg. 41). O recolhimento de orfãos, que a Santa Casa mantinha desde 1.º de julho de 1832 (1, pg. 31) (com o nome de Orfanato Maria Teresa), foi também extinto na mesma época da saída das Irmãs Vicententinas.

Em 1898 foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora das Dores, de propriedade da Santa Casa. Matinham a esperança, os membros da Mesa, de que um Colégio para moças poderia ajudar a manutensão do hospital da Santa Casa. Mas isto não se deu, e, em junho de 1962, o Colégio Nossa Senhora das Dores foi vendido para a Congregação das Irmãs Vicentinas.

Em 1903 a Mesa declarou que não podia pagar aos médicos, por causa da grave crise financeira (1, pg. 49).

No final do século dezenove houve mudanças impressionantes na civilização, como sabemos. O uso da máquina à vapor, na Inglaterra, deu início à Revolução Industrial, surgindo a Civilização Industrial, que se por um lado trouxe benefícios para a humanidade, por outro lado tem provocado problemas quase insolúveis para a felicidade da espécie humana.

Ao lado da Revolução Industrial, as Ciências biológicas desenvolveram-se muito, juntamente com a física e a química. Este conjunto de conhecimentos e técnicas veio refletir-se também na Medicina, e no setor de construção hospitalar.

A partir de 13 de fevereiro de 1910 iniciou-se a construção do atual corpo do Hospital Geral da Santa Casa. E, desde então, isto é, de 1910 até abril de 1983, a Santa Casa vem, com intervalos, em obras, ampliando e melhorando seu Hospital.

Somente aqueles que já trabalharam na administração da Santa Casa, como parte da Mesa e da Junta dos Definidores, podem avaliar o que de preocupações e o quanto de sacrifício exigia a administração de um hospital pobre em capital de giro como é a Santa Casa de São João del-Rei. Com sacrifícios inauditos a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei começou a ampliar e melhorar suas instalações em fevereiro de 1910, quando a família Almeida Magalhães passou a fazer parte da Mesa, tendo como provedor o Dr. Eduardo de Almeida Magalhães e como tesoureiro o Sr. Alberto de Almeida Magalhães (eleitos para a Mesa em 1908) (1, pg. 36 e pg. 123).

Dr. Eduardo de Almeida Magalhães, mostrando ser homem dinâmico e de visão administrativa, resolveu demolir as instalações antigas da Santa Casa e construir novo prédio, mais moderno e funcional. Em 1911, coincidentemente, o Dr. Antonio de Andrade Reis, recém-formado, veio trabalhar na Santa Casa. E assim, com estes homens, principalmente, iniciou-se a fase do século XX na Santa Casa de São João del-Rei.

A família Almeida Magalhães, por vários de seus membros, entre os quais o Dr. Eduardo de Almeida Magalhẽs, Dr. Eduardo de Almeida Magalhães Sobrinho e Sr. Alberto de Almeida Magalhães, trabalhou anos a fio pela Santa Casa, de um modo ou de outro. Por influência e pela visão do Dr. Antonio Andrade Reis a Santa Casa ampliou suas instalações, criando o Pavilhão de Cirurgia Almeida Magalhães, inaugurado em 16 de março de 1924, (1, pg. 37).

Em 1951, na gestão do Provedor Farmacêutico Onésimo Guimarães (1, pg. 40), foi ainda mais ampliado do hospital.

Na do Provedor Dr. Tancredo de Almeida Neves (de 1963 a 1971) (1, pg. 133), mais ampliações.

Em 1958 foi fundada a Escola de Auxiliares de Enfermagem, pela Irmã Matilde Nina, que foi reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura em 16 de janeiro de 1964. A Escola de Enfermagem, denominada "Antonina Neves", em homenagem à genitora do Dr. Tancredo Neves, está funcionando normalmente, como Escola de Enfermagem do 2.º grau.

Nas mesas presididas pelo Major Marcelo Batista Mourão, (1971 a 1976), pelo Dr. Cid de Sousa Rangel (1976 a 1978) e pelo Dr. Cláudio Ibraim Costa (1978 a 1982), (1, pg. 134 e 135) foram realizadas mais obras, com a finalidade de melhorar e ampliar as instalações da Santa Casa. Na gestão do Dr. Cláudio Ibraim Costa foi demolido o prédio antigo do recolhimento de orfãos, que estava inaproveitável. Entretanto, como alguns anos atrás havia sido construído um

prédio anexo ao Recolhimento com a finalidade mesmo de ampliar e melhorar o Orfanato, prédio anexo foi devidamente reformado e passou a acolher o Pavilhão Pediátrico "Dr. Julio Cesar de Queiroz Guimarães" e a Clínica Infantil D. Sinhá Neves.

É absolutamente impossível querer enumerar todos os homens e mulheres que, nestes longos 200 anos, trabalharam em prol da Santa Casa, e em prol da comunidade sanjoanense, no setor hospitalar. Nem é este meu intuito, neste modesto trabalho. Para isto recomendo a todos os interessados a procurar os dados nos livros citados na bibliografia, que aparece no final do meu trabalho. Mas não posso deixar de ressaltar, como um item à parte, o papel da família Almeida Neves. O Sr. Francisco de Paula Neves, pai do nosso atual Governador Tancredo de Almeida Neves, durante anos foi membro do corpo de Definidores da Santa Casa. (1, pg. 123, 124, 125, 126).

Os filhos do Sr. Francisco de Paula Neves sempre prestigiaram e ajudaram a Santa Casa. Mas o maior benfeitor deste hospital, na família Neves, é o governador atual do Estado de Minas Gerais, Dr. Tancredo de Almeida Neves. De 40 anos para cá, aproximadamente, a presença benfazeja do Dr. Tancredo Neves tem sido fundamental para o hospital da Irmandade da Santa Casa. Mesmo quando não exercendo cargos na Mesa ou na Junta dos Definidores, o Governador Tancredo Neves estava sempre presente. Como Deputado Estadual ou como Deputado Federal, o Governador Tancredo Neves já ajudava esta Instituição, não só como quem mais obtinha verbas em benefício da Casa, como aquele conselheiro experiente e de visão, que tinha sempre uma palavra amiga e uma orientação equilibrada para a tomada de decisões para o hospital. Em todas as obras realizadas nos últimos 30 anos, seu auxílio, sob algumas forma, esteve sempre presente, desde com dinheiro para verbas, até na aquisição de aparelhos médicos ou para ampliações e melhoramentos. Foi nosso provedor de 1963 a 1971 (1, pg. 48 e 49).

O Hospital da Santa Casa é pertencente a uma Irmandade Religiosa, da mesma forma que as demais existentes secularmente em nossa cidade.

Desde sua criação por Manuel de Jesus Forte, é uma casa sem fins lucrativos. Seu dono é a Irmandade da Santa Casa de São João del-Rei. Os irmãos, por sua vez, são gente da cidade, de todos os matises de cor, e de cultura, o que faz dela uma organização democrática. Os Irmãos inscritos, no dia da eleição, marcada de antemão por um edital público, comparecem e elegem membros que são chamados grandes eleitores, estes elegerão o corpo de Definidores (Conselho Superior), e os definidores elegerão a Mesa Administrativa. (o "executivo" da Organização).

Na última eleição fomos – eu, o Dr. Wilson Pastorini Haddad, o Dr. Edson Firmo de Carvalho, Dr. Hélio Bergo e o Dr. Antonio Carlos Ferreira da Silva – eleitos para os cargos que agora ocupamos.

Seis meses após nossa posse, os hospitais do Brasil (e a Santa Casa de São João del-Rei também) foram surpreendidos pels resolução 026/82, de 1982, do INAMPS, restringindo, bruscamente, o número de leitos que eram usados para associados do INAMPS. Tal fato provocou profundo e grave desiquilibrio nas finanças do hospital da Santa Casa, pega, de surpresa, na fase final de um projeto de modernização, iniciado em 1951, na Mesa dirigida pelo Farmacêutico Sr. Onésimo Guimarães, e continuando, durante 32 anos, pelas gestões que se seguiram.

A resolução 026/82 foi um golpe enorme nas finanças da Santa Casa, mas, com medidas adequadas, a situação tende a melhorar e a ser restabelecido o equilíbrio do hospital da Santa Casa.

(Trabalho apresentado na sessão do dia 07 de agôsto de 1983 do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei).

BIBLIOGRAFIA

1 – Alvarenga, Luiz de Melo – Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei – Minas Gerais – (obra pronta, ainda não impressa).

2 – Viegas, Augusto – Notícia de São João del-Rei – 3.ª edição.

3 – Cintra, Sebastião de Oliveira – Efemérides de São João del-Rei.

4 – Coelho, Ronaldo Simões – Organização da Assistência Médica na Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei, há 150 anos.

5 – Coelho, Ronaldo Simões – Primeira Unidade Psiquiátrica em Hospital Geral no Brasil – Arquivos do Departamento de Assitência a Psicopatas do Estado de São Paulo – Vol. XXXVIII – 1972 – n.º único.

6 – Magalhães, Custódio de Almeida – Palestra pronunciada em 6-4-75, no Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, ao ensejo do centenário do nascimento de Alberto Magalhães.

AINDA SOBRE SENADORES EM SÃO JOÃO DEL-REI

Fábio N. Guimarães

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, volume n.º 1, ano de 1973, publicou, à página 67, um artigo intitulado "Senadores em São João del-Rei", de minha autoria.

A fim de completar o referido estudo, vou incluir quatro nomes: Manuel Jacinto Nogueira da Gama, padre José Custódio Dias, dr. Antônio Augusto Pereira Lima e Tancredo Neves.

Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi, sanjoanense que recebeu o mais elevado título nobiliárquico durante o Império, nasceu em São João em 1765 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1847. Ocupou a Pasta da Fazenda por três vezes e, em 1826, foi escolhido por D. Pedro I para integrar o Senado do Império.

O padre José Custódio Dias nasceu em Nazareno, localidade que pertenceu a São João del-Rei até o ano de 1953. O historiador Sebastião de Oliveira Cintra, no 1.º volume de suas "Efemérides", informa que aquele futuro senador por Minas Gerais foi batizado a 28 de março de 1767, na então capela filial de Nossa Senhora do Nazaré. Exerceu a senatoria pela província mineira no ano de 1835. No Rio de Janeiro, participou de movimentos políticos que culminaram com a abdicação de D. Pedro I. Não se deve confundir o nome do padre-senador pelo do vigário sanjoanense padre Luiz José Dias Custódio, português de nascimento, vigário colado do Pilar, de 1824 a 1853, apesar de interrupções no seu paroquiato.

O genealogista José de Oliveira Mafra, em "A Família Mafra", editado em 1974, registra que o advogado Antônio Augusto Pereira Lima, aqui nascido em 17 de fevereiro de 1838, foi eleito senador estadual pelo Rio de Janeiro, depois de proclamada a República, no governo do dr. Francisco Portella. Também exerceu a vice-presidência daquela unidade da Federação.

O senador Ricardo Augusto Soares Batista, mencionado no volume I desta Revista, nasceu em São João, a 24 de janeiro de 1849 e foi batizado a 3 de maio de igual ano. Era filho de José Ricardo Soares Batista e de Beatriz Flausina de Melo, conforme constatei dos arquivos da Paróquia de N. Sra. do Pilar.

Em 1975, efetuando pesquisas no Museu local do IPHAN, descobri dois retratos do senador Ricardo. No verso de um, estava escrito:

"Um sinal de gratidão e amizade de suas irmãs Maria Salomé e Alexandrina e de seu primo Ricardo Aug. Soares Bapta.

Rio – 5 – abril – 1869". Foto batida no Rio, por Mangeon e Van Nyvel.

A segunda foto, feita por Henschel & Comp., Rua Direita 1, São Paulo, tem a seguinte dedicatória:

"Ao Pe. João o seu primo e am.º Ricardo. 10-3-86".

Os dois retratos batidos no espaço de 17 anos, mostram Ricardo Augusto Soares Batista aos 20 e aos 37 anos de idade.

O clichê estampado neste artigo reproduz a dita fotografia.

Em 1978, o sanjoanense Tancredo de Almeida Neves elegeu-se senador por Minas Gerais e, em 1985, galgou a Presidência da República.

Senador Ricardo Augusto Soares Batista

FUTEBOL EM SÃO JOÃO DEL-REI

Astrogildo Assis

O futebol no Brasil apareceu por volta do ano de 1884, no meio estudantil do colégio Machkenze, em São Paulo. Em São João del-Rei, inicialmente ele marchou em passos curtos e vagarosos, tendo em vista que, naquela época, essa modalidade de esporte não era aceita pela sociedade sanjoanense, por considerar o esporte "bretão" de maneiras brutais, sem nenhum valor para o corpo e prejudicial para a alma. Em 1907 começou a aparecer neste recanto mineiro a idéia da prática do futebol quando, estudantes em férias, vindos da Capital Federal (Rio de Janeiro), portadores das primeiras bolas chamadas de "pneu", realizaram com os rapazes do comércio, as primeiras "peladas". Assim eram chamadas as partidas entre grupos desuniformizados e sem número certo de participantes e muitas das vezes sem a presença do tradicional juiz. Daí, a proliferação do "futebol da bola de meia" e depois o da "bola de borracha".

Formava-se nos bairros o futebol de garotos do porte de 10 a 15 anos de idade. Os locais preferidos pela garotada em São João del-Rei, eram: *Largo da Câmara* — local destinado para armação de circo e hoje onde está instalado o "pelourinho", em frente ao Hospital das Mercês. *Tanque* — onde é hoje o depósito de material da Prefeitura Municipal. *Curva de Matosinhos* — onde estão construídas as "casas populares". *Largo da ponte Manoel Nicolau* — onde hoje está instalado o posto Esso, na entrada da Rua Paulo Freitas. *Rua Antônio Rocha* — ao longo do muro das oficinas. Afinal, cada bairro possuía o seu cantinho para jogar futebol. As partidas eram realizadas através de desafio, por escrito. Os encontros eram marcados para os domingos pela manhã e sempre depois da missa.

Em 1909 já haviam "times" compostos de jovens na faixa etária mais elevada, e foi justamente nesse ano que, uma plêiade de rapazes, fundou em 27 de junho, o primeiro clube de futebol em São João del-Rei e deram-lhe o nome de Athlético Foot-Ball Club, que em 1913 passou a denominar-se Athletic Club. Mais tarde foram paulatinamente aparecendo outros clubes nos diversos bairros da cidade.

A Ordem Terceira Franciscana, cujo fim é a pregação do Evangelho, emprega boa parte de suas atividades, no ensino de ciências humanas à mocidade. Em 1904 estabeleceu em São João del-Rei, fundando um colégio no qual ensinava à juventude, com mais eficiência, as matérias que lhe seriam úteis no futuro. O externato teve início com a fundação e, em 1914, começou também a funcionar o internato e nesta data, o professor de matemática Armando Barbosa, tomou a iniciativa de fundar no colégio, um "time" de futebol denominado de Santo Antonio Foot-Ball Club. Por distintivo deu-lhe as cores verde e amarela. O Santo Antonio Foot-Ball Club viveu até 1918, ano em que foi substituído pelo Clube Desportivo Esparta, com as cores azul e branca. Naquela época diziam que ser atleta do 1.º "time" do Esparta, não era para qualquer um que apenas soubesse dar pontapés na bola, pois o atleta tinha que passar por um rigoroso teste para provar se estava bem treinado, se entendia do jogo, e bem assim se sabia observar as regras. Era preciso ter bom gênio e saber adaptar-se ao dos outros colegas, que

tivesse muita destreza no jogo e que se evitasse empurrões e quedas desastrosas. Para a divisão de menores existia o Esparta Infantil fundado em 1924 e também cada classe de estudo possuía seu infantil. Eram ao todo 10 infantis no ginásio Santo Antônio. No ano de 1926, no infantil do Esparta, foi que apareceu o garoto Tancredo de Almeida Neves já com seus 16 anos de idade, praticando regularmente o futebol, integrado ao time seguinte: Tuchê, Neves, Vicente, Naves, Mundico, Geraldino, Caixeta, Edipo, Javet, Dutra e Pipote, sob a orientação técnica do quintanista Orcine Pinheiro da Silva.

Pelo quadro abaixo podemos ter conhecimento, pela ordem do ano de fundação, dos clubes que existem e que já existiram em São João del-Rei, a partir de 1909:

Clubes	Ano	Campo	Situação atual
Athletic Club	1909	Matosinhos	Ativo
Santo Antônio F.C.	1914	Ginásio	Extinto
Internacional F.C.	1915	Fábricas	Extinto
Ateniense F.C.	1915	Asílio	Extinto
Minas F.C.	1916	Biquinha	Ativo
Clube Desportivo Esparta	1918	Ginásio	Extinto
Brasil F.C.	1919	Matosinhos	Extinto
Moreno F.C.	1919	Tanque	Extinto
Esperança F.C.	1920	Sem campo	Extinto
Ipiranga F.C.	1920	Sem campo	Extinto
Onze Regimento E.C.	1921	Quartel	Extinto
União Moços Católicos F.C.	1922	Sem campo	Extinto
Santa Cruz F.C.	1925	Tejuco	Extinto
Industrial F.C.	1927	Fábricas	Extinto
Paulistano F.C.	1932	Tejuco	Extinto
General Osório E.C.	1933	Quartel	Ativo
Botafogo F.C.	1936	Fábricas	Extinto
Aimorés F.C.	1938	Barro	Extinto
Independente F.C.	1938	Sem campo	Extinto
Social F.C.	1939	Matosinhos	Ativo
Bandeirante F.C.	1939	Sem campo	Extinto
Guaraní F.C.	1940	Barro	Ativo
União F.C.	1940	Sem campo	Extinto
Americano F.C.	1940	Sem campo	Extinto
América Recreativo e Futebol	1943	Fábricas	Ativo
Clube dos Milionários	1948	Fábricas	Extinto
Esporte Clube Bonfim	1953	Bonfim	Ativo
Ferroviário F.C.	1955	Sem campo	Extinto
Associação Atl. São Caetano	1960	Tejuco	Ativo
Siderúrgica F.C.	1960	Matosinhos	Ativo
Estrela F.C.	1971	Sem campo	Extinto

Os "times" acima relacionados, são referentes à 1.ª Divisão e atualmente estão na 2.ª Divisão os seguintes:

– Guarani F.C.
– Cruzeiro F.C.
– E.C. São Geraldo
– E.C. XV de Novembro
– União Desportiva Siderúrgica

Em processo para filiação à Liga Municipal de Desportos:

– Figueirense F. C.
– Bela Vista F.C.
– Juventus F.C.

Em todas as épocas, o futebol em São João del-Rei foi dirigido por um órgão esportivo com poderes suficientes para organizar o campeonato de futebol da cidade. Em princípio era a Sub-Liga de Esportes Terrestres filiada à Liga Mineira de Esportes Terrestres, a qual organizou o primeiro campeonato de futebol em São João del-Rei em 1916, quando sagrou-se primeiro campeão de futebol da cidade de São João del-Rei, o Athletic-Club.

Houve um período em que não se falava em liga de futebol na cidade e os campeonatos eram organizados de comum acordo por comissões com representantes de todos os clubes, com poderes semelhantes aos das Ligas.

Em 1932, pelo capitão médico do exército servindo no 11.º Regimento de Infantaria Dr. José Botafogo, foi fundada na cidade a A.S.E.A. – Associação Sanjoanense de Esporte e Atletismo, que teve pouca duração.

Em 1938 foi fundada a L.E.O.M. – Liga de Esporte Oeste de Minas, que teve a duração de três anos e em substituição a L.E.O.M., foi fundada, com a participação de mais de 30 desportistas, a L.M.D. – Liga Municipal de Desportos, sendo o Dr. Tancredo de Almeida Neves um dos fundadores.

A Liga Municipal de Desportos teve o seu primeiro alvará pela sua filiação na Federação Mineira de Futebol no dia 15/05/1944 e com sua fundação o esporte futebol em São João del-Rei, entrou em nova e progressiva fase e nesta data está como seu presidente o Dr. Antônio Reis da Peixão. Os clubes deram grande prestígio à nova mentora do futebol na cidade, e todos se apressaram em fazer as inscrições. Foram criadas pela Liga Municipal duas divisões. A 1.ª Divisão para os clubes com melhores organizações e que tivessem um campo em condições de ser cobrado o ingresso e, na 2.ª Divisão, os outros. E para ambas divisões a Liga vem organizando anualmente o Campeonato de futebol da cidade de São João del-Rei e por intermédio das Ligas e Comissões, foram esses campeonatos realizados e sagraram-se campeões os seguintes clubes:

ATHLETIC-CLUB – (Campeão 30 vezes) – Fundado em 1909.
1916 – 1919 – 1930 – 1931 – 1932 – 1937 – 1938 – 1942 – 1946 – 1947 – 1949 – 1950 – 1952 – 1954 – 1960 – 1961 – 1962 – 1963 – 1965 – 1968 – 1971 – 1973 – 1974 – 1976 – 1978 – 1981 – 1982 – 1983 – 1984.
INTERNACIONAL F.C. – (Campeão 1 vez) – Fundado em 1915.
1922 – Campeão do Centenário da Independência).
MINAS F.C. – (Campeão 10 vezes) – Fundado em 1916.
1918 – 1953 – 1956 – 1957 – 1958 – 1959 – 1966 – 1967 – 1972 – 1975.
GENERAL OSÓRIO F.C. – (Campeão duas vezes) – Fundado em 1933.
1933 – 1940 (Representação do 11.º Regimento de Infantaria).

SOCIAL F.C. – (Campeão 4 vezes) – Fundado em 1939.
1948 – 1951 – 1955 – 1979.
AMÉRICA RECREATIVO E FUTEBOL – (Campeão 3 vezes) – Fundado em 1943.
1964 – 1966 – 1977.

Além desses campeonatos, foram ainda realizados 10 torneios de futebol, inclusive com clubes de outros municípios.

Por diversos motivos, a partir de 1912, não houve em São João del-Rei campeonato de futebol nos anos seguintes: 1912 – 1913 – 1914 – 1915 – 1917 – 1920 – 1921 – 1923 – 1924 – 1925 – 1926 – 1927 – 1928 – 1929 – 1934 – 1935 – 1936 – 1941 – 1944 – 1945 – 1969 – 1970 – 1980.

Em 1943, por desentendimento entre os clubes, foi interrompido o campeonato de futebol do ano.

Clubes de futebol de grandes centros brasileiros, sempre tiveram em São João del-Rei um elemento como seu representante, com as funções de "olheiro". O autor destas linhas funcionou muitos anos como Cônsul do Clube Atlético Mineiro, com encargo de observar o comportamento técnico de jogadores sanjoanenses e encaminhá-los para o futebol de renomados clubes do Brasil.

Muitos foram os atletas sanjoanenses que resistiram à fascinação de se deslocar da cidade com a promessa de um bom contrato profissional. Resolveram encerrar a carreira em São João del-Rei, sem nunca se afastarem de sua terra natal. Outros, menos circunspectos, entusiasmados por mirabolantes promessas, daqui partiram em busca de melhor situação. Vamos citar alguns atletas que por intermédio de clubes de São João del-Rei, se transferiram da cidade:

PARA O RIO DE JANEIRO: Dr. Joaquim Ferreira – goleiro do América F.C., campeão Sul-Americano. Telê Santana – jogou no Guarani de Campinas, Madureira, Vasco da Gama e Fluminense do Rio e Hoje é o técnico da Seleção Brasileira. Edson de Souza – meio de campo do Fluminense do Rio. Arízio – goleiro do Botafogo F. e Regatas. Sílvio de Paula – meio de campo, jogou no Vasco da Gama.
PARA SÃO PAULO: Harvey – atacante – jogou no Palmeira F.C.
PARA BELO HORIZONTE: Ivo Melo – jogou no Clube Atlético Mineiro, Northon de Souza (Nortinho) – jogou no Sete de Setembro e Siderúrgica. João de Deus Filho (Joãozinho) e Jasminor Simões Coelho (Jasminor) – jogaram no Clube Atlético Mineiro, tendo o Jasminor participado do escrete mineiro. Waldemar do Sacramento (Waldemazinho) – jogou no Siderúrgica e é, em São João del-Rei, o único portador da Medalha Belfort Duarte pelo Athletic-Club.
PARA JUIZ DE FORA: Wilson Coelho (Nenen) e Chicão, ambos jogaram no Tupy.

Com referência aos embates intermunicipais de futebol, todos os clubes de São João del-Rei têm realizado importantes partidas com quadros do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora e muitos outros jogos com clubes dos municípios circunvizinhos. Até um quadro da Bahia esteve em São João del-Rei.

Um evento que mereceu especial destaque foi a visita do troféu máximo do futebol brasileiro à São João del-Rei, a Taça Jules Rimet, que foi trazida debaixo de forte sistema de segurança, sob os cuidados do grande desportista sanjoanense

Canor Simões Coelho que foi, em sua época, excelente goleiro do Minas F.C. Daqui, Canor partiu para ingressar na Confederação Brasileira de Desportos, onde teve destacada atuação. Foi a cidade ainda muito honrada com a visita do presidente da Federação Internacional de Futebol e Atletismo — F.I.F.A. Dr. João Havelange.

Em São João del-Rei, todos os clubes da 1.ª Divisão de futebol, são possuidores de ótimos estádios, em número de mais de oito. Todos bem instalados, com arquibancadas, alambrados, piso gramado e vestiários. Alguns com praça de esportes especializados, inclusive piscinas.

Conclui-se que em São João del-Rei a prática do esporte futebol é exercida como nos grandes centros futebolísticos do País. Os sanjoanenses evoluíram rapidamente nesta modalidade de esporte, entretanto, houve uma fase lenta em seu progresso, devido a inúmeros fatores. Talvez não tenha sido só em São João del-Rei o estado de morosidade havido. Imputamos isto ao profissionalismo. Os clubes sanjoanenses passaram a ser considerados simples celeiros, sem nenhuma vantagem monetária e o êxodo dos melhores atlétas foi um fato, não havendo meio de ser evitado. Atualmente há outros fatores a considerar para a sobrevivência de um bom futebol nos municípios, sendo as finanças o fator principal. Não será isso que impedirá os filhos da terra de Joaquim José da Silva Xavier de tocar a bola para frente.

A TRAGÉDIA DO PRESIDENTE TANCREDO NEVES

Francisco Diomedes Garcia de Lima

Transcrição da palestra feita na sessão do dia 5 de maio de 1985, pelo confrade Francisco Diomedes Garcia de Lima

Hoje é o dia em que nós, do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, vamos comentar a tragédia Tancredo Neves.

No dia 13 de março de 1985, partíamos para Brasília, a Sra. Maria Josina Neves Resende, seu filho Dr. Luis Antônio Neves Resende, o Sr. Otávio de Almeida Neves, minha esposa Maria da Conceição Martins Garcia de Lima e eu, em caravana, de avião, para participarmos das solenidades de posse do Dr. Tancredo de Almeida Neves, eleito Presidente da República com uma esmagadora e consagradora vitória no Colégio Eleitoral, a 15 de janeiro de 1985.

Partíamos todos, alegres e satisfeitos, sorridentes e felizes, porque iríamos presenciar, de perto, as cerimônias que representariam o coroamento da carreira política e administrativa de são-joanense ilustre, figura exponencial que acabara de ser glorificada, exaltada e admirada não só por esse imenso Brasil, mas também por muitas das mais importantes Nações do planeta Terra.

Antegozávamos as emoções às quais seríamos submetidos. Imaginávamos o nosso Dr. Tancredo, na sua correta e simples postura de grande estadista, comparecendo às cerimônias oficiais, recebendo a Faixa Presidencial e fazendo o seu primeiro discurso como Presidente da República do Brasil.

Não podíamos imaginar o que o destino, já àquela hora, estava tramando contra nós, contra todos os são-joanenses, contra o nosso querido Dr. Tancredo, contra toda a Nação brasileira!

Pois que, sem o sabermos, já no dia 13, dia da nossa viagem, o Dr. Tancredo, heroicamente, corajosamente, iniciava sua luta contra a doença que acabaria por vitimá-lo.

Não estive com ele no dia 13. Vi-o somente às 19 horas do dia 14, quando comparecemos a uma Missa em sua homenagem, na Igreja Salesiana de Brasília. E nessa ocasião, apenas pude vê-lo rapidamente, após a Missa, cercado por dezenas de fotógrafos e cinegrafistas.

E, aproximadamente às 23 horas do mesmo dia 14, o choque fantástico, o susto terrível que tive ao ouvir a notícia pela televisão: o Presidente Tancredo Neves estava internado no Hospital de Base de Brasília e seria operado, de urgência, com a suspeita inicial de apendicite aguda.

Fomos para o hospital, Padre Décio Teixeira, o Vigário de Cláudio e eu. E já se iniciava o fantástico movimento das massas atônitas, como nós, diante daquele insólito, inesperado e atordoante acontecimento! O Hospital de Base, amplo, espaçoso, transformara-se, de-repente, numa enorme e confusa profusão de homens e mulheres, desorientados e angustiados, correndo de lá para cá, falando, querendo notíciais, aparvalhados diante da cruel realidade! Toda a área externa do hospital havia sido tomada pelo povo, ávido de notícias.

Como pôde o Destino pregar tamanha peça aos são-joanenses, ao Dr. Tancredo e a todo o Brasil? Mas assim foi: o nosso Presidente, levado para a sala de cirurgia, foi operado.

Eu estava no Centro Cirúrgico, na sala de operações do Hospital de Base de Brasília – (eu era um dos médicos do Dr. Tancredo) – presenciando algo de inacreditável, novelesco, estonteante: o Senhor Presidente da República, o nosso querido Dr. Tancredo, o gênio político maior do Brasil atual, o amigo de todos os são-joanenses, estava mesmo sendo operado de urgência, no dia de sua posse!

E o pior ainda estava por vir. Após essa primeira cirurgia, a que assisti, vim para São João del-Rei. E daqui, pela televisão, rádio e jornais, acompanhei a marcha terrível dos acontecimentos, a devastação maldita do corpo do nosso Presidente pelos macabros, inexoráveis e impiedosos micróbios que, inconscientes e indiferentes ao grande mal que faziam a milhões de brasileiros e ao querido Dr. Tancredo, foram minando até à morte, a resistência física daquele colosso de bondade, de inteligência, de capacidade e genialidade, que era o maior dos são-joanenses até hoje nascidos.

Nenhum escritor seria capaz de imaginar e escrever uma novela, um conto ou romance tão carregado de densidade dramática como se encarregou o Destino de fazê-lo, no drama gigantesco do Dr. Tancredo.

E ficamos órfãos, nós os são-joanenses. Será necessária uma luta titânica para que possamos tentar suprir a falta que Tancredo Neves fará para São João del-Rei, sob todos os pontos de vista, seja político, seja intelectual.

Na Missa de 14 de março de 1985, na Igreja dos Salesianos em Brasília, já mencionada por mim, ocorreu um pequeno fato, com o qual encerrarei minhas palavras.

O Presidente Tancredo Neves foi escolhido, pelos celebrantes, para ler um texto do Livro da Sabedoria. Ele aceitou e começou a leitura. No texto havia a seguinte frase: "Escolheste-me como Rei do Teu povo, como Juíz de Teus filhos e filhas". O Dr. Tancredo, ao ler essa frase (que eu acompanhava no livreto distribuído para todos os que participavam da Missa), leu-a assim: "Escolheste-me como *Líder* de Teu povo" . . . As palavras foram mudadas no momento, de súbito, na hora exata em que o Presidente Tancredo lia o texto em voz alta, para todos os presentes. Sua inteligência vivíssima, seu raciocínio acutíssimo nos deram provas de um dos magníficos predicados que caracterizavam sua personalidade: a humildade, a despretensão.

Fica para o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, para nós, seus membros, e seus simpatizantes, a responsabilidade de, num trabalho longo, amadurecido, pensado e pesquisado, dentro da Técnica da Ciência Histórica, cultivar e estudar, para o presente e para os pósteros, o incansável, produtivo e exemplar fenômeno "Tancredo de Almeida Neves".

SÃO JOÃO DEL-REI EM 1859

O depoimento de José Antônio Rodrigues

José Antônio Rodrigues foi um são-joanense de méritos que viveu nos meados do século passado. Tinha uma tipografia; era dado a estudos de natureza econômica, motivo porque participou de comissão governamental encarregado do levantamento de dados estatísticos sobre as importações e as exportações do Município de São João del-Rei.

Em 1850 José Antônio Rodrigues publicou pequeno mas precioso estudo sobre o São João do seu tempo. Homem observador, atento aos diversos aspectos do meio em que vivia, seu opúsculo reuniu e condensou informações que nos permitem fazer uma idéia do que era o São João del-Rei de então. Eis porque a *Revista* do I.H.G. julga de interesse para os de hoje, um resumo do seu depoimento. E é o que faremos a seguir.

1.º) Sobre a população da cidade ele nos dá a seguinte estatística: homens livres: 7.800; escravos: 650; estrangeiros: 50

2.º) Sobre as casas existentes: – São de ótima construção: 80 delas são assobradadas, algumas são bem elegantes, usam vidraças, e o asseio interno e externo é feito com capricho; nelas se vê mobiliário de bom gosto e alto preço.

3.º) Sobre as ruas: São ao todo 24, e têm as seguintes denominações: Direita; Prata Formosa; Santo Antônio; Flôres; Comércio; S. Miguel; S. Roque; Santa Tereza; Carmo; Nova; S. Francisco; Municipal; Rosário; Independência; Cruz; Colégio; Senhora da graça; Lage; e Prainha.

(Pelo visto ainda não se conhecia o vezo de colocar, nas ruas, nomes de pessoas, adotado depois nem sempre com critério, e fonte de vaidades descabidas.)

4.º) Sobre as casas comerciais: – São 64 "as casas de negócios", tanto de fora como do país; 4 cortes de carnes verdes (açougues), nas quais são vendidas diariamente, 4 vezes e grande quantidade de carne sêca e de porco (a esta a população dá preferência); há também uma casa de hospedaria.

5.º) Sobre o comércio: "O sal é o gênero de negócio de maior vulto, sendo a cidade considerada um porto sêco deste gênero, que é gêneros dos municípios vizinhos e do sertão". E acrescenta o depoente sobre o sal; "a sua importação regula 100 mil alqueires anualmente além do que os fazendeiros mandam vir em suas tropas, diretamente dos portos do mar, e que vendem nas fazendas."

6.º) Sobre as 13 igrejas que existiam já naquela época, José Antônio Rodrigues estendeu-se longamente, registrando aspectos arquitetônicos e detalhes da construção, dos altares e das imagens. Informa-nos ele que:

– A Órdem do Carmo tinha mais de 4.000 irmãos, na sua maioria mulheres;

– A Órdem do Rosário "era administrada pelos pretos e por homens de todas as camadas sociais", acrescentando que "era notável a devoção dos pretos na sustentação do templo, a pezar dos revezes que a Irmandade tem sofrido". Relata ser tradição, naquela época, que o guarda-mor, ao ser construida a Igreja,

deu ordem para que se colocasse a capela-mor em posição mais alta do que o corpo da igreja. E como o arquiteto a isto se opuzesse, por contrariar normas estabelecidas, o dito guarda-mor exibiu a sua descendência dos Buenos, afirmando: "Tudo quanto é mor é maior, e minha decisão tem que ser cumprida!" Diz-nos ainda José Antônio Rodrigues que havia na Igreja porta lateral permitindo comunicação com a casa do guarda-mor, e sobre esta porta colocaram reposteiro com a seguinte inscrição: — "O Rei depende de nós, e não nós dele!

E comenta: "Nem se admire a ousadia de tais homens, porque tinham razões para tanto, em vista da maneira benévola como os tratava o Soberano". No seu entender essa ousadia tinha raízes na solicitante postura do Rei face aos paulistas, era fruto de cartas como a que o Rei escreveu, em 1662, a Fernão Dias Pais Leme, apelando para que cooperasse na empresa da descoberta das minas.

— Sobre a Igreja do Bonfim informa-nos José Antônio Rodrigues que nela, e em tomo dela, é que se realizavam os festejos comemorativos do "Sete de Setembro"; havia fogos, música, tudo sobre a inspiração da Sociedade Ipiranga.

— Após alongadas referências à Santa-Casa da Misericórdia, fundada em 1817, e de ligeiras referências ao Hospício e à Cadeia, José Antônio Rodrigues toca no rumoroso caso do Padre Pontes, escrevendo: — 'Não deixou São João del-Rei de concorrer com o seu contingente para o horrendo Tribunal da Inquisição, em Lisboa. Quase no fim do século XVIII foram conduzidos duas vítimas respeitáveis perante aquele Tribunal: os padres Sebastião José da Freiria, e Francisco Justiniano, que tiveram parte no astucioso casamento do padre Pontes. O Padre Sebastião regressou à Pátria, tendo justificado sua inocência, mas Justiniano lá ficou, havendo dúvida se foi executado ou se tivera morte natural."

E José Antônio Rodrigues acrescenta que havia em São João, um delegado do Santo Ofício da Inquisição, a quem as autoridades inquisitoriais recomendaram toda diligência na execução das ordens emanadas do Inquisidor geral. Esse delegado foi designado pela Provisão de 12 de dezembro de 1730, na qual se diz tratar-se de "homem de negócio", "solteiro", e "assistente nas minas".

— o que se refere à Instrução, José Antônio Rodrigues registra:

1.º) A existência de 3 colégios para "a mocidade de um e outro sexo, frequentados por 150 alunos internos, além dos externos."

2.º) Um destes colégios, para o sexo masculino, "ocupa distinto lugar entre os melhores da província", e ensina todos os preparatórios e artes liberais.

3.º) Os dois outros, para o sexo feminino, são bem dirigidos, por educadoras de méritos.

4.º) Para as primeiras letras funcionam duas cadeiras, para ambos os sexos, ambas bem freqüentadas.

5.º) Para os estudos secundários funcionam, também, duas cadeiras públicas, onde se ensinam Latim, Poética, Francês, Geografia, História, Inglês, Filosofia e Retórica. Termina José Antônio Rodrigues seu relato sobre escola e ensino com este fecho: "A mocidade são-joanense é a vida de instrução, sendo que a classe menos abastada é a que mais se dedica aos estudos".

— São dignas de registro o que diz José Antônio Rodrigues sobre os conhecimentos e as práticas musicais vigorantes naquele longinqüo São João del-Rei do meiado do século passado;

> "A música não é menos cultivada: dois côros existem, cuja rivalidade tem estimulado o aperfeiçoamento e a aplicação de cada um deles. O

belo sexo não fica aquém: poucas moças se encontram em São João, que não saibam música, havendo algumas que cantam ao piano perfeitamente. Não menos de 40 pianos se contam nesta cidade".

— Até aqui as informações e considerações sobre a *cidade*. A respeito do *Município* José Antônio Rodrigues é parco, passa de leve, limita-se a algumas linhas. Registra apenas:

1.º) A população do município, assim:

— Homens livres	15.100
— Escravos	6.200
— Estarngeiros	100
	21.400

2.º) Uma estatística do valor da produção municipal, assim:

— Lavoura	1.292.000$
— Comércio	2.216.000$

3.º) Uma estatística de importação anual:
(sal, ferro, cobre, molhados, louça e fazenda)———2.305.900$
4.º) Uma ligeira referência à mineração, nestes termos: está quase extinto, reduzida a faisqueiros, que não produzem mais de 20 contos de réis, anualmente.

— E termina o seu opúsculo com uma nota de pessimismo e maus presságios. Para ele São João del-Rei, do ponto de vista material econômico, "será em breve e gradualmente ofuscado", pois o vê já sentindo os efeitos da fome, ameaçado "pela emigração da classe menos abastada". Afirma que se os poderes do Estado não estenderem sua mão valiosa, melhorando estradas, ajudando a agricultura a sair "do abismo para que caminha a passos largos", instalando fábricas que signifiquem o desenvolvimento industrial, — então "este belo país se tornará um deserto". E numa visão catastrófica imagine os majestosos edifícios são-joanenses reduzidos a pousadas "reservadas aos mochos, cujo triste piar substituirá os cânticos sonoros da música".

Estas palavras, neste tom, foram escritas há mais de um século, em 1851. Que meditem sobre elas os são-joanenses de hoje! . . .

ESCOLAS NOS TEMPOS COLONIAIS

José Gaede

São João del-Rei foi muito importante no passado, e isso se verifica ao examinar as medidas tomadas nos tempos coloniais, no século XVIII, para atender o problema do ensino público.

Pelo alvará de 4 de junho de 1771, a administração e a direção dos estudos menores foram atribuídos à Real Mesa Censitária instituída em 1768. E criaram-se no Brasil 17 "aulas" de ler e escrever. Estas "aulas" seriam localizadas assim: 2 no Rio de Janeiro; 4 na Bahia; 4 em Pernambuco; 4 em Minas Gerais; 1 em São Paulo; 1 no Pará e 1 no Maranhão.

As 4 aulas criadas em Minas Gerais foram instaladas: 1 em Vila Rica; 1 em Mariana; 1 em Sabará e 1 em São João del-Rei.

Verificamos aí a importância dada a São João del-Rei. Nossa cidade aparecia ombreando com Vila Rica, sede do Governo da Província, com Mariana, sede do Bispado, e com cidades do Norte do Brasil, sedes, também, dos governos locais.

Para a manutenção dessas "aulas" o Governo de Portugal criou especial imposto, a contribuição de um "real" em cada canada de vinho, cada quartilho de aguardente, e cada arratel de vaca. Este imposto vigorou nos domínios portugueses espalhados pela Ásia, América e África. O novo imposto que foi chamado "subsídio literário", garantiria aos professores régios ordenados que lhes permitiria a "decente honestidade de habitação e de independência".

Este nosso pequeno relato tem a finalidade de mostrar, aos de hoje, que a nossa São João, desde os tempos mais recuados, em matéria de instrução, pôde ombrear com os meios mais adiantados do Brasil, da época, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão.

OS CRONISTAS VIRAM E DISSERAM

A palavra de Saint-Hilaire

1 — Auguste de Saint-Hilaire era professor de Botânica, viveu entre 1779 e 1853. Em 1816 já era sábio eminente, já granjeara em sua terra natal, França, posição de destaque nos meios cultos do País. E nesse ano, a convite e sob o estímulo do Embaixador Francês junto à Corte Portuguesa, então no Brasil, empreendeu longa viagem à nossa terra. Sua estada entre nós teria a duração de seis anos, prolongar-se-ia até 1822.

2 — O Brasil vivia sob D. João VI. A vinda da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, assumira, aos olhos do Mundo, aspecto insólito e, de imediato, o Brasil passou a despertar a curiosidade e o interesse das elites européias. Foi então que se abriu a época em que os cientistas da Europa sentiram-se curiosos de ver o que realmente seríamos como *natureza*, como *gente* e como *cenário tropical de riquezas.*

Saint-Hilaire foi um deles, e foi aquele que por aqui mais se entreteve, mais viajou e mais amplo depoimento elaborou. Fez longas viagens Brasil a dentro, palmilhou, no áspero lombo do burro, milhares de quilômetros, numa área que abrange, praticamente, todo o Sul Brasileiro e parte do Oeste. Com paciência e tenacidade coletou enorme material botânico e zoológico (o seu herbário atingiu 30.000 especimens), e muitas foram as observações que registrou, do maior interesse para a Geografia, a História e a Antropologia.

Numa palavra, aquele grande espírito surpreendeu o modo de ser e de viver da humanidade brasileira em formação. E, no conjunto do que viu, sentiu ou pressentiu, Minas Gerais se destaca de modo singular. Para o mineiro de hoje, aquilo que ele afirmou e prognosticou é muito de se levar em conta. São João del-Rei, nesse quadro, aparece várias vezes e é pertinente que a Revista do seu Instituto Histórico e Geográfico fixe, em suas páginas, algumas das suas informações e alguns dos seus prognósticos.

A 7 de dezembro de 1816, Saint-Hilaire partiu do Rio de Janeiro rumo a Minas Gerais. Logo chamou-lhe a atenção o fato de que, nos arredores da capital brasileira, as estradas se apresentavam tão movimentadas quanto aquelas que, na época, conduziam às grandes cidades européias. Ele escreve: — "durante umas duas léguas estamos sempre a encontrar homens a pé e a cavalo; negros que recolhem, descarregados, os cargueiros que, pela manhã, haviam levado à cidade, com provisões; boiadas e varas de porcos avançando lentamente. E a cada momento nossos ouvidos ouvem o ruído confuso que vem das vendas, provocado por escravos de mistura com homens livres, de classe inferior.

Saint-Hilaire, nessa viagem, rumou na direção geral Norte, galgou o paredão da Serra do Mar, e prosseguiu em busca da calha do Rio Paraíba. No 3.º dia surge-lhe um engenho de açúcar, "o mais importante que até então vira no Brasil, construção imensa, rodeada de vastas usinas". No seu entender, a fabricação do açúcar, ali, era feita por meios antiquados, que lhe pareceu conseqüência do sistema colonial sob que vivíamos, sistema por sua natureza refratário às tecnologias que estavam sendo adotadas alhures.

Mas, através dos engenhos de açúcar, Saint-Hilaire começou a perceber a importância social do "senhor de engenho", de quem nos deixou o seguinte retrato:

> — "A posse de um engenho confere uma espécie de nobreza. Um senhor de engenho tem geralmente um aspecto que prova que se nutre bem e trabalha pouco. Quando está com inferiores, e mesmo com pessoas de sua categoria, empertiga-se, mantém a cabeça erguida, e fala com a voz forte e o tom imperioso que indicam o homem acostumado a mandar em grande número de escravos. Quando está em casa usa camisa de chita, chinelos, e calças ordinariamente mal sungadas. Não usa gravata, e toda a sua roupagem indica que é inimigo de se constranger. Se, porém, monta a cavalo, é necessário que as suas vestes mostrem a sua categoria. Então lhe são obrigatórios a casaca, as botas envernizadas, as esporas de prata e o pagem negro, envergando uma espécie de libré".

Saint-Hilaire atravessou o Rio Paraíba numa balsa "muito bem construída", com capacidade para transportar uma dúzia de burros. Na outra margem erguia-se a "Casa do Registro", rodeada de umas 20 choupanas. Ali os viajantes apresentavam a um "tenente-comandante", os seus papéis. E naquele local seria o pernoite. Aboletou-se o grande cientista no que, então, se chamava um "rancho". E, a propósito desses pousos à beira das estradas, tão característicos do viajar próprio daqueles tempos, vale a pena transcrever as palavras do cronista:

> "Pela primeira vez dormi em um rancho: um alpendre mais ou menos vasto, destinado a abrigar os viajantes e suas bagagens. No Brasil encontrâmo-lo com freqüência, à margem das estradas *reais*. Não se paga hospedagem, mas a seu lado há sempre uma venda, onde é possível comprar o milho para os animais, e onde há sempre cachaça para vender. Nele não há assento; nele os escravos desfrutam alguns momentos de liberdade, e esquecem, na embriaguez, a escravidão e as suas misérias. Há os que dançam, sapateando. Há os que cantam, com voz afinada, uma canção bárbara".

A esta altura será interessante conhecer qual era o rotineiro desenrolar de um dia de viagem e de trabalho de Saint-Hilaire, nessa sua marcha para o interior de Minas Gerais naquele 1816, justamente às vésperas da Independência do Brasil. Ele próprio diz:

> "Já é tempo de falar como vivíamos desde nossa partida do Rio de Janeiro. Acordávamos ao rair do dia, púnhamos em ordem o meu "diário", ou analisávamos plantas recolhidas na véspera. Almoçávamos feijão preto cozido com toucinho, arroz, farinha de milho ou de mandioca. Então apressávamos a partida, mas raramente nos púnhamos em marcha antes das sete ou oito horas. De cima do meu burro colhia os ramos de árvores ou arbustos que podíamos alcançar; desmontava sempre que percebia alguma planta mais afastada e de maior interesse. Tinha adotado o costume do brasileiro. Trazia sempre um chapelão que me protegia contra o sol, o que deve ter contribuído para a conservação

da minha saúde. Pelas quatro horas da tarde encerrávamos a caminhada do dia. Chegando ao rancho, abria minhas malas, secava as plantas colhidas, arrumávamos os insetos que encontráramos. Então corríamos para o feijão preto e o arroz. Raramente deitava-me antes das onze horas e, muitas vezes, a friagem da noite me privava do sono".

Ao ler esta página um pensamento nos assalta: de quantos esforços resultam os progressos da ciência!

Quando Saint-Hilaire chegou a Minas Gerais, em 1816, a extração do ouro era uma atividade em decadência, ou pelo menos estava longe de ostentar aqueles índices de produção que apresentou até o final do Século XVIII. A Minas Gerais que o cientista viu, já não se embalava na euforia dos belos tempos em que, "quando se arrancava uma touceira de capim, e se sacudiam as raízes, caía ouro em pó".

Contudo o problema do ouro suscitou-lhe o maior interesse, a mais aguda curiosidade. Procurou abarcá-lo no seu conjunto, nas suas raízes. Quem tirava o ouro da terra? Com que títulos, ou méritos? Quem lhe concedia esse direito? Qual a estrutura administrativa e jurídica que, assegurando a posse do ouro, abria o caminho para a riqueza e o poderio? Estas perguntas estavam sempre no seu espírito, e orientavam suas indagações.

Para retirar o ouro da terra, seja quem fosse, até mesmo o proprietário da terra, precisaria munir-se de concessão especial dada por um funcionário chamado "guarda-mor". Mas por outro lado, uma pessoa poderia extrair o ouro até em terreno pertencente a outrem, mediante indenização. Tal sistema, logo viu Saint-Hilaire, constituia-se numa fonte permanente de disputas e ódios.

Havia que distinguir o "Guarda-mor Geral", autoridade única para toda a Colônia, e os "guarda-mores" substitutos. Aquele era hereditário na família de Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais Leme, aquele que realizou a façanha de abrir o "Caminho Novo" ligando o Rio de Janeiro com as terras auríferas de Minas Gerais. Os "guarda-mores" substitutos eram autoridades de menor porte, mas na realidade com um enorme poder; pois que eram atuantes, já que estavam sempre presentes nos distritos auríferos e, assim, eram os senhores das concessões das lavras. Elevavam-se estes guarda-mores, no panorama social dos arraias, à condição de Poder Maior, eram os grandes protetores, aqueles que davam a posse do ouro e, portanto, a riqueza.

Depois de compreender o regime jurídico sob que funcionavam as lavras, Saint-Hilaire procurou inteirar-se das técnicas da extração do ouro. Vamos lê-lo:

1.º – Distinguem-se no Brasil dois modos principais de mineração: a mineração de morro e a mineração de cascalho.

2.º – Quando se trata da mineração da montanha, os mineiros reconhecem dois tipos de formação: a formação de areia e a formação de pedra, conforme o metal se encontre encrustado em matérias compactas ou divididas.

3.º – O ouro se encontra quer à superfície quer no interior dos morros, ora em pó, ora em grãos, ora em palhetas, ora em lâminas de maior ou menor tamanho. Raramente aparece em pedaços de volume considerável.

4.º – Dois métodos se empregam para a extração do ouro de morro: a mineração de talhe aberto, quando se cava o terreno até encontrar o ouro; ou a abertura de galerias pelo interior da terra, a fim de seguir os veios do metal.

5.º – Três são os utensílios utilizados pelos mineradores: a alavanca, a cavadeira e o almocafre. Há ainda o carumbé, cuba de dois pés de diâmetro, empregada na operação de lavagem.

No que diz com a presença e ação do homem ao longo do processo de extração do ouro, são mínimos os registros de Saint-Hilaire. Apenas anotamos as seguintes passagens:

1.º – Só os escravos são empregados nas grandes explorações; os homens livres não exercem outra função além da fiscalização do trabalho.

2.º – Numa lavra no Rio Piracicaba viu negros entregues à faina de transportar, na cabeça, os seus carumbés cheios de areia retirada do fundo do rio e depositá-la à margem, para a operação da lavagem.

3.º – Para a operação construía-se conductos ("canoas") com o comprimento de trinta a quarenta pés, e a largura de dois. Dá-se-lhes grande inclinação. O cascalho é colocado no começo das "canoas". Os negros remexem-no com a mão ou com o almocafre. Escreve Saint-Hilaire que "por muito imperfeito que possa ser o método de lavagem empregado no Brasil, somente o Barão de Eschwege tentou aperfeiçoá-lo."

Quanto ao ouro do cascalho registre-se, finalmente, que o nosso cronista visitou exploração deste tipo (grupiara) em lavra existente no Rancho de S. Marçal, nas cercanias de São João del-Rei.

Encerramos aqui este apressado registro de parte do muito que viu Saint-Hilaire em Minas Gerais, na sua viagem de 1816. Pena é que não possamos prosseguir, pois que temos que nos ater ao espaço que a *Revista* pode conceder a esta *seção.*

Acreditamos, contudo, que o nosso resumo, embora incompleto, tenha dado ao leitor uma idéia da riqueza de informações sobre a terra mineira, contida nos livros do eminente sábio francês. E, sobretudo, possa valer por um convite aos estudiosos da nossa História para que incluam os livros de Saint-Hilaire no rol das obras fundamentais a serem lidas e meditadas.

RECORDANDO OS IDOS DE 1930

Altivo de Lemos Sette Câmara

Em outra ocasião relatarei a minha maratona, do Rio a Belo Horizonte, de Belo Horizonte à Formiga, e de Formiga a São João del-Rei, chegado no 1.º trem de carga que saiu de Formiga para cá.

Saltei do trem, atravessei a plataforma da estação, cheia de gente, e me apresentei ao comando da pequena tropa são-joanense, que estava na hora de partir, em trem especial, para Barbacena.

Fico devendo ainda, notícia mais pormenorizada da Revolução de 1930, da qual participei de armas à mão, fazendo parte da Coluna Contreiras (gaúchos), organizada parte em Turvo, hoje Andrelândia. Dessa Coluna Contreiras participamos vinte e tantos ou trinta voluntários são-joanenses, logo incorporados a uma tropa da P.M. de Minas.

Além de mim e de poucos companheiros ainda vivos, aqui sobrevive o comandante do contingente são-joanense, o tenente, professor de ginástica, José Aureleo de Almeida, reformado sargento do Exército. Entre os que já morreram lembro o modestíssimo Mané Munhenga, Virgílio de Castro, Antonio Bolognani, tio do nosso Presidente e cuja foto está aqui, tirada pelo revolucionário Rafael "Artista".

Nosso trem especial partiu à tarde, para Barbacena, de onde, à noite do mesmo dia, seguimos em caminhões para Turvo (hoje Andrelândia) já então acompanhados por muitos universitários de Belo Horizonte e soldados da P. M. de Minas. Viagem à noite, mal protegidos da chuva por grandes pedaços de lona, até Turvo, onde ficamos acantonados em um grupo escolar.

Já estávamos, então, armados de fuzis modelo 1908, do Exército, e sabres. Em Turvo recebemos a munição, pentes de balas para os fuzis. De Turvo, a pé, seguimos para Augusto Pestana, estação da E.F.O.M., trilhando os trilhos do trem de ferro, empurrando troles com tralhas e munições e transpondo, inclusive, uma grande ponte férrea, meio destruída a dinamite por soldados legalistas, anti-revolucionários, salvo engano, componentes do 3.º R.I. da Praia Vermelha, Rio, tropa essa que dias depois, aderiu à Revolução, avolumando o nosso contingente revolucionário, que já não tinha, então, nada mais para comer, além de rapadura e farinha. Em Augusto Pestana, seguindo ordem do comando, matamos, para mantimento da tropa, a tiros de fuzil, 2 bois, tendo ficado em mãos dos fazendeiros, perplexos, o papelório da requisição dos bois, feita pelo nosso comando, Tenente-Coronel Contreiras, engenheiro gaúcho e veterano revolucionário de outras fracassadas revoluções e o Major ou Tenente-Coronel Pedrosa, do Exército. De Augusto Pestana em trem de ferro, a barulhenta tropa de Coluna Contreiras entrou no Estado do Rio, parando em Barra Mansa e logo depois ocupando militarmente, a cidade de Resende. Eis aqui uma foto da estátua de Oliveira Botelho, em Resende, na qual subimos e nos amontoamos para uma foto tirada pelo companheiro Rafael "Artista", auxiliado por Pedro Comida, nortista são-joanensizado.

Em uma daquelas estações, descendo para o Estado do Rio, nosso trem ficou parado até passar o trem especial vindo de São Paulo trazendo força revolucionária gaúcha, de elite, e o chefe da Revolução, o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas. Ali, pela 1.ª vez, vi Getúlio Vargas, na plataforma de um carro especial. Estava de uniforme militar cáqui, lenço vermelho no pescoço, como nós, mas sem nenhuma divisa, insígnia ou medalha. Ali estava Getúlio Vargas, chefe da Revolução no sul do Brasil e que ocuparia a presidência da República logo depois. Foi saudado pelo aluno do Ginásio Santo Antônio, por apelido Geraldo Feio que discursou debaixo de chuva. Logo aquele trem especial partiu levando Getúlio Vargas, que não discursou então, mas nos saudou com acenos de mão e aquele claro e todavia enigmático sorriso. Permanecemos ocupando a cidade de Resende até depois da vitória. Por que não regressamos logo depois? Porque o Presidente de Minas, Olegário Maciel, baixou uma ordem: que permanecessem em armas, onde quer que estivessem, todas as tropas revolucionárias mineiras. O venerando e teimoso Olegário Maciel, quando Getúlio Vargas, já chefe do Governo depôs os outros presidentees de Estado, igualmente eleitos durante a chamada República Velha, negou-se a deixar o Palácio da Liberdade, para ceder o lugar a algum interventor nomeado. Parece que o obstinado varão Olegário Maciel estava disposto a reagir, usando as forças revolucionárias mineiras, para se manter no poder, onde, aliás, sempre se portou com severa dignidade. O habilíssimo político Getúlio Vargas, então, deu uma volta ao redor daquela dificuldade política e resolveu não mexer no poder de Olegário Maciel, que permaneceu no governo estadual com o mesmo título de Presidente do Estado.

Em Resende permanecemos acantonados no cinema e grupos escolares, até chegar a ordem de regresso, em início de novembro, 1930. Em São João fomos desmobilizados, entregando fuzis, sabres e munição ao comando do 11 R.I. Partimos como soldados e muitos foram promovidos a sargento, eu inclusive.

Tínhamos a receber o soldo em dobro, mas recusamos a tudo, expressamente, doando todo o soldo, a ser entregue ao governo, como contribuição de São João del-Rei, para ajudar no pagamento da dívida externa do Brasil, assunto muito em voga, então. Só não entregamos os finos cobertores, que demos as nosso mais velho e muito pobre companheiro, Mané Munhenga, antigo guarda-freios, aposentado da E.F.O.M., que ficou tão feliz a ponto de chorar de emoção. Dias depois, já desmobilizados, fomos convidados para tomar parte no grande desfile da vitória, realizado na Avenida Rio Branco, no Rio, e do qual participamos com entusiástica alegria, assim como voluntários de outras cidades e Estados.

Assim, finalmente, encerramos nossa participação em fatos e coisas da Revolução.

Um detalhe. Posso garantir que realmente os gaúchos amarraram cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco (eu vi) mas não o fizeram para zombar dos cariocas, mas por precisão, porque não havia outra coisa nem local adequados para amarrar os robustos marchadores, bucéfalos vindos desde os pampas do Rio Grande do Sul.

Alguns de vós hão de estar pensando: Vocês entraram em combate? Digo que sim. Porque a tropa legalista, que até a véspera ocupara a estação de Augusto Pestana, onde chegáramos, e dinamitara aquela ponte férrea, estava batendo em retirada, mas atirando. Em Pestana foram instaladas meia dúzia de metralhadoras leves, cujas rajadas atingiram (graças a Deus sem vítimas) a vanguarda da tropa legalista, lá embaixo. Aquela noite passamos em vigília, de armas na mão, entrin-

cheirados nos valos e outros acidentes favoráveis do terreno, à espera de alguma surpresa do inimigo. Mas este, já muito longe, bocainas da Mantiqueira abaixo, logo que o sol surgiu, mandaram emissários, com bandeiras brancas na ponta dos fuzis erguidos. E então as 2 forças se uniram, compondo um grosso contingente militar, já experiente e bem armado de fuzis, fuzis-metralhadoras e metralhadoras leves, de tripé. Eu fui o porta-bandeira do nosso contingente.

Do cimo desses 50 anos, relembro a canção que os gaúchos cantavam e logo todos nós passamos a cantar em coro, e que começava assim:

"Somos da Coluna Contreiras,
mocidade que vem pelejar,
ao transpormos as nossas fronteiras,
juramos a pátria salvar."

50 anos, o preço de uma vida.,
. . . Salve! Deus salve o Brasil!!

A. Sette, novembro/80

O INSTITUTO TRABALHA

O novo Estatuto

— O Instituto Histórico e Geográfico acaba de aprovar o seu novo Estatuto. Mantendo embora a estrutura e muitos dos artigos e disposições do antigo, o Estatuto recém aprovado contém formulações renovadoras que, no seu conjunto, significarão, ou determinarão, nova fase para a entidade.

Dentre estas inovações vale registrar, aqui, as que se seguem:

1.º) A reformulação das finalidades, dos objetivos e das modalidades de ação do Instituto.

2.º) A criação do "Conselho dos Notáveis"

3.º) A criação de nova modalidade de sócios, os "Cooperadores"

4.º) A ampliação do número de Comissões Permanentes, e a forma como foram definidas as suas tarefas.

5.º) A prescrição de que as *Pesquisas* serão orientadas no sentido do levantamento dos dados históricos e geográficos necessários a elaboração de estudos monográficos sobre a formação social e cultural, e sobre os aspectos geográficos e ecológicos do Município de São João del-Rei e da Região do Rio das Mortes.

— Para que os nossos leitores avaliem bem o sôpro de renovação por que passará o Instituto sob o novo Estatuto, nada melhor do que a transcrição de alguns dos seus artigos. É o que passamos a fazer:

— *Do Instituto e suas finalidades.*

art. 1.º — O Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, fundado a 1.º de março de 1970, nesta cidade, onde tem a sua sede e foro, é uma associação civil de caráter científico e cultural, regida pelo presente estatuto.

§ — Serão finalidades principais do Instituto: a defesa do patrimônio histórico de São João del-Rei e a promoção dos seus valores culturais.

art. 2.º — Para atingir suas finalidades o Instituto terá como objetivos o estudo da História, da Geografia e das ciências conexas, nos âmbitos brasileiro, mineiro e, particularmente, nos âmbitos do município de São João del-Rei e da Região do Rio das Mortes.

art. 3.º — Para atingir seus objetivos o Instituto:

a) Promoverá pesquisas e inquéritos que conduzam ao levantamento dos dados necessários à elaboração da historiografia sanjoanense e da Região do Rio das Mortes;

b) Promoverá o levantamento dos dados de caráter geográfico necessários à elaboração de monografias sobre os diversos aspectos da geografia sanjoanense e da Região do Rio das Mortes;

c) Promoverá conferências, seminários, mesas redondas, exposições e excursões de estudo;

d) Manterá biblioteca especializada, arquivo e mapoteca;

e) Publicará uma Revista periódica.

– *Do Conselho dos Notáveis*

art. 24º – O "Conselho dos Notáveis" é órgão opinativo, e são suas atribuições:

a) Opinar sobre questões magnas interessando a vida do Instituto, que lhe sejam apresentadas pela Diretoria;

b) Sugerir à Diretoria medidas que lhe pareçam necessárias à vida do Instituto.

art. 25.º – A Diretoria:

a) Obrigatoriamente ouvirá o "Conselho dos Notáveis" sempre que se tratar de questões que envolvam ou afetem o Patrimônio do Instituto;

b) Apresentará ao Conselho dos Notáveis relatórios semestrais sobre as atividades do Instituto;

art. 26.º – O "Conselho dos Notáveis" compor-se-á de cinco membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios efetivos com mais de dez anos de Instituto, e que tenham se destacado pelos valiosos serviços prestados.

art. 27.º – O "Conselho dos Notáveis" se reunirá obrigatoriamente em junho e em dezembro, e todas as vezes que receber solicitação do Presidente.

– *Dos sócios Cooperadores*

– Serão sócios Cooperadores os que, residindo em São João del Rei ou alhures, se proponham a cooperar com o Instituto, facilitando-lhe recursos financeiros para a execução das suas tarefas e empreendimentos.

– *Das Comissões Permanentes*

– O Instituto terá as seguintes Comissões Permanentes:

1) Comissão de História; 2) Comissão de Geografia 3) Comissão de Estudos e Debates; 4) Comissão de Pesquisas; 5) Comissão da Revista.

– *A Comissão de História* terá como incumbências básicas:

a) O Exame dos problemas referentes à historiografia de São João del-Rei e da Região do Rio das Mortes, até agora públicos;

b) A apresentação ao Instituto de trabalhos monográficos sobre a formação histórica de São João del-Rei e a Região do Rio das Mortes abrangendo aspectos econômicos, sociais e antropológicos.

– *A Comissão de Geografia* terá como incumbências básicas:

a) O levantamento dos estudos de caráter geográfico já realizados, referentes a São João del-Rei e à Região do Rio das Mortes;

b) A apresentação ao Instituto de trabalhos monográficos sobre a geografia Física e a Geografia Humana de São João del-Rei e da Região do Rio das Mortes.

– *A Comissão de Estudos e Debates* terá como incumbências promover estudos e debates, em "Seminários" e "Mesas-redondas", sobre temas de História e Geografia, com a participação de pessoas estudiosas desses assuntos, residentes em São João del-Rei, inclusive estudantes, tudo visando o alevantamento cultural do povo sanjoanense.

O INÍCIO DAS PESQUISAS HISTÓRICAS

Abordagem preliminar no Arquivo da Câmara Municipal

José Alberto Ferreira e Maria Lúcia Guimarães

O Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei, dentro do seu espírito de renovação, iniciada em 1984 com a inclusão de novos sócios, realizou no biênio 84/85 um levantamento do Arquivo da Câmara Municipal, na "Biblioteca Batista Caetano de Almeida."

O trabalho teve início a partir de uma proposta do sócio Jehovah Motta quando recepcionou os novos sócios do Instituto, em fevereiro de 1984. Naquela ocasião, Jehovah Motta louvou o Instituto em seu empenho de renovação e conclamou os seus membros à pesquisa histórica: raiz e tronco da verdadeira história. Disse ainda que a fonte da História sanjoanense estava nos Arquivos da Câmara e das Irmandades.

Numa das sessões do Instituto, em fins do primeiro semestre de 1984, Norma Fairbancks propôs a criação do grupo de pesquisa para concretizar a idéia de Jehovah Motta. Os sócios interessados reuniram-se numa das salas do Museu Histórico Regional e elaboraram o plano de trabalho a ser desenvolvido na Biblioteca.

A partir daí, a comissão de pesquisa iniciou o trabalho de fichamento dos livros do Arquivo da Câmara ininterruptamente, às quartas-feiras, à noite. A Biblioteca franqueou suas dependências à comissão, além de alterar seu horário de funcionamento, uma vez que não tem expediente à noite.

A princípio, a comissão era composta dos seguintes membros: Rubem Simões Coelho, José Alberto Ferreira, Maria Lúcia Monteiro Guimarães, Norma e Assunção. Em 1985, passaram a integrá-la dois novos sócios: Jairo e Cláudia.

Foram catalogados livros dos séculos XVIII e XIX em número de quarenta e seis e cento e cinqüenta e sete, respectivamente. A catalogação foi feita nos seguintes moldes: número do livro, data, número de páginas, assunto, estado de conservação, data do levantamento e termo de abertura.

É importante assinalar que a Câmara Municipal, antigamente, acumulava funções hoje desenvolvidas por outros órgãos da administração. Daí a variedade de assuntos contida nos livros. Para se ter uma idéia, veja-se alguns títulos: Registro de Ordens Régias e Cartas dos Governadores; Arrematações e Termos de Praça nos anos de 1779 a 1844; Termo de Juramento dos Almotacéis; Registro de Provisões; Notas do Cartório do Cajuru; Livro de Notas da Frequezia de S. Francisco do Onça; Manifestos sobre a cobrança de Impostos; Manifestos sobre a arrecadação da aguardente de cana e restilo, do ano financeiro Municipal de 1863 a 1864; Atos do Conselho Distrital; Livro de Atas da Câmara; Atas, Termos e Deliberações do Conselho Distrital do Cajuru, ano 1892; Registro de Termos e Bens da Câmara; Estatuto da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional; Subsídio Voluntário; Registro de Patentes, ano de 1807 a 1824; Vendas de Bens Raiz; Alistamento Geral dos Eleitores de São João del Rei; Arrematações e Finanças; Registro de Casamento das Pessoas que professam religiões diferentes da do Estado; Subsídios Voluntários para a ereção de um monumento a S. Majestade Imperial D. Pedro I; Registro de Siza; Ordens do Império . . .

Os livros contêm primorosas informações como: Relatório da viagem de D. Pedro, despesas com a reforma da Ponte da Cadeia, reforma da cadeia . . . O manuseio de tais livros (todos manuscritos) provoca surpresas não só pela letra primorosa de vultos do porte de Ribeiro Bastos, João Mourão, Hermílio Alves, Balbino da Cunha, Paulo Freitas, Almeida Magalhães, mas também pela riqueza de informações sobre o passado sanjoanense neles contidas.

A confecção das fichas definitivas, seguindo as técnicas da moderna pesquisa histórica será de inestimável valor para a pesquisa histórica de São João del-Rei.

Junho/1985

A VIDA E A PERSONALIDADE DE ALVARENGA PEIXOTO

Antônio Campos Tirado

O que vou relatar no espaço de tempo que me foi gentilmente cedido pela Mesa, não será novidade para os nossos ilustres historiadores nem para aqueles que apreciam a leitura de biografias e episódios relativos aos homens que fizeram nossa história. Minha pretensão visa simplesmente a trazer à tona a personalidade discutível de um homem que viveu nesta cidade cerca de treze anos, levando em conta, naturalmente, suas constantes viagens às regiões vizinhas. Desejo também esclarecer aos que me honram com sua atenção, que meu trabalho pautou-se exclusivamente na grande obra de pesquisa de Manuel Rodrigues Lapa, editada em 1960, da qual fiz uma síntese para esta exposição que – espero – não será muito longa.

INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA, presumidamente nascido em 1744, se vivo fosse, estaria completando 240 anos de idade! Natural do Rio de Janeiro foi, entre oito e nove anos, mandado para a casa de parentes em Braga, Portugal, a fim de estudar. Em 1761, já com dezessete anos, regressou ao Brasil, interrompendo seus estudos até 1763. Voltando a Portugal, reiniciou sua instrução e formou-se em Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra no dia 3 de fevereiro de 1767 aos vinte e três anos.

Seu pai, no Brasil, através do sócio e testamenteiro Manuel da Silva Braga, deixara-lhe considerável fortuna, mas esta sofreu uma demanda judicial para ser recebida. Por outro lado, seu tio Sebastião de Alvarenga Braga, que lhe devotava grande amizade e financiou-lhe os estudos, deu-lhe de presente uma sesmaria de três léguas de comprimento e uma de largura. Ao que tudo indica, a compra dessas terras foi feita com a presença do rapaz, no período em que esteve de passagem no Brasil.

Alvarenga foi um aluno muito estudioso e aplicado, embora estudasse numa escola muito ruim, como se dizia. Vale a pena transmitir a opinião do francês Dumouriez a respeito da Universidade de Coimbra daquela época. Depois de proferir severas críticas aos preconceitos, ao pedantismo reinante e ao atraso dos princípios filosóficos seguidos pela escola, ele acrescentou: "ali, mais de 4.000 alunos passavam a vida na dissipação e na ignorância, e que a grande preocupação dos alunos era fazer palitinhos de dentes com madeira de buxo"!

Todos nós sabemos, nos dias atuais, que a ciência comanda o espetáculo. O desenvolvimento da tecnologia em todos os seus campos é a meta preponderante. Naqueles tempos, entretanto, o espírito era bem outro. A capacidade intelectual das pessoas era sentida e medida pela beleza de seus poemas épicos e sonetos românticos. Não fugindo à regra, Alvarenga, logo de saída, ou melhor, logo de entrada, ao ver-se matriculado em Coimbra, tratou logo de escrever um poema, imaginando-se conduzido à Universidade pelas mãos de seu próprio fundador, o rei D. Dinis!

A doença dos versos, incontrolável modismo que graçava entre os intelectuais daquele século, atacava também seu parente e amigo Tomás Antônio Gonzaga, Domingos Caldas Barbosa e alguns brasileiros que igualmente estudavam

em Coimbra. Através de correspondência, todos ainda acompanhavam as produções literárias de Cláudio Manoel da Costa, que vivia em Vila Rica. Ao que parece, era o estilo do poeta português João Xavier de Matos, considerado o chefe do "neocamonismo", que servia de escola para as composições dos jovens estudantes e dos graduados brasileiros e portugueses.

Em 1768, quando Alvarenga prestava seus exames para a magistratura, o referido poeta João Xavier de Matos saudou o "promissor jurista brasileiro" com o seguinte e belo soneto:

Vai, ó sábio Alvarenga, expende, ousado,
para o ponto as doutrinas terminantes,
que a vencer em batalhas semelhantes
já vens do campo delas costumado.

Vai, que Minerva o dom te há preparado
que só concede aos seus heróis Atlantes,
pois que quer que, entre todos, te levantes
com a coroa cívica adornado.

No templo da imortal sabedoria,
onde estão os Pompónios e os Trebácios,
desde hoje a Deusa pela mão te guia;

E assim como os Acúrcios, os Cujácios,
veremos entre nós inda algum dia
igualmente citarem-se os Inácios.

A esse tempo o nosso futuro Ouvidor já estava fazendo parte do grupo de Xavier de Matos, ocasião em que surgia em Lisboa a dominada "Guerra dos Poetas". Numa de suas "batalhas", Alvarenga sofreu uma estrondosa vaia do grupo rival, quando compôs, provavelmente por volta de 1769, o seguinte soneto:

Por mais que os alvos cornos curve a Lua
furtando as luzes ao autor do dia,
por mais que Tétis, na morada fria,
ostente a pompa da beleza sua;

Por mais que a linda Citeréia nua
nos mostre o preço da gentil porfia;
entra no campo tu, bela Maria,
entra no campo que a vitória é tua.

Verás a Cíntia protestar o engano
verás Tétis sumir-se, envergonhada,
na rumorosas grutas do oceano;

Vênus ceder-te o pomo, namorada;
e, sem Tróia sentir o último dano,
Verás de Juno a cólera vingada.

O grupo rival não perdoou a infeliz imagem dos "cornos da Lua", usada por Alvarenga no primeiro verso, e um de seus representantes logo contratacou com um outro soneto muito engraçado e irônico, que dizia assim:

Certo aldeão de Sintra se apeava
do jumento, e a beber o conduzia;
bebeu o burro, e à volta pretendia
montar no dono, e nisto porfiava.

— Burro atrevido, — o aldeão gritava —
donde te veio a ti tanta ousadia?
— Tenho alma como tu, e não sabia
que espírito tão nobre me animava!

— Tu tens alma, ó burro? Mais preclaro
és entre os burros. — Não é como a tua,
imortal, mas meu juízo é claro.

— Quem te deu pois ou emprestou a sua?
— Quem foi? : aquele espírito tão raro,
o grão doutor que cornos deu à Lua.

Foi nesse período que Inácio José de Alvarenga resolveu acrescentar ao seu nome o apelido "Peixoto", publicando em seguida um soneto em que fazia críticas aos jesuítas, cuja segunda estrofe assim clamava:

Vejo erguer-se a República perjura
sobre alicerces de um domínio avaro;
vejo distintamente, se reparo,
de Caco usurpador a cova escura.

A "República Perjura" a que se referia fora fundada pelos jesuítas contra a vontade e o interesse da coroa portuguesa. Com esse soneto o nosso magistrado demonstrou publicamente sua admiração pelo Conde de Oeiras, o futuro e poderoso Marquês de Pombal!

Em janeiro deste mesmo ano de 1769 foi Alvarenga nomeado Juiz de Fora de Vila de Sintra, cargo que exerceu até dezembro de 1772. Embora muito inteligente e culto ele era um perdulário incorrigível e homem bastante vaidoso. Sua necessidade de exibir-se era claramente percebida em suas sentenças, quando declarava: "O Dr. Inácio José de Alvarenga, provedor das Sisas, presidente do Senado, superintendente das décimas, Juiz de Fora e dos órfãos da vila de Sintra

e seu termo, pela Fidelíssima Rainha Nossa Senhora e com alçada por El-Rei Nosso Senhor, que Deus guarde . . ." e assim por diante.

Além da magistratura, o futuro marido de Bárbara Heliodora continuava compondo seus versos e se revelava um excelente poeta lírico, passando a publicar vários sonetos nesse estilo, tendo como uma de suas musas inspiradoras a poetisa D. Joana Isabel de Lencastre Forjaz, a quem chamava "Jônia". Seu melhor soneto dedicado a essa senhora, paradoxalmente, foi feito no momento em que se sentiu preterido pelo surgimento de um outro poeta na vida de sua querida musa. Assim falava o soneto, denotando um ocaso triste com a chegada da noite e, por fim, a sua derrota perante o outro poeta:

Ao mundo esconde o sol seus resplendores
e a mão da noite embrulha os horizontes;
não cantam aves, não murmuram fontes,
não fala Pã na boca dos pastores.

Atam as ninfas, em lugar de flores,
mortais ciprestes sobre as tristes frontes;
erram, chorando, nos desertos montes
sem arcos, sem aljavas, os amores.

Vênus, Palas e as filhas da Memória,
deixando os grandes templos esquecidos,
não se lembram de altares nem de glória.

Andam os elementos confundidos:
ah, Jônia, Jônia, dia de vitória
sempre o mais triste foi para os vencidos!

A bem da verdade, o afastamento da poetisa já seria um reflexo do comportamento estranho e irregular de Alvarenga, ou seja, seu delírio de grandeza e os desatinos financeiros, muito embora nunca escondesse suas dívidas e fosse um "mão aberta" para os parentes e amigos, que nem sempre lhe retribuíam os favores. Muitos o chamavam de "sabido" e outros, abertamente, de "caloteiro". Em 1771 já devia uma grande soma ao capitalista Bento Roiz de Macedo, dívida que vinte anos depois ainda não havia sido paga! Outro capitalista, Dionísio Chevalier, também lhe emprestou elevadíssima quantia para que pudesse saldar diversos compromissos em Lisboa e Sintra antes de viajar para o Brasil. A vida sentimental e econômica do poeta-magistrado era, portanto, muito complicada, mas em termos de política não havia motivos para queixa, pois sabia-se protegido pela amizade do 1.º Ministro de D. José, o Marquês de Pombal, a quem continuava dedicando calorosos versos de louvor! No poema seguinte, um dos melhores do gênero, Alvarenga, inteligentemente, condena as guerras e ressalta a paz e o progresso de uma nação bem governada, elogiando de maneira muito astuta, nos dois últimos versos, o Marquês e o Rei, ao mesmo tempo:

Ensangüentados rios, quantas vezes
vistes os férteis vales
semeados de lanças e de arneses?
Quantas, ó Ceres loura,
crescendo uns males sobre outros males,
em vez de trigo, que as espigas doura,
viste espigas de ferro,
frutos plantados pelas mãos do erro,
e, colhidos em monte sobre as eiras,
rotos pedaços de servis bandeira!
. . . . . .
Vale mais do que um rei um tal vassalo:
graças ao grande rei que soube achá-lo!

A sistemática bajulação a Pombal surtiu o efeito desejado: a 11 de março de 1775, então com 31 anos, foi Alvarenga Peixoto nomeado Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, local por ele mesmo escolhido, pela proximidade de suas propriedades. O próprio Marquês comunicou por carta sua nomeação à Junta da Real Fazenda de Minas Gerais, tendo o novo Ouvidor embarcado para o Brasil em 22 de novembro de 1775.

Alvarenga permaneceu no Rio cerca de seis meses, descansando, visitando parentes e tentando solucionar o caso de suas demandas. Somente em princípios de agosto apresentou-se à Secretaria do Governo em Vila Rica, e no dia 10 de agosto de 1776, com 32 anos, chegou aqui na vila de São João d'El-Rei, juntamente com o amigo Dr. Nicolau Barbosa Teixeira Coutinho e dois criados. Já no dia 19 do mesmo mês celebrou-se em nosso Senado a cerimônia de sua posse, na presença dos juízes ordinários: capitães José de Lima de Noronha Lobo e Antônio José de Castro, dos vereadores Antônio Moreira Ribeiro, Domingos Barreiros e Anastácio José de Souza, do procurador Manoel Ribeiro Quinta e do ouvidor da comarca, Dr. Francisco Carneiro Pinto de Almeida, a quem veio substituir.

O novo Ouvidor não fez uma boa estréia. Além da falta de chuvas que castigava a região, causando transtorno à lavoura, o Senado estava sem recursos financeiros para promover diversos melhoramentos necessários à Vila (o que, diga-se de passagem, não melhorou muito durante os últimos 240 anos). Havia, por outro lado, uma guerra contra os espanhóis no sul do país, que desfalcava as minas e a agricultura, pois só de Minas Gerais foram recrutados 6.000 homens. Uma das primeiras tarefas de Alvarenga, por ordem do Governador, foi a tomada de providências para o abastecimento de víveres e sua remessa para esses soldados, no que o magistrado saiu-se muito bem, mas os fornecedores não foram pagos por falta de verba. Quando, muitos anos depois, em 1780, a Fazenda pagou a dívida através do procurador e credor de Alvarenga, João Rodrigues de Macedo, o dinheiro ali ficou e os fornecedores continuaram sem receber o que lhes era devido. O fato causou enorme queixa de parte do povo da comarca, mas não houve solução.

A Administração do Ouvidor já começava a se deteriorar. Até a Rainha já havia chamado a sua atenção através do Governador. Em setembro de 1777, aturdido pela falta de recursos, o Senado foi pedir a ajuda e a opinião do Ouvidor numa tentativa de solução para o impasse. Ele então tomou a iniciativa

de se mandar cobrar a partir do ano seguinte, 1778, uma finta de meia pataca por cabeça de boi que os criadores vendessem. Estes, inconformados, reclamaram ao Governador contra a extorsão, obtendo ganho de causa, pois, conforme despacho daquela autoridade, somente a Rainha possuía poderes para criar impostos, o que foi confirmado mais tarde pela própria soberana em apoio ao Governador. Essas e outras falhas administrativas comprometiam seriamente o prestígio do Ouvidor.

Embora com uma população muito pequena, militavam no Foro desta vila de São João d'El-Rei cerca de doze advogados na década de setenta do século XVIII (18). Eram homens muito cultos em termos jurídicos e literários, e dentre eles Alvarenga teve como seu melhor amigo o Dr. José da Silveira e Souza, que morava perto da igreja de São Francisco, cuja construção estava ainda no princípio. A filha mais velha desse seu amigo, Bárbara Eliodora, estava com 18 anos e era muito bonita, como aliás, foram todas as suas irmãs (Francisca, Maria, Joaquina, Ana e Eria). Encantado com a formosura de Bárbara, o nosso Alvarenga, então com 32 anos, logo se apaixonou perdidamente pela moça. O pai dela, seu amigo, muito interesseiro, e que nunca tomava conhecimento do que poderia acontecer às suas filhas sob o ponto de vista moral, deixou o caminho livre para que o ilustre Ouvidor namorasse como bem quisesse. O resultado, obviamente, não se fez esperar, e pouco tempo depois nossa jovem conterrânea estava grávida. Leviano, pouco interessado em abandonar as liberdades de solteiro, e sem sofrer qualquer pressão do pai da namorada, e embora muito a amasse, o Dr. Alvarenga não se animou a casar nem mesmo depois do nascimento da criança, em 1779, a quem o nome deram o nome de Maria Efigênia.

Agora, imaginem os senhores: se nos dias atuais, com toda a permissividade existente, há ainda comentários da parte de pessoas conservadoras quando acontecem fatos semelhantes, façam uma idéia do que teria ocorrido nesta cidade há 205 anos atrás, dentro de uma reduzida comunidade, inteiramente dominada pela igreja!

O escândalo foi enorme! Um verdadeiro prato cheio para as comadres do Largo do Rosário, as beatas da Matriz e para o Senhor Vigário, o Padre e Dr. Antônio Caetano Almeida Villas Boas, cujo vicariato teve a duração de 1776 a 1805. Pasquins e folhetos foram distribuídos nas ruas e passados de casa em casa, todos falando mal do Ouvidor e do pai de Bárbara Eliodora, já apelidado de "Dr. Surdo", a quem o povo e o vigário abertamente acusavam de concorrer para a prostituição das próprias filhas, objetivando usufruir benefícios. Pois mesmo assim, nem ele e nem o Ouvidor pensaram em regularizar a situação da família com a celebração do casamento; o que fizeram foi a compra de duas grandes fazendas em Paraopeba.

Aproveitando-se de sua autoridade eclesiástica e da desvantagem moral de Alvarenga Peixoto, o padre Villas Boas investiu energicamente contra ele e o Dr. Silveira e Souza. Diga-se de passagem, nosso Vigário já não tolerava o Ouvidor desde Portugal, quando em 1774 se desentenderam por razões desconhecidas. Três anos mais tarde, novamente os dois se desentenderam, já em São João d'El-Rei, e desta vez por ter o Ouvidor anulado uma arrematação da fazenda feita ilegalmente pelo reverendíssimo sacerdote. Tinha, portanto, o padre Villas Boas motivos de sobra para detratar e encostar contra a parede aquela ovelha negra de seu rebanho.

As críticas e as acusações do padre a Alvarenga foram tão contundentes que o povo resolveu tomar o partido do acusado, surgimento daí um grande relató-

rio, rebatendo as denúncias do vigário e pedindo à Rainha sua substituição e um castigo para o mesmo. Tratando-se de uma representação sem assinaturas, houve quem dissesse que o documento fora inspirado ou escrito pelo próprio Alvarenga. De qualquer forma, ele foi recebido em Lisboa e, de lá, encaminhado de volta ao Bispo de Mariana, para que os fatos fossem devidamente apurados.

Não teremos aqui tempo para ler a referida matéria, pois é muito grande, mas vale a pena citar alguns de seus interessantes trechos, que bem revelam o espírito daquela época.

Denunciando o padre:

"Os frutos da igreja com que deveria socorrer os pobres, vêem-se empregados em muitos e custosos cavalos, que compõem uma cavalariça que se equipara com as de alguns grandes do Reino, e não contente acrescentou a esta despesa já escandalosa, por excessiva, a de uma carruagem igualmente desnecessária nesta pequena povoação".

Mais adiante, depois de exaltadas várias qualidades do Ouvidor, continuava a denúncia do que o padre dissera dele:

"Pomos tudo isso na presença de Vossa Majestade para vivamente pintarmos o horroso caráter deste pároco. Ele publicou que o Dr. Ouvidor era ateísta, que não ouvia missa, que era infiel às casas honradas em que entrava, que era remisso nos despachos manuais, que alguns homens, para o despacho de uma simples petição se demorava de 3 a 4 dias na vila e se ausentavam sem ela, que era ignorante e despachava através de assessores, que era negociante com dinheiro dos ausentes, que tinha arrematado muitos escravos no Juízo dos Ausentes e em muitas outras execuções nestes Juízos, e outras muitas imposturas que a modéstia cala".

A defesa de Alvarenga contra tais acusações:

"Primeiramente, quanto ao impropério de ateista e falta de missas, em pouco mais de dois anos que o Ouvidor tem de lugar, sempre o vimos tão propenso para o culto Divino, que nunca se negou aos cargos de maior despesa das igrejas desta vila, sendo Provedor do Santíssimo Sacramento; Protetor da Venerável Ordem Terceira, Juiz de várias festividades desempenhadas com toda a grandeza; e porque o altar de Nosso Senhor dos Passos, único nesta Matriz, a quem faltava a lâmpada de prata, e não havia modo de se lhe pôr, pela indigência da irmandade, o Dr. Ouvidor, concorrendo com uma avultada esmola, e insinuando a alguns devotos a piedade da ação, fez colocar no dito altar a mais suntuosa lâmpada que tem em toda esta vila".

(Cabe aqui um parêntese para comentar como era importante o comportamento religioso do cidadão naqueles tempos, não só perante a própria igreja, como aos Soberanos de Portugal).

Mas continuando:

"Igualmente claro e manifesto foi ele acusado de falta de missas, mas não permitindo a ocupação do cargo e o Ministério Público que a primeira pessoa do lugar não dê um passo que não seja visto, será muito raro aquele que o não tenha visto não faltar uma só vez à missa e ouvi-la com a modéstia e devoção de que é

dotado, principalmente indo quase sempre o dito Ministro à missa por volta de onze horas do dia, e deixando muitas raras vezes de levar consigo um capelão para celebrá-la".

Prosseguindo:

"Quanto a ser infiel às casas em que entrava o dito Ministro, as poucas em que ele entra nesta vila, que são a do Dr. Intendente, a do Sargento-Mor Joaquim Pedro da Câmara, a do Dr. José da Silveira e Souza e do Dr. Antônio José de Mello, são tão honradas e acreditadas que não permitem a menor suspeita, principalmente não se servindo o Ministro de outros trajes que não sejam a casaca e o espadim, que bem mostram a franqueza de seu cortejo, acompanhado sempre pelos pais de famílias, na entrada e na saída".

Seguem-se as contestações por ter sido o Ministro de relapso, mas para não irmos muito mais além, vamos citar apenas, e de um modo mais resumido, algumas curiosas e engraçadas acusações ao pároco Villas Boas:

"Para fazer o Dr. Ouvidor esperar quando vai ouvir a missa de seu capelão, esconde os paramentos e o cálice".

"Quando o vê na mesa da Eucaristia, figindo dores repentinas, volta para a sacristia, embora já paramentado, deixando as tochas acesas e as toalhas estendidas, até vir outro padre para celebrar a missa".

"Certa vez, uma tal de Maria Xavier, tendo conseguido um despacho do Bispado para um clérigo exorcizar sua filha, o vigário, além de não permitir, tomou-lhe a petição e deu-lhe muitos bofetões, e como ela insistisse, deu-lhe, finalmente, com um pau".

"Ela ministra os Sacramentos com tantas frouxidão, que sendo chamado quatro vezes para conferi-los a um filho do Dr. Antônio José de Melo, demorou do princípio da noite até às 11 horas, de sorte que acharam o enfermo morto, sem ao menos tê-lo confessado".

Daí para a frente as acusações ao vigário entram pelo terreno de sua vida íntima, envolvendo-o com algumas de suas primas em práticas pouco litúrgicas, sobre as quais não vamos falar.

O padre Villas Boas, que mais tarde escreveu um vasto e interessantíssimo relatório, confirmando muitas acusações e defendendo-se das denúncias contra ele, pelo menos no tocante ao relacionamento de Alvarenga com o Dr. Souza e sua filha, estava cheio de razão. Para quem não sabe ou não se lembra, Alvarenga e Bárbara somente se casaram depois de muita pressão do Bispo de Mariana e a conselho do próprio Governador. A cerimônia foi realizada no dia 22 de dezembro de 1781 ali no Largo de São Francisco, na mesma casa em que nasceu Bárbara Eliodora. O celebrante foi o Padre Toledo, grande amigo de Alvarenga, que já não era mais Ouvidor havia mais de um ano.

Finalmente casado e vivendo bem com a mulher; liberto do cargo de Ouvidor, Alvarenga Peixoto passou a cuidar exclusivamente de seus negócios particulares, sem, contudo, abandonar suas dívidas, seus sonhos de grandeza e a sua poesia em louvor aos grandes e poderosos. A esse tempo, segundo o pesquisador Rodrigues Lapa, foi que o poeta escreveu seu célebre poema dedicado à sua esposa, estando ele talvez em Camapanha do Rio Verde, São Gonçalo ou Paraopeba, e não na prisão, pois aí o casal já estaria com os quatro filhos: Maria Efigênia, Tristão, José Eleutério e João Evangelista. No referido poema ele só se referiu à filha, e ao que tudo leva a crer, foi composto não só num momento de

saudade, como por um certo remorso que sentia pela irregularidade de seus primeiros anos de vida com a mulher. Seus versos assim dizem:

Eu bem queria
a noite e o dia
sempre contigo
poder passar;
mas orgulhosa
sorte invejosa
desta fortuna
me quer privar
Isto é castigo
Que Amor me dá.

Tu, entre os braços,
ternos abraços
da filha amada
podes gozar.
Priva-me a estrela
de ti e dela,
busca dois modos
de me matar.
Isto é castigo
que Amor me dá.

Bárbara bela,
do Norte Estrela,
que o meu destino
sabes guiar,
de ti ausente,
triste somente,
as horas passo
a suspirar.
Isto é castigo
que Amor me dá.

Por entre as penhas
De incultas brenhas
cansa-me a vista
de te buscar;
porém não vejo
mais que o desejo
sem esperança
de te encontrar.
Isto é castigo
que Amor me dá.

Seu grande poema foi o "canto genetlíaco", escrito em 1782 e dedicado ao batizado do filho de D. Rodrigo, o Governador. Depois deste poema sua musa silenciou por muitos anos, só voltando a se manifestar durante a tragédia da Inconfidência Mineira, a partir de maio de 1789.

Alvarenga Peixoto continuava devendo e pedindo emprestado dinheiro a todos os amigos e capitalistas. Em suas constantes viagens era comum deixar a mulher sem qualquer recurso financeiro, valendo-se ela de adiantamentos de amigos. Sempre muito bem humorado e jamais negando seus débitos, Alvarenga conseguia sempre novos empréstimos, sabendo cultivar os amigos e manter-se respeitado. Seu carisma era tão grande que um de seus criados, o José de Souza Barbosa, cujos ordenados estavam atrasadíssimos, acabou concordando em trabalhar de graça durante um ano e sete meses, e ainda por cima pagou de seu próprio bolso várias contas do patrão. Consta que os bens de Alvarenga eram tantos que no fim deu para pagar a todos os seus credores.

No dia 14 de maio de 1788 Alvarenga escreveu a seu amigo e grande credor João Roiz Macedo, comunicando-lhe o nascimento de seu filho João. No dia 8 de outubro do mesmo ano o menino foi batizado em São José, hoje Tiradentes, pelo Padre Toledo, sendo padrinho seu amigo Tomás Antônio Gonzaga. A festa foi muito divulgada e comentada até em Portugal, e dizem os historiadores que dela surgiu a senha para a data da revolta.

Depois de muita bebedeira, como seria de se esperar, os participantes falaram muito mal dos governantes e fizeram longos comentários a respeito da propalada derrama que chegaria a qualquer momento, e que empobreceria drasticamente os

mineiros. Alvarenga, com seus delírios e talvez já bem mais embriagado do que os outros, ainda cometeu a asneira de levantar o copo na direção de sua bela mulher e dizer-lhe: "Bebo à saude da Sra. D. Bárbara, que ainda há de ser Rainha!" Esse brinde, talvez feito em tom de brincadeira, acabou-lhe custando caro, comprometendo-o bastante dentro da insurreição que já se avizinhava.

Nesta palestra não pretendemos entrar no mérito da conspiração, pois o tema é vastíssimo e não temos tempo para isso, e nem os senhores teriam paciência para ouvi-lo, vamos – sim – saltar logo para o episódio da prisão de Alvarenga, que se deu em maio de 1789, aqui em São João. Tão logo houve a ocorrência, ele e o Padre Toledo (que foi preso pela patrulha, por acaso, pois o encontraram na estrada, a caminho daqui), foram logo os primeiros a serem levados acorrentados para o Rio, sob a vigilância do Tenente Dias Coelho, por ordem do Governador, expedida em 20 de maio do ano em questão.

Nosso Alvarenga chegou à capital bastante machucado, pois, para completar sua falta de sorte, o tenente Dias Coelho, seu captor, um ano e meio antes havia levado uma grande reprimenda do Governador Luiz da Cunha Menezes, em apoio a Alvarenga Peixoto, num caso complicado de arrematação de escravos. Além disso, o mesmo tenente havia abusado de uma das cunhadas de Alvarenga, da mesma forma que ele, mas os dois acabaram se desentendendo e ficaram inimigos. Em vista disso, evidentemente, o comandante da escolta aproveitou-se da situação para vingar-se do desafeto, pois foi ele o único de todos os prisioneiros que chegou ao Rio.

Confinado na prisão da Ilha das Cobras, nosso homem, como não poderia deixar de ser, caiu em profundo abatimento moral e passou a utilizar-se de sua poesia para justificar seus atos e pedir clemência, proclamando tardiamente sua grande fidelidade à Soberania, naturalmente numa tentativa de sair da enrascada em que ele e seus companheiros se meteram.

De todos os seus versos escritos na prisão, o poema mais vibrante, brotado de sua mente angustiada e aflita, foi o que ele fez, imaginando uma hipotética transferência da capital do grande Império Português para o Brasil, alegando, em sua defesa, que o Levante de Minas Gerais fora apenas um crime de amor, uma prematura concretização desse sonho. Naquela situação tudo era válido! Aliás, ele, sem querer, profetizou o que acabaria acontecendo quinze anos mais tarde: a vinda da família real para o Brasil.

Assim exclamava em alguns dos versos:

Vinde, real Senhora,
Honrai os vossos mares por dois meses,
Vinde ver o Brasil, que vos adora.
Noronhas e Meneses,
Cunhas, Castros, Almeida, Silvas, Melos,
têm prendido o Leão por muitas vezes.
Fiai os reais selos
a mão seguras, vinde descansada:
de que servem dois grandes Vasconcelos?
Vinde a ser coroada
Sobre a América toda, que protesta
jurar nas vossas mãos a lei sagrada.

Da América o furor
perdoai, grande Augusta; é lealdade,
são dignos de perdão crimes de amor.
Perdoe a Majestade,
enquanto o Mundo Novo sacrifica
à tutelar, propícia Divindade.

Nos autos da devassa ficou patente que Alvarenga fez de tudo para salvar-se, humilhando-se, bajulando as autoridades e comprometendo seus companheiros. Pelo menos, com exceção de Tiradentes, ele e os outros companheiros conseguiram escapar da forca, sendo degredados para a África. Alvarenga, juntamente com outros condenados, partiu para o desterro no dia 5 de maio de 1792.

Em princípio, os juízes haviam indicado o movimentado porto de Dante para o confinamento de Alvarenga, mas, levianamente, como era de seu feitio, ele ficou se gabando de que os juízes eram seus amigos e ex-colegas de Universidade, daí terem escolhido um porto de onde ele poderia facilmente fugir. Ora, em vista disso, os magistrados, temerosos de comprometimento, mandaram-no para a fortaleza de Ambaca, no interior de Angola. O fato é controvertido, parece que a intenção dos juízes fora exatamente inversa: sendo um porto muito movimentado, o prisioneiro poderia de fato escapar, daí a transferência de local.

A viagem do Rio à Luanda durou cerca de dois meses, em cujo local os desterrados foram recolhidos na fortaleza de Penedo. Por volta do dia 16 de agosto do mesmo ano de 1792, escoltado por um oficial inferior e dois soldados, nosso antigo Ouvidor e ex-Coronel, foi trancafiado no presídio de Ambaca, onde, por falta de sorte, ou talvez até por muita sorte, graçava uma violenta moléstia tropical, que logo tomou conta do prisioneiro, matando-o aos 48 anos de idade, no dia 27 de agosto do mesmo ano de 1792, ou seja, 11 dias após sua chegada ao cárcere africano.

Esta palestra, como dissemos no início, foi o resumo da vida de um homem controvertido, que viveu aqui no meio de nossos antepassados pelo espaço de 13 anos. Foi um homem, ao mesmo tempo, culto, inteligente, leviano, ambicioso, perdulário, patriota, caridoso e sentimental, e que, no fim de seus dias, cheio de saudades da família e de remorsos pelas suas declarações em juízo, que comprometeram seu compadre e amigo Tomás Antônio Gonzaga, ainda teve alento para dizer coisas assim:

Eu não lastimo o próximo perigo,
uma escura prisão, estreita e forte;
lastimo os caros filhos, a consorte,
a perda irreparável de um amigo.

A prisão não lastimo, outra vez digo,
nem o ver iminente o duro corte;
que é ventura também achar a morte,
quando a vida só serve de castigo.

Ah, quem já depressa acabar vira
este enredo, este sonho, esta quimera,
que passa por verdade e é mentira!

Se filhos, se consorte não tivera,
e do amigo as virtudes possuíra,
um momento de vida eu não quisera!

Antônio Campos Tirado
Instituto Histórico e Geográfico de São João d'El-Rei
Palestra proferida em 1.07.1984

DOCUMENTOS

Regimento de 19 de Abril de 1702

Este Regimento veio encontrar as explorações auríferas das Minas Gerais a bem dizer no seu início. Foi, portanto, sob a sua vigência que nasceram, floresceram, atingiram o seu esplendor, e depois conheceram a sua decadência, todas as atividades de extração e comercialização do ouro, em nossa Região do Rio das Mortes.

Vale a pena, assim, a *Revista* do I.H.G. de São João del-Rei iniciar a publicação da sua seção *DOCUMENTOS*, levando ao conhecimento dos seus leitores alguns dos principais dispositivos desse Regimento. É o que fazemos a seguir:

EU EL REI. Faço saber aos que este meu regimento virem que por quanto para a boa direção e governo da gente que trabalha nas minas que há nos Sertões do Brasil a que mando assistir os ministros, deputados e eleitos para ela é necessário que estes tenham regimento lho mandei dar na forma seguinte:

1. O superintendente procure saber com todo o cuidado se há discórdias de que resultem pendências entre aquelas gentes e porá toda a diligência e mais atalhar, e no caso que lhe pareça ser necessário mandar prender algumas das pessoas que forem autoras de semelhantes desordens o fará e os não soltará sem primeiro fazerem termo de não entenderem um com o outro que tendo cometido culpa, porque alguma ou algumas das pessoas que alguma mereça maior castigo procedera como for direito.

2. Em o dito superintendente chegando às minas deve logo examinar os Ribeiros que estão descobertos e a riqueza deles e se a pinta é geral e depois de ter feito este exame saberá se estão muito distante uns dos outros no caso que as distâncias sejam de porte que o guarda-mor as não possa repartir assistindo a todas as repartições nomeará guardas menores para haver de as ir fazer naquela parte que lhe for ordenado, guardando as ordens que para isso lhe forem dadas.

3. Havendo alguma dúvida entre os mineiros sobre medição das datas entendendo pertencer-lhes mais terras, querendo entrar pelas datas dos vizinhos recorrerão ao superintendente ou guarda-mor, aquele que mais perto estiver, que lhe mande novamente medir as datas que lhe foram dadas, para que cada um fique com o que lhe toca, e eles lhas mandarão medir no caso que seja necessário por não estar a primeira medicação feita em clareza.

4. E porque muitas vezes tem sucedido esbulhar algum poderoso a um pobre miserável em parte pela sua data pela a achar com pinta rica, convir muito conservar a cada um no que lhe pertence, quando isto suceda recorrerá o esbulhado ao superintendente, que ouvidas as partes, inteirado do esbulho, que se fez, o fará restituir e quando não possa em presença das partes averiguar aquela questão admitirá o esbulhado a justificar o tal esbulho e justificando o fará restituir toda a perda e dano que nisso lhe tiver dado, que se liquidará pelo rendimento das braças da mesma data, dando ao esbulhado pelas braças que lhe tocarem outro tanto, como importarem outras tantas braças, que lavrar da mesma data em pena do esbulho se lhe fará satisfazer isto, que se liquidar em dobro.

5. O superintendente tanto que tomar conhecimento dos Ribeiros ordenará ao guarda-mor que faça medir o cumprimento deles para saber as braças que têm

e feito saberá as pessoas que estão presentes e os negros que cada um tem tomado disto informação ou informações certas e ordenará ao guarda-mor faça a repetição das datas, dando em primeiro lugar data à pessoa que descobriu o Ribeiro à qual se há de dar na parte onde ele apontar e logo repartirá outra data para a minha fazenda no mais bem parado do dito Ribeiro e ao descobridor dará logo outra data como lavrador em outra qualquer parte que ele apontar por convir que os descobridores sejam em tudo favorecidos e esta mercê os animem e fazerem muitos descobrimentos e no caso que um descobridor descubra outro Ribeiro no último se lhe darão quatro datas, duas como descobridor e duas como lavrador com declaração porém que as duas que de novo se lhe concedem serão tiradas por sorte, como neste capítulo vai determinado se dêem aos lavradores e as mais datas repartirá o guarda-mor regulando-se pelos escravos que cada um tiver que em chegando a do ze escravos ou daí para cima, fará repartição de uma data de trinta braças conforme o estilo e aquelas pessoas que não chegarem a ter doze escravos lhes serão repartidas duas braças e meia por cada escravo para que igualmente fiquem todos lucrando da mercê que lhes faço, e para que não haja a queixa nem dos pobres, nem dos ricos por dizerem que na repartição houve dolo, repartindo-se a uns melhor sítio, que a outros por amizades ou respeitos, guarda-mor mandará fazer tantos escritos quantas forem as pessoas com quem se houver de repartir e com o nome de cada um os deitará em um vaso embrulhado, por um mínimo de menor idade que achar mandará tirar cada um dos escritos e o primeiro que sair lhe ensinará sua data logo na que seguir que na forma deste capítulo se tiver dado ao descobridor como lavrador e pela mesma ordem se irá seguindo as demais que forem saindo sem dúvida da parte que lhe for assinada, e também se porão marcos na que tocar à minha fazenda.

6. E porque muitas vezes sucedem levarem os descobridores em sua companhia, pessoas que os ajudam a descobrir os Ribeiros e por haver muita gente com quem repartir as datas, ficam de fora as pessoas que ajudam a descobrir e por respeitos se repartem a outros. Ordeno que as pessoas que acompanharem ao dito descobridor entrem na repartição do tal Ribeiro com as datas que lhes tocar.

7. E porque é muito prejudicial repartirem-se aos poderosos em cada Ribeiro que se descobre sua data, ficando por esta causa, muitos pobres sem elas ou sucede ordinariamente por não poderem lavrar tantas datas venderem os pobres, ou estarem muito tempo por lavrar o que não é somente em prejuízos dos meus Vassalos, mas também dos meus Quintos, pois podendo-se tirar logo se dilatam como se não lavrarem as ditas datas, e havendo ficado muitos dos meus Vassalos sem elas, por evitar esta injustiça se não dará segunda data a alguma sem ter lavrado a primeira e estando porém todos os mineiros acomodados e havendo mais terras para repartir, então se atenderá aos que tiverem mais negros porque tendo mais dos doze pertencentes à primeira data se fará com eles a repartição na forma do Capítilo deste regimento dando-se duas braças e meia a cada negro, e constando também ao guarda-mor que cada um dos mineiros tem lavrado, havendo terra para repartir, a repartirá novamente com ele na forma que fica dito.

8. E no caso que algum dos mineiros não principiem a lavrar as datas que lhe forem dadas dentro de quarenta dias o superintendente ordenará ao guarda-mor, que com o escrivão das minas veja as ditas e achando-as intactas fará termo de vistoria, em que o escrivão passará por fé em como estão intactas o qual termo assinará o guarda-mor com as testemunhas que se acharem presentes, que sempre serão ao menos duas, e ouvida a parte por contestação somente as julgará por perdidas para minha fazenda e havendo diminuição se lhe dará a terça parte e

as partes que ficarem para a minha fazenda se desfrutarão na forma das que lhe forem repartidas, advertindo porém que poderá muitas vezes suceder pararem com as lavras das minas, ou não principiarem a lavrar por estarem muito distantes, em tal caso se lhe não tirarão as ditas datas por devolutas e o mesmo se entenderá se se deixar de lavrar por invernada, falta de mantimentos ou saúde.

9. E porque pelo regimento da minha fazenda é proibido se interessem nela os ministros e oficiais dela como também os da justiça pelos prejuízos que disto se seguiriam, ordeno que nenhum dos ministros ou oficiais dela, deputados para a administração das ditas minas ou outro de qualquer proeminência que seja possa por si, ou por interposta pessoa haver datas das ditas minas nem ter nelas outro interesse mais que o salário ordenado neste regimento e o que o contrário fizer, perderá o posto, lugar, ou ofício que tiver e será condenado no que importar o rendimento da data ou interesse que tiver em três, dobro para a minha fazenda e havendo denunciante se lhe dará a terça parte e o superintendente ou guarda-mor que tal data der ou repartir perderá o ofício e pagará o rendimento em dobro aplicado na forma acima dita e havendo interposta pessoa terá a mesma pena imposta ao guarda-mor o qual não sabemos da interposição e conluio, será dela revelado e fazendo algum dos ditos ministros ou oficiais parcerias com os mineiros a quem por repartida data, haverá um e outro as penas contidas na ordenação liv. 5.º, tt.º 75, § 6; e se tiverem parceria pagará cada um dos parceiros todo o rendimento da data com perda do posto, lugar ou ofício que tiver.

10. E porque o superintendente, e seus oficiais é justo tenham comodamente de que vivam segundo a qualidade do lugar e trabalho de suas ocupações terá o superintendente de ordenado em cada um ano três mil e quinhentos cruzados, o guarda-mor dois mil cruzados, o mineiro e escrivão da superintendência quinhentos cruzados cada um, e sendo necessário fazer-se algum guarda-mor aliás guarda-menor em alguma ocasião, se lhe dará de ordenado mil cruzados cada ano, e no caso que este seja feito por tempo limitado vencerá o ordenado por rata do tempo que servir a respeito dos ditos mil cruzados, e porque estes ordenados os devem pagar os mineiros, pois a respeito de sua conservação e utilidade fui servido criar estes ofícios; cada uma das pessoas a quem se repartirem datas, dará para salário dos ditos oficiais a décima parte do preço por que se rematar a data que pertence à minha fazenda porque sendo a data e quantidade se fará a conta a respeito das braças, para que assim fiquem todos contribuidos igualmente.

11. Sou informado que algumas pessoas vendem as datas que lhes foram repartidas com interesse de as poderem ter em melhor Ribeiro que é contra a igualdade com que as mando repartir a todos os meus Vassalos, mando que nenhuma pessoa possa vender nem comprar semelhantes datas, mais que todos desfrutem as que lhes forem repartidas, como acima fica ordenado e fazendo o contrário o comprador seja condenado no rendimento que tiver data, e o vendedor em outro tanto, tudo aplicado na forma acima dita no capítulo nove; porém no caso que for repartida alguma data a quem não possa desfrutar por lhes falecerem, ou lhe faltarem os escravos que tinha, nesse caso a poderá vender, fazendo primeiro certo ao superintendente a causa que tem para fazer a dita venda, o qual lhe concederá licença para o poder fazer, porém não se lhe dará nova data, nem guarda-mor lhe repartirá sem lhe constar ter novos escravos com quem o desfrute.

12. E sucedendo fazer alguns descobrimentos em partes muito remotas das em que assistir o superintendente ou onde assistir o guarda-mor o descobridor o

fará logo saber ao superintendente, para que mande o guarda-mor fazer a repartição das datas, nomeará o superintendente um guarda-mor que vá fazer e nunca em nenhum caso poderão os descobridores ocultar a dita parte ao superintendente, ocultando o tal descobrimento se lhe não darão datas algumas, antes as que se lhe haviam de dar, se darão à pessoa que declarar o tal descobrimento que se tinha ocultado.

13. O guarda-mor terá um livro rubricado pelo superintendente em que se fará o assento de cada um dos Ribeiros que se descobriu, do dia em que se repartiram as datas, fazendo-se declaração das pessoas a quem se repartiram braças de terras que se deram a cada um, confrontações e marcos que se puseram e de tudo o fará fazer termo que assinará o guarda-mor e cada um dos mineiros a que se repartir a data.

14. E porque muitas pessoas da Bahia, ou daquele distrito trazem, ou mandam gado para se vender nas minas de que se pode seguir o descaminho dos meus Quintos porque como o que se vende é a troco do ouro em pó, toda aquela quantia se há de desencaminhar e porque esta matéria é de tão danosas conseqüências, é preciso que neste particular haja toda a cautela pelo que ordeno ao superintendente, guarda-mor ou menor e outro qualquer oficial que tendo notícia tem chegado às minas algum gado, mandem notificar à pessoa, ou pessoas que o trouxeram, para que venham dar entrada das cabeças de gado, que trouxeram e ocultando algumas pagarão seu valor nomeado, e serão presos, e castigados com as penas impostas aos que desencaminham minha fazenda, o que tudo se lhe declarará quando o notificarem para dar a entrada, e o superintendente saberá o preço por que se vende o dito gado, para conforme a isto se cobrarem os Quintos do Ouro que lhe der em pagamento não fazendo este com ouro já quintado, e esta cobrança fará o superintendente com seu escrivão que fará termo em um livro que para isso será rubricado pelo dito superintendente, em que se fará declaração dos Quintos que se cobraram, de que pessoas, onde é natural o qual termo assinará o dito superintendente com a pessoa que pagar os ditos Quintos, e se lhe lerá primeiro que assine, e não permita o dito superintendente, que para aquelas partes se introduzam negros alguns para o que se deve praticar inviolavelmente a proibição e taxa que tenho ordenado, para que só pelo Rio de Janeiro possam entrar os tais negros na forma que tenho mandado.

15. E no caso que os ditos vendedores de gado digam que querem vir pagar os Quintos aos oficiais de São Paulo ou Taubaté, em tal caso os deixarão vir tomando-lhes primeiro fiança de como hão de pagar os ditos Quintos nas ditas oficinas a qual fiança se lhe tomará segura e abonada naquela quantia que aos Quintos deve pagar e o fiador não será desobrigado dela sem amostrar como a pessoa fiada tem pago os ditos Quintos, não dando fiança quintará, como fica declarado no capítulo precedente.

16. Pode também suceder que algumas pessoas que assistem naquelas partes das minas, por seu negócio particular queiram ir buscar gados aos currais do distrito da Bahia, levando ouro em pó para o comprarem, se lhes darão as certidões necessárias, e achando-se sem elas será confiscado todo o ouro que levarem, para minha fazenda e da arrecadação dos ditos Quintos e do ouro que levaram se fará termo e dele se lhe dará guia em que se declare a quantidade do ouro que leva e de como fica quintado.

17. Nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às minas pelo caminho do sertão outras fazendas, ou gêneros que não sejam gados, e querendo trazer outras fazendas as naveguem pela barra do Rio de Janeiro, e as poderá

conduzir por Taubaté ou São Paulo como fazem os mais, para desta sorte se evite o levarem o ouro em pó, e eles ficam fazendo o seu negócio como fazem os mais Vassalos, e o superintendente e guarda-mor terão muito cuidado em lançar das minas todas as pessoas que nelas não forem necessárias, pois estas só servem para desencaminhar os Quintos e de gastar os mantimentos aos que lá são precisos como também não consentirão nelas outras pessoas que vieram pelo distrito da Bahia pelo sertão com outra fazenda que não for gado.

18. Sucede descobrirem-se Ribeiros e pedirem os descobridores dias para exame deles, o que procuram com dolo afim de os minerarem e escalarem e depois de terem tirado o precioso dão conta ao superintendente ou guarda-mor em que a minha fazenda, e os meus Vassalos ficam prejudicados e por evitar este descaminho o superintendente lhe não concederá as datas que devia de ter naquele Ribeiro como descobridor e lavrador porém se o Ribeiro for muito dilatado, e as Catas muito altas, parecendo ao superintendente se não poderá fazer o exame em tão poucos dias, ficará na sua eleição conceder-lhe as que forem convenientes.

19. Como sucede, que os Ribeiros são tão ricos que entra a sua riqueza muitas braças pela terra e dentro, havendo pessoas que hajam ficado sem data pedindo-a nas sobrequadras, se lhe partirá na mesma forma que tenho disposto no capítulo quinto, porém no caso que todos estejam acomodados com datas, e acabando de lavrar a data que lhe tocou por ter notícia, que alguma data das repartidas a outras pessoas é de pinta rica, e por isso pedir se lhe dê a sobredita quadra dela, em tal caso se lhe não dará, porque esta pertence ao que está lavrando a tal data de que se pede a sobrequadra.

20. Descobrindo-se algum Ribeiro em que por razão da dita gente, que há com quem se repartir as datas não possam estas ser daquele tamanho em que se tem mandado repartir, em tal caso o superintendente ordenará ao guarda-mor que faça a repartição conforme os negros que cada um tiver, e lhe fará com tal igualdade que fiquem todos contentes, sejam pobres ou poderosos ainda que para isso seja necessário fazer medição por palmos, mas sempre a repartição se fará em qualquer forma que seja disposta por sorte neste Regimento.

RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

A – *Sócios Efetivos*

Fábio Nelson Guimarães
Sebastião de Oliveira Cintra
Carlos de Oliveira Ribeiro Campos
Luis de Melo Alvarenga
Gentil Palhares
Astrogildo Assis
Geraldo Guimarães
Onésio Guimarães
Aderbal Malta
Cid de Souza Rangel
Francisco Diomedes Garcia de Lima
José Gaede
Jorge Chala Sade
Lauro Novais
Maria Assunção de Oliveira
Agostinho Guimarães
Maria Luiza Carneiro
Jehovah Motta
Norma Fairbanks
Yvane Leite de Andrade
Rubem Simões Coelho
Maria Lúcia Monteiro Guimarães
José Alberto Ferreira
Antonio Gaio Sobrinho
José Raimundo Lobato Costa
Jairo Braga Machado
Cláudia Cristina Cardoso
Maria Beatriz Monteiro Guimarães
Benedito Eneas da Silva Morais
Álvaro Bosco Lopes de Oliveira
Lais Medeiros Garcia de Lima
João Batista Lopes de Oliveira

B – *Sócios Correspondentes*

Ronaldo Simões Coelho – Belo Horizonte
Francisco Vasconcelos – Petrópolis
Antonio Campos Tirado – Rio de Janeiro
Max Justo Guedes – Rio de Janeiro
Oranice Franco – Rio de Janeiro

Waldemar Almeida Barbosa – Belo Horizonte
Edmundo Dantés Passos – Belo Horizonte
Fernando Antônio Faria – Rio de Janeiro
Apparecida Gomes do Nascimento Thomaselli – São Paulo
Adhimar Coutinho de Freitas – Barbacena
Avertano Cruz – Rio de Janeiro
Custódio de Almeida Magalhães – Rio de Janeiro
Marcelo Florence Lustosa – São Paulo
José Augusto Moreira – São Paulo
Raul de Oliveira Pereira – Rio de Janeiro
Dario Cardoso Vale – Belo Horizonte
Gui Tarcísio Mazzoni – Belo Horizonte
Armando Cesário Ferreira de Lima – Barbacena
Carlos Antonio Monteiro Velasco – Belo Horizonte
Lígia Maria de Almeida Magalhães – Ouro Preto
Clovis Gelosky – Rio de Janeiro
José Tostes de Alvarenga Filho – Juiz de Fora
José Geraldo Dângelo – Belo Horizonte
Luiz Fernando Mendes Salomon – Belo Horizonte
Antonio Vill'amarante Neves Monteiro – Rio de Janeiro
José Campomizzi Filho – Ubá
Fernando Sebastião de Freitas – Rio de Janeiro
Zuleika Fonseca Braga – Rio de Janeiro

C – *Sócios cooperadores*

José da Costa Amaral
John Somers

D – *Sócios falecidos*

Adenor Simões Coelho
Cândido Martins de Oliveira Junior
Sílvio de Araujo Padilha
Agenor Simões Coelho
Altivo de Lemos Sette Câmara
Adenor Simões Coelho Filho
Eduardo Canabrava Barreiros
Tancredo de Almeida Neves
Aldílio Sarmento Xavier
Augusto das Chagas Viegas
Armando D'Avila Florence
Antônio Guerra
Otávio do Nascimento Teixeira

MENÇÃO DE AGRADECIMENTO

O Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, na realização desta Revista, contou com a compreensão e o apoio das entidades abaixo enumeradas, pelo que torna público, aqui, o alto significado cultural desse gesto.

Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais
Banco do Brasil S/A
BOZEL Mineração e Ferroligas S/A
John Somers Estanhos Ltda.
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)
Companhia Industrial Fluminense
Companhia de Tecidos Santanense
Hotel Porto Real
Hotel do Espanhol
Hotel Colonial
Lenheiro Palace Hotel
Organizações Haddad Ltda.
Caixa Econômica Federal
Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Companhia Têxtil São-Joanense
Fiação e Tecelagem João Lombardi S/A
Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG)

Impresso por
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Santana, 136/138 (edifício próprio)
Tel.: 224-7732 (PABX)
Rio de Janeiro — RJ

ESTRUTURA DO I.G.H. DE SÃO JOÃO DEL-REI

1 – **ASSEMBLÉIA GERAL**

2 – **DIRETORIA**

3 – **CONSELHO DOS NOTÁVEIS**

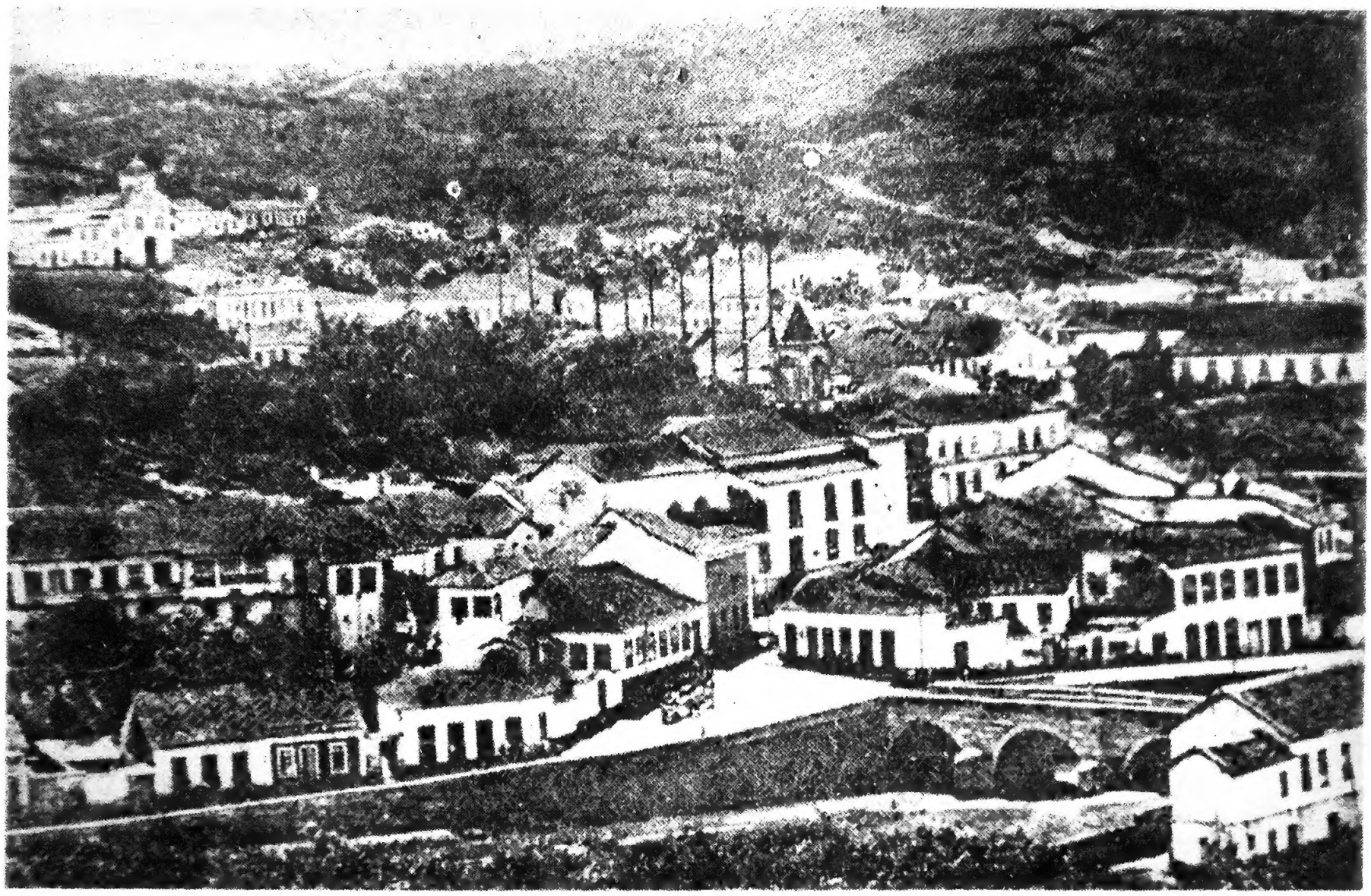
4 – **CONSELHO CURADOR**

5 – **COMISSÕES PERMANENTES:**

1. Comissão de História
2. Comissão de Geografia
3. Comissão de Estudos e Debates
4. Comissões de Pesquisa
5. Comissão da Revista

SÓCIOS:

1. Efetivos
2. Correspondentes
3. Beneméritos
4. Cooperadores



Uma visão de S. João del-Rei, de antigamente.